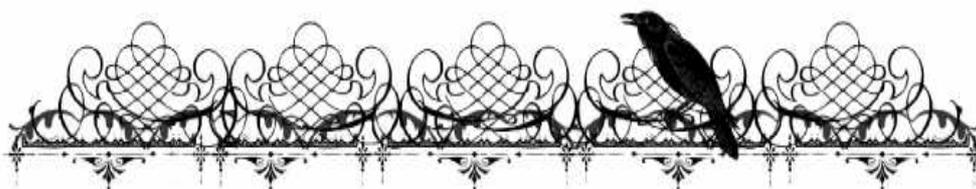

ISSN 1807-3166 | ano 2014 | nº 12 | TERESINA - PI



Equipe de Produção Gráfica: Núcleo de Comunicação
Design e Diagramação: Ana Kelma Gallas | DRT 173-PI
Capa: Odrânio Rocha



XII SEMANA CIENTÍFICA DA FACULDADE SANTO AGOSTINHO

EDITAL CPGPEX Nº 001/2013

XI Encontro de Iniciação à Docência

VIII Encontro de Extensão

Exemplares dessa publicação podem ser solicitados a:

Faculdade Santo Agostinho - FSA

Núcleo de Comunicação - NUCOM • Fone: (86) 3215-8721

Av. Válder Alencar nº 665, Bairro São Pedro, CEP 64019-625 • Teresina-PI

EQUIPE DE PRODUÇÃO GRÁFICA:

Supervisão Editorial: Prof^ª. Dra. Marlene Araújo de Carvalho

Realização: Núcleo de Comunicação - NUCOM/FSA

Projeto Gráfico e Diagramação: Kelma Gallas (DRT/PI-173)

Capa: Odrânio Rocha

Assistentes: Ana Isabel Freire e Francisco Wilk Santos Leal Marques

Sistema de Submissão Online: Rogério Gales (programador CPD FSA)

Tiragem: 1.000 exemplares

Anais da Semana da Pesquisa Científica

Coordenação de Pós-Graduação, Faculdade Santo Agostinho.

XII SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA

XI Encontro de Iniciação à Docência

VIII Encontro de Extensão

Nº 12 (2014) - Teresina, PI: FSA. ANUAL

Revista da Faculdade Santo Agostinho

ISSN: 1807-3166

1. Iniciação Científica | Faculdade Santo Agostinho.



APRESENTAÇÃO

Os Anais da Semana Científica reúnem os resumos dos trabalhos de iniciação científica de alunos dos diferentes cursos da instituição e de pesquisadores de outras instituições, apresentados durante a XII Semana da Pesquisa Científica, realizada pela Faculdade Santo Agostinho no período de 6 a 10 de outubro de 2013.

Os trabalhos refletem pesquisas realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento, produzidos por alunos de graduação e pós-graduação, e também por pesquisadores independentes. Todos os trabalhos, entretanto, têm em comum a contínua busca de respostas para as questões que afetam a sociedade, contribuindo, assim, para o amadurecimento do pensamento científico e acadêmico em nosso estado.

Em doze anos, Semana Científica da FSA alcançou uma posição de destaque no campo da divulgação científica e acadêmica, especialmente, por sua seriedade e compromisso em promover o acesso de todos a uma educação de qualidade.

Tal compromisso é materializado no acesso de todos ao conhecimento, mas também nas ações que visam reconhecer, valorizar e respeitar as iniciativas relacionadas à pesquisa.

Teresina (PI), outubro de 2014

Yara Maria Lira Paiva e Silva
Diretora geral da FSA



ANAIS DA SEMANA CIENTÍFICA

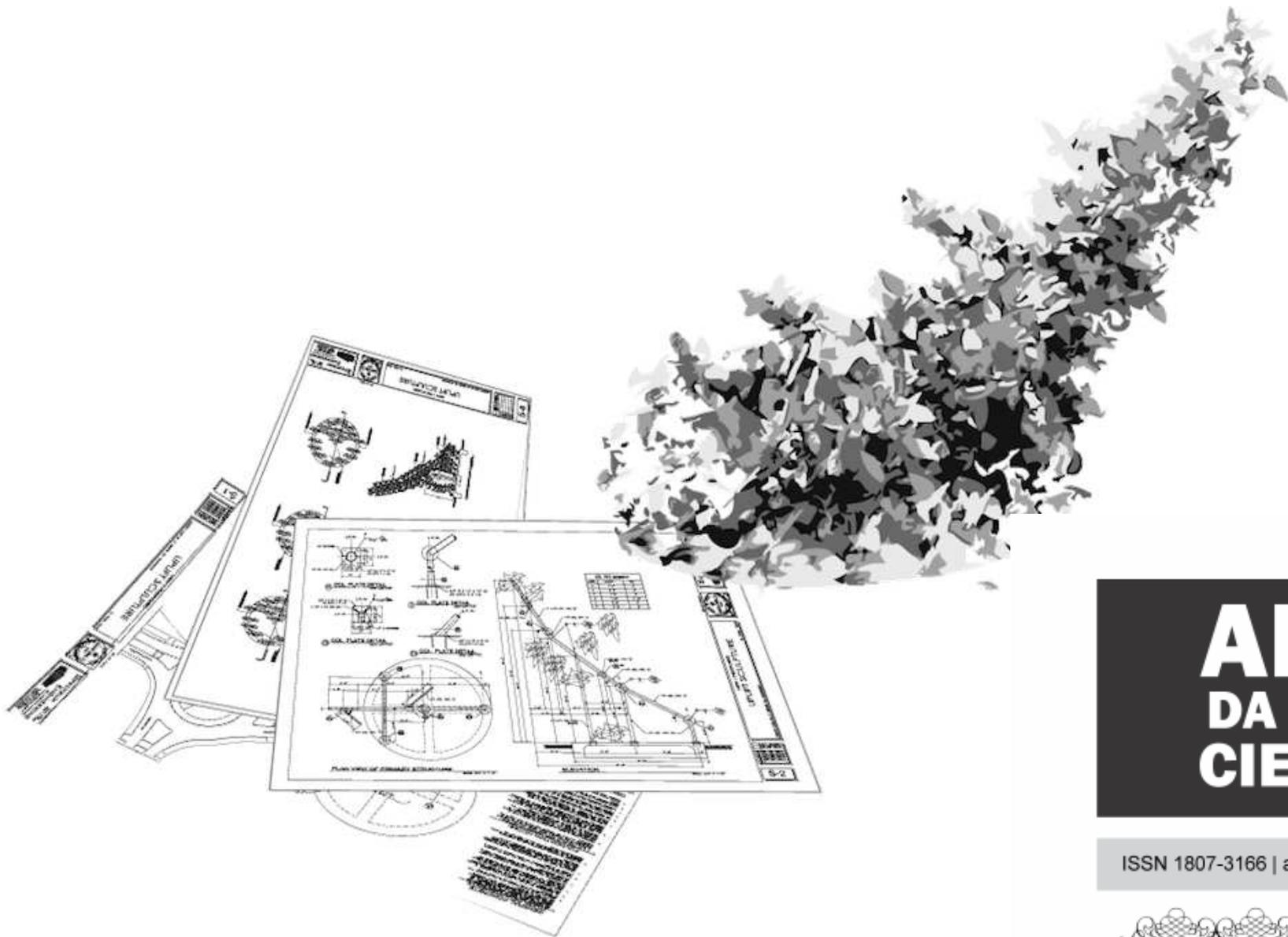
Livro de Resumos | SEC 2014





SUMÁRIO

1	ADMINISTRAÇÃO	PÁGINA 10
2	DIREITO	PÁGINA 17
3	EDUCAÇÃO PEDAGOGIA	PÁGINA 99
4	EDUCAÇÃO FÍSICA	PÁGINA 111
5	ENFERMAGEM	PÁGINA 113
6	ENGENHARIAS	PÁGINA 135
7	FARMÁCIA	PÁGINA 139
8	PSICOLOGIA	PÁGINA 139
9	SERVIÇO SOCIAL	PÁGINA 171
10	PROGRAMAÇÃO SEC 2014	PÁGINA 183



Livro de Resumos | SEC 2014

ANAIIS DA SEMANA CIENTÍFICA

ISSN 1807-3166 | ano 2014 | nº 12 | TERESINA - PI





Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos
trabalhos de
ADMINISTRAÇÃO



TERESINA-PI



“O que você pensa quando eu falo em ferro”? A empresa Ferro S/A sob a ótica de seus clientes¹

Tonny Kerley de Alencar Rodrigues²
Ítalo Alves Farias³
Jefferson Ramon Machado dos Santos⁴
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

Objetivo desse estudo foi entender como os clientes da empresa Ferro S/A percebem as ações dessa empresa no que concerne à qualidade dos produtos, níveis de serviços e marketing de relacionamento. Para isso, reportou-se a uma abordagem qualitativa na coleta e análise dos dados, utilizando a técnica de estudo de casos, e como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevistas semi-estruturado contendo 7 perguntas, as entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril de 2014 por meio de ligações telefônicas com 36 consumidores da empresa Ferro S/A. Os resultados sugerem que, na ótica dos consumidores, o atendimento e o preço são aspectos contraditórios pois não há um consenso quanto a sua qualidade. Além disso, foram encontrados aspectos relacionados a sentimentos envolvidos na relação cliente/empresa como, por exemplo, confiança e parceria. Conclui-se, então, que a empresa possui deficiência em suas ações de marketing de relacionamento e é necessário que esforços sejam despendidos nesse sentido.

Palavra Chave: Satisfação. Marketing de relacionamento. Pós-venda. Metalúrgica.

1 Trabalho submetido a XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho.

2 Doutorando em Administração pelo Coppead/UFRJ.

3 Acadêmico em Administração pela Faculdade Santo Agostinho/FSA.

4 Acadêmico em Administração pela Faculdade Santo Agostinho/FSA.



A percepção do consumidor: um estudo na empresa de velas decorativas de Teresina-PI¹

Tonny Kerley de Alencar Rodrigues²
Jaime Alves da Silva³
Keully Yasmim Moreira de Carvalho⁴
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

O comportamento do consumidor é umas das principais áreas do marketing e por isso torna-se indispensável o seu estudo e sua percepção pelas organizações. A partir dessa concepção, foi realizada uma análise do mercado brasileiro de velas decorativas onde se constatou um alto consumo nos últimos anos. Diante disso, torna-se importante desenvolver estudos direcionados a compreender o comportamento do consumidor em relação a marca desses produtos. Assim, esse estudo busca respostas para o seguinte problema: Como desenvolver a marca da empresa Decore Velas de modo que ela se torne conhecida no mercado piauiense? Dessa forma, o objetivo desse estudo consiste em identificar fatores relacionados com a baixa penetração da marca da empresa Decora Velas no estado do Piauí. Para isso, foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa. A abordagem quantitativa se restringiu a uma questão que buscou mensurar o nível de satisfação dos clientes da empresa. Assim de forma preponderante reportou-se uma abordagem qualitativa utilizando a técnica de estudos de casos. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevistas semi-estruturado contendo 7 questões subjetivas que foi aplicado junto a 30 consumidores da empresa entre os meses de março e abril de 2014. Constatou-se que a empresa precisa melhorar sua imagem diante do mercado, de tal maneira que a mesma seja vista e percebida pelo mercado gerando a associação direta do produto com a marca. Foi percebido através deste estudo o aumento do poder que a marca tem dentro da administração na atualidade.

Palavras-Chave: Percepção do consumidor. Marca. Velas decorativas.

1. Doutorando em Administração Coppead/UFRJ; Professor da Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: lrakt@ig.com.br

2. Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de engenharia de produção na FSA. Email: jaimealvesdasilva@gmail.com

3. Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Administração na FSA. Email: keully_yasmim@hotmail.com



“Você Está Satisfeito?”: um estudo de caso realizado na empresa Beta Refrigeração¹

Tonny Kerley de Alencar Rodrigues²
Igo Fernandes Ferreira e Silva³
Michelle Carolini de Sousa Martins⁴
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

Com a crescente concorrência do mercado os consumidores tornaram-se mais exigentes quanto ao nível dos serviços ofertados pelas empresas. Diante disso, as organizações têm prezado pela satisfação e fidelidade dos seus clientes numa tentativa de sobrepor-se as dificuldades que se apresentam. Assim, esse artigo reportou-se ao seguinte questionamento: de que forma os serviços ofertados pela empresa Beta Refrigeração contribuem para (in) satisfação dos clientes? Com o objetivo de analisar o quão importante é a utilização de ferramentas do Marketing de Relacionamento, especificamente o pós-venda para a identificação de fatores geradores de (in) satisfação em relação nível de serviço prestado por essa empresa. O procedimento metodológico utilizado neste estudo consiste na adoção de duas abordagens, a qualitativa utilizada de forma preponderante e a quantitativa em uma das questões onde se buscou mensurar o nível de satisfação dos clientes. Foram realizadas entrevistas em profundidade, utilizando-se de um roteiro de entrevista semiestruturado contendo 7 perguntas, que foi aplicado com 82 clientes que adquiriram os serviços prestados pela empresa no período de Janeiro a Fevereiro de 2014. Constatou-se que a qualidade no atendimento nos serviços prestado pela empresa foi o aspecto gerador de maior satisfação dos clientes, já a insatisfação estava relacionada à falta de retorno de informações alinhada a uma comunicação falha e a inexistência de compromisso da empresa com seus clientes, demonstrando assim a importância do serviço de pós-venda para a aferição constante do nível de satisfação dos clientes a fim de identificar falhas e corrigi-las.

Palavras-Chave: Percepção do consumidor. Satisfação. Refrigeração.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Doutorando em Administração Coppead/UFRJ; Professor da Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: irakt@ig.com.br

3. Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Administração na FSA. igofernandes09@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Contabilidade na FSA. chellinhachek@hotmail.com



Satisfação ou Insatisfação? Uma Empresa de Preparatório para Concursos sob a Ótica de seus Clientes¹

Tonny Kerley de Alencar Rodrigues²
Micaela Lima da Silva³
Paulo Vitor da Silva Andrade⁴
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

A percepção do cliente em relação às empresas revela que seu nível de exigência tem aumentado juntamente com seu olhar crítico diante de bens e serviços ofertados. Dentro desse contexto, percebe-se que o nível de satisfação do consumidor encontra-se diretamente relacionado às suas expectativas em relação à empresa. Diante disso, tomando por objeto de estudo uma empresa especializada em preparatórios para concursos propõe-se o seguinte problema de pesquisa: o que induz os clientes a terem uma percepção satisfatória da empresa? Assim, o objetivo desse artigo é perceber os fatores que determinam a imagem da empresa na ótica dos clientes e como esses avaliam seus níveis de serviços. Para isso, utilizou-se uma abordagem qualitativa na coleta e análise dos dados, no entanto, para a análise de uma questão em específica foi utilizada uma abordagem qualitativa. Por meio da análise dos dados percebeu-se diversos sentimentos envolvidos na relação empresa/cliente. O estudo em questão tem como base de coleta de dados um roteiro de entrevistas semi-estruturadas contendo 7 perguntas, sendo a primeira questão do tipo quantitativa e as demais qualitativas, realizada com 115 alunos/clientes de uma empresa especializada em preparatórios para concursos em Teresina.

Palavras-Chave: Cliente. Percepção. Empresa. Pesquisa.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Doutorando em Administração Coppead/UFRJ; Professor da Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: irakt@ig.com.br

3. Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Administração na FSA. Email: micaela-lima@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Administração na FSA. Email: pvectorpri@gmail.com



Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos
trabalhos de
DIREITO





A Alienação Parental como motivação do Crime de Denúncia Caluniosa: uma discussão acerca do seu diagnóstico e prevenção¹

Susiany Lopes Campelo²
Eulineide Lauritzen³
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

Este trabalho científico pretende fazer um aparato sobre a Síndrome de Alienação Parental proposta por Richard Gardner em 1985 a fim de analisar as suas consequências no seio familiar e no desenvolvimento da criança. Em conjunto com a denúncia caluniosa a alienação parental torna-se ainda mais gravosa merecendo total atenção de todos aqueles envolvidos para que seja evitado os resultados de condenações insustentáveis. O estudo será conduzido com o amparo do Direito de Família, Direito Penal e utilizar-se-á, no desenvolvimento da pesquisa, o método dedutivo, pois, a partir das concepções gerais acerca da alienação parental e do crime de denúncia caluniosa chega-se a comprovação da hipótese mencionada.

Palavras-chave: Alienação Parental. Denúncia caluniosa. Síndrome da Alienação Parental. Direito de Família. Direito Penal

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Bacharelado em Direito na FSA. E-mail: Susianycampelo@hotmail.com

3. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA, orientadora do trabalho.



A análise constitucional e hermenêutica do direito a vida e a liberdade de pensamento: a transfusão de sangue e o pensamento religioso das Testemunhas de Jeová em Teresina-PI¹

Isanio Carvalho de Oliveira²
Andrea Cristina de Sousa Fialho³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho visa analisar o conflito entre o direito a vida e o da liberdade religiosa no caso da recusa da transfusão de sangue nas Testemunhas de Jeová, a partir do paradigma da atual Hermenêutica Constitucional, adotada nos tribunais, e assim buscar solução da problemática sobre qual direito deve prevalecer, o da vida ou da liberdade. Primeiramente, será falado sobre o dogma religioso das Testemunhas de Jeová, no que tange especificamente ao sangue. Posteriormente far-se-á uma conceituação de tais direitos fundamentais, bem como a distinção do direito a liberdade de religião, de crença e culto; uma abordagem do conflito dos direitos envolvidos; enfoque nos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, e por fim a interpretação da Hermenêutica. Não podemos esquecer a observação que se fará sobre a conduta do médico em tal situação. Este estudo tem por fundamentação o artigo 5º, caput, e inciso VI da Constituição Federal de 1988. O embasamento para a resposta está nesses princípios positivados já citados, bem como na Hermenêutica.

Palavras-chave: Direito a vida. Liberdade Religiosa. Hermenêutica Constitucional.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA. email: isaniocarvalho@hotmail.com

3. Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Direito na FSA. email: andreacsfialho@gmail.com



A comprovação da necessidade de fundamentação na decisão que recebe a denúncia ofertada pelo Ministério Público¹

Jéssica Raquel Macedo Santos²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho visa realizar estudo doutrinário que possibilite a comprovação da necessidade de se fundamentar o recebimento da denúncia que o Ministério Público oferta contra o indivíduo a quem se está a imputar uma conduta infligidora da lei penal. Como se sabe, no contexto social em que vivemos, o fato de figurar como réu em um processo da seara criminal traz um enorme estigma social para o indivíduo, pois a ideia que foi inculcada na mente da massa populacional é a de que aquele que é acusado pelo Ministério Público, ao final será considerado culpado. Para provar sua inocência após ser denunciado, ele deve defender-se de todas as formas possíveis, deve exercer seu direito de ampla defesa e é óbvio que para fazê-lo da melhor forma deve saber os motivos que levaram o Magistrado a enxergar a presença dos requisitos necessários para proceder ao recebimento da inicial acusatória e que com a sua fundamentação de certo modo emite uma prévia do juízo de valor para o caso em análise, o que proporcionaria a oportunidade de se organizar uma defesa mais sólida e eficaz. A doutrina é defensora de tal posicionamento e mais uma vez está à frente da prática cotidiana do judiciário de modo que a análise de tal problemática se faz necessária.

Palavras-Chave: Denúncia. Recebimento. Fundamentação. Necessidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



A desconstrução dos atuais paradigmas prisionais no encarceramento de psicopatas no Brasil¹

Eurivan Castelo Branco Coutinho²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho aborda o tratamento despendido aos psicopatas dentro do sistema penitenciário brasileiro, construindo paradigmas a partir de modelos prisionais estrangeiros e discutindo os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários pátrios acerca do tema. Ao desvelar o quadro de violência e vulnerabilidade no qual a sociedade brasileira está inserida, é indubitável a essencialidade da maior exposição informativa desse transtorno de personalidade, para a melhor consciencialização da população.

Palavras-chave: Psicologia jurídica. Psicopatia. Sistema penitenciário. Leis brasileiras.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



A Eficácia da Ressocialização do Menor Infrator: Medida Socioeducativa com Fundamentação Legal no ECA¹

Lorena Maria Dantas Nogueira²
Otoniel d'Oliveira Chagas Bisneto³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho científico investigará a aplicação jurídica da Medida Socioeducativa e sua eficácia no processo de ressocialização dos jovens autores de ato infracional que estão cumprindo medida socioeducativa no Centro Educacional Masculino – CEM, em Teresina – Pi. O estudo pretende compreender os aspectos do ato infracional e o processo de reintegração social por meio da medida socioeducativa, pois hoje as reportagens e o discurso no senso comum apontam/sugerem o agravamento desses crimes e a descrença na efetividade da medida socioeducativa. Outrossim, a instigação para estudo/compreensão desse tema também se deu em razão da parca literatura/investigação jurídica sobre tal problema na sociedade de Teresina (PI).

Palavras-Chave: Eficácia. Ressocialização. Medida Socioeducativa.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.

3. Docente do curso de Direito na FSA, orientador do trabalho.



A Inconstitucionalidade do Disposto no Artigo 3º, Inciso XI, da Lei Estadual nº 6.043/2010¹

Meirylane de Oliveira Sousa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A Constituição Federal Brasileira vigente inovou sobremaneira às constituições anteriores, em se tratando de competência para legislar sobre matéria tributária, uma vez que num primeiro momento, a Constituição Federal trouxe a possibilidade do exercício pleno pelos Estados para legislar visando atender peculiaridades próprias conforme art. 24, tendo mitigado dito exercício, como se pode observar no disposto em seu art. 146, III, que determina que “compete à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária”. Mas no Estado do Piauí a regra de competência segundo a estrutura hierarquizada na Constituição Federal não foi observada, já que com a edição e vigência da Lei nº 6.043/2010, foi instituído mais um imposto dentre os vários já previstos em lei, que é o imposto incidente sobre a “transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e ação a legado ou a herança cuja sucessão seja aberta no Estado”, conforme art. 3º, inciso IX. E quem paga a conta é o contribuinte que por este amplidão legislativo, arca com mais uma tributação nos casos de incorrem em renunciar ao recebimento de sua cota hereditária, já que o dispositivo de lei sob comento não diferencia a renúncia abdicativa (em favor de outrem) da renúncia pura e simples, a qual nesta última inexistente aferição econômica, portanto, afastada a hipótese da incidência de tributo, eis que inexistente o fato gerador, ou seja, a transmissão não se opera. Resta ao contribuinte fazer de medidas jurídicas para afastar a imputação indevida do imposto incidente sobre a renúncia de herança pura e simples, como por exemplo, o uso de mandado de segurança de forma a proteger-se de tributo indevido.

Palavras-chave: Inconstitucionalidade lei estadual. Renúncia herança.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



A ineficácia na aplicabilidade da nova lei de crimes informáticos no Brasil¹

Jonatan Augusto da Costa Britto²
Laura Melo Miranda³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O impacto da tecnologia da informação (TI) sobre o Direito é um tema complexo, pois envolve vários dos seus ramos, dentre eles, o Civil, o Processual Civil, o Penal, o Processual Penal, o do Trabalho, o Comercial, o do Consumidor, o Tributário e o Internacional. Neste trabalho, a preocupação é somente com relação ao Direito Penal. O objetivo desse trabalho é analisar os principais aspectos do fenômeno dos crimes virtuais, bem como as possíveis consequências jurídicas aplicadas atualmente na legislação vigente em nosso país segundo classificação doutrinária adotada. A problemática de se aplicar ou adequar a legislação para amparar legalmente os crimes no ciberespaço, ou seja, a dimensão espacial abordada pela internet, que é um dos grandes problemas enfrentado pelos operadores de direito de todo o mundo para repressão dos crimes virtuais. Como resultado final desta pesquisa que objetiva principalmente analisar os principais aspectos do fenômeno dos crimes virtuais, bem como as possíveis consequências jurídicas aplicadas atualmente na legislação vigente em nosso país segundo classificação doutrinária adotada. A problemática de se aplicar ou adequar a legislação para amparar legalmente os crimes no ciberespaço, ou seja, a dimensão espacial abordada pela internet, que é um dos grandes problemas enfrentado pelos operadores de direito de todo o mundo para repressão dos crimes virtuais.

Palavras-Chave: Impacto da TI no Direito. Direito Penal. Legislação.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.

3. Docente do curso de Direito na FSA, orientador do trabalho.



A redução da maioridade penal¹

Maria Régina Rodrigues dos Santos Carvalho²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discorrer acerca da redução da maioridade penal, para fins da responsabilidade criminal. Maioridade esta que é fixada pelo ordenamento jurídico aos 18 anos, tendo como pressuposto o aumento da violência no Brasil. Para melhor entendimento acerca do tema tratado, busca-se fazer uma abordagem histórica das legislações anteriormente existentes no país. Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), instituído pela Lei Federal nº 8069/90, demonstra a finalidade de suprir o antigo Código de Menores de 1979, que para a sociedade, em nada cooperava para transformação da condição do menor infrator, e não reconhecia os jovens como sujeitos de direito. Verificar se há violação ao princípio da isonomia a tentativa de tratar igualmente aqueles que, em tese, não são iguais (maiores x menores de dezoito anos); verificar, ademais, se, sob os aspectos da proporcionalidade e da legitimidade, seria constitucional a redução da idade penal como forma eficaz de diminuir os índices de criminalidade. Ademais, este trabalho busca levar o leitor a reflexão do tema, referente à questão jurídica da problemática de reduzir a maioridade penal no Brasil, tendo em vista, as dificuldades jurídicas abordadas no decorrer deste trabalho.

Palavras-Chave: Maioridade penal. Responsabilidade criminal. Código de Menores (1979). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90).

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



Abandono afetivo: responsabilidade civil dos filhos em relação aos pais idosos¹

Thomaz Jose de Oliveira²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente estudo analisa o abandono afetivo e a responsabilidade civil dos filhos em relação aos pais idosos. O abandono está configurado na atitude omissa dos filhos, na falta de afeto como elemento agregador familiar e na violação do dever de cuidado dos filhos para com os pais idosos. O trabalho é elaborado como forma de discutir as obrigações dos filhos para com seus pais idosos e as consequências que o desrespeito aos direitos dos idosos pode acarretar por abandono afetivo, gerando inclusive indenização por danos morais, visto a grande evolução do conceito de família no decorrer do tempo. Nesse sentido, a presente pesquisa iniciará com a abordagem da relação paterno-filial, apresentando a importância desse vínculo, princípios que a norteiam e direitos e deveres envolvidos, para depois abordar a responsabilidade Civil nas relações familiares - explicando o que é responsabilidade civil, quais os elementos que a configuram e como pode ser aplicada no direito de família, e ao final tratarei do abandono afetivo de idosos, apresentando conceito de idoso, por que e como se dá sua tutela jurídica, bem como conceito e previsão jurídica do abandono afetivo. Trata-se de uma temática atual e de suma importância para família, principalmente no que tange à relação paterno-filial, em razão de situações ocorridas frequentemente na sociedade, que muitas vezes passam despercebidamente, e que trazem para o Poder Judiciário a responsabilidade de decidir a lide que ocorre na intimidade das famílias.

Palavras-Chave: Abandono Afetivo. Pais Idosos. Responsabilidade Civil.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



Barriga de Aluguel e Princípio da Solidariedade Familiar¹

Blandina Eunice Coêlho de Sousa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho busca demonstrar a necessidade da legalização de uma prática comum na atualidade que é a cobrança de valores para gestar vida, pois nada justifica negar a possibilidade de ser remunerada quem, ao fim e ao cabo, presta um serviço a outrem. O trabalho tem como objetivo demonstrar que a ciência e o desenvolvimento tecnológico podem ser considerados como uma opção possível para as pessoas que desejam constituir uma família, e que, por algum motivo, são impossibilitadas, utilizando-se das várias técnicas de reprodução assistida, dentre as quais está incluída a gestação por substituição. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a possibilidade de regulamentação de lei que permita o desenvolvimento da Gestação de substituição por meio de contrato. E são objetivos específicos: a) apresentar as vantagens e desvantagens da pesquisa; b) Demonstrar a eficácia da legalidade contratual. O presente trabalho será realizado através de uma pesquisa aprofundada com base na constituição federal de 1988, na resolução do CFM 2013/2013, e em doutrinadores da área com diferentes posicionamentos a cerca da referida gestação de substituição.

Palavras-Chave: Barriga de Aluguel. Princípio da Solidariedade. Família.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



Abandono Efetivo e a Responsabilidade Civil com Direito da Criança e Adolescente.¹

Érida Irca de Sampaio Ferreira²
João Santos da Costa³³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo apurar a responsabilidade civil dos pais em função do abandono afetivo, fundamentando a ocorrência do dano moral com dever efetivo dos pais. A família é apontada como ponto-chave não apenas para "sobrevivência" dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, em como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações no seio familiar, busca se analisar o impacto que o abandono afetivo dos filhos pelos pais pode causar na formação da criança, com enfoque, principalmente, na possibilidade de posterior reparação pecuniária do dano moral causado, à luz da legislação brasileira e do direito comparado, é de suma importância para se questionar se a responsabilidade civil, obrigando os pais a reparar financeiramente seus filhos por dano moral, venha a suprir efetivamente seus deveres, levando em consideração o verdadeiro valor do afeto, continua dissente tanto no judiciário quanto na doutrina sobre essa perspectiva da responsabilidade civil no seio familiar, suas implicações, meios e dificuldades para reparação, em como as consequências dessa reparação para entidade familiar, visto que a criança e o adolescente, enquanto sujeitos merecedores da tutela jurídica requerem uma solução positiva do Estado.

Palavras-Chave: Abandono Afetivo. Responsabilidade Civil. Direito de Família.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A citação por hora certa no processo penal: sua inconstitucionalidade em relação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa e a convenção americana dos direitos humanos (Pacto de San José da Costa Rica)¹

Naiara Cristina Furtado de Almeida Carvalho²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar e discutir a inconstitucionalidade da citação ficta, na modalidade por hora certa no processo penal, instituída pela Lei 11.719/2008. A discussão aborda a inconstitucionalidade da citação por hora certa, por violar os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), recepcionada pela Constituição brasileira. Este pesquisa científica foi elaborada por pesquisa bibliográfica em livros, códigos, periódicos e internet acerca do tema em discussão, verifica-se a inconstitucionalidade da referida norma, por violar expressamente o texto constitucional.

Palavras-Chave: Citação por hora certa. Processo penal. Inconstitucionalidade

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Direito na FSA.



Cláusulas abusivas em contratos de adesão bancário à luz do código de defesa do consumidor¹

Patrícia Lopes da Silva²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente estudo busca o estudo crítico e analítico da inserção das cláusulas abusivas nos contratos de adesão bancários. É certo que os contratos evoluíram ao longo do tempo, posto que estes se prestem a regular as relações negociais e, portanto, devem acompanhar a evolução destas para que cumpra a sua função. O incontestado é que embora estes contratos tragam benefícios e vantagens, eles por serem elaborados pelos fornecedores tendem a atender aos interesses destes, o que muitas vezes representa prejuízo aos direitos do consumidor e também aos princípios contratuais, fato que gera o desequilíbrio contratual e afeta a sociedade. Além disto, os contratos de adesão facilitam a inclusão de cláusulas abusivas, o que representa mais uma afronta ao direito, à sociedade e principalmente ao consumidor, que é a parte hipossuficiente desta relação. Em 11 de setembro de 1990 ocorreu a promulgação da Lei nº 8078, denominada Código de Defesa do Consumidor, lei esta que rompe com o tradicionalismo, reconhece a vulnerabilidade do consumidor reservando-o ferramentas capazes de equilibrar as contratações, criando um sistema protetivo, intitulando práticas, tanto comerciais, quanto contratuais, abusivas.

Palavras-chave: Cláusulas abusivas. Contratos de adesão bancários. Código de defesa do consumidor.

¹ Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho. . patricialopes0003@gmail.com



Dependência Química e Internação Compulsória¹

Adelaide Alves Fernandes do Nascimento²
Wirna Maria Alves da Silva³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho trata do tema dependência química e internação compulsória, e visa demonstrar que a capacidade de discernimento dos dependentes fica comprometida, assim também como põe em risco o seu direito à vida; para tanto são apontadas as concepções de diversos doutrinadores e estudiosos do assunto, tanto das ciências jurídicas como de outras áreas que contribuem para a matéria pesquisada e abordando fundamentos jurídicos e conceituais concernentes ao tema.

Palavras-chave: Dependência Química. Internação Compulsória. Discernimento.

¹ Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

³ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



É necessário pedigree para que os nordestinos façam parte desse país?¹

Nathalia Karoline de Lima Pinto²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Vivemos em uma sociedade fruto de transformações, tudo isso torna nosso Brasil um verdadeiro polo generalizado de grupos distintos culturalmente e similares ao serem regidos por uma falsa democracia racial. Toda essa mistura traz consigo grandes transtornos sociais, dentre eles, a violência, não baseada em hipotéticas distinções raciais, mas a que acomete uma intolerância gerando conflitos geográficos na convivência de pessoas “separadas” por linhas territoriais, ou seja, do preconceito oriundo de um processo de segregação que visa à retenção dos indivíduos por região, um apartheid escuso tendo por base a discrepância entre nordestinos e sulistas. Há contrários posicionamentos, isso porque o alicerce dessa “diferenciação” seria a composição da população nordestina, a qual é em sua maioria de negros e pardos, concomitante à oposição da cultura vigente e pela limitação educacional; adversamente tem-se o princípio preponderante da dignidade da pessoa humana ligada à honra, na qual esta vem sendo abusivamente deturpada; favoravelmente tem-se na Constituição Federal de 88 a promoção do bem estar de todos sem distinção, incluindo ainda como crime todo e qualquer tipo de racismo. A abordagem utilizada foi a de pesquisa qualitativa, pelo método indutivo através de pesquisa bibliográfica. O artigo constrói-se sobre a visão crítica da música Pare o Mundo que Eu Quero Descer interpretada por Raul Seixas. Finaliza-se assim com a constatação de que o preconceito contra nordestinos provém não apenas das diferenças entre regiões, mas sim da “oposição” racial.

Palavras-chave: Violência. Nordeste. Racismo.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Finalidade das Penas: o paradoxo da ressocialização e do aumento do tempo no cárcere¹

Michelle da Silva²
Laura Melo Miranda³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este projeto de pesquisa trata das finalidades da pena e o paradoxo da ressocialização e do aumento do tempo no cárcere. Sua interdisciplinaridade abrindo a possibilidade de uma nova leitura deslegítima da pena, mas, principalmente, para a construção de uma nova linguagem (mas adequada) para dialogar com esse objeto (pena). Analisa-se que a duração excessiva do processo (de conhecimento) faz com que a pessoa condenada na atualidade seja completamente diversa daquela que, há anos atrás, cometeu, e ainda mais diferente daquele que, ao final da execução, sai da prisão. E quando sair da prisão, a ruptura estabelecida é de tal intensidade que surge um verdadeiro estigma da exclusão temporal. Esta pesquisa justifica-se teoricamente que a função de reparação da pena só pode referir-se ao delito como conceito, e não como dano exterior, que apenas poderá ser solucionado em outras esferas. Outras considerações podem ser feitas acerca de finalidades da pena, mas a justificativa dentro de sua finalidade de restituição do ordenamento deve estar previamente estabelecida e na prática resultaria a conduta criminosa em uma ordem particular que, formalmente seria equivalente a uma lei geral, mas materialmente desafia a verdadeira ordem, pelo que necessita ser anulada. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a finalidade das penas e o limite temporal para o exercício desse poder de punir, seja pela duração da pena, seja pelo direito de ser julgado num prazo razoável para a própria legitimação das teorias calcadas na ressocialização e na prevenção.

Palavras-chave: Tempo de cárcere. Penas. Prisão. Ressocialização.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



ICMS complementar exigido no Estado do Piauí¹

Amanda Luiza Costa Miranda²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Atualmente, na chamada guerra fiscal existem 4 personagens: o Estado de origem que concede o benefícios sem o apoio de convênio; o contribuinte que atua no Estado de origem e que frui o benefício fiscal e depois vende a mercadoria para contribuinte localizado em outro Estado, ou prestem serviços; contribuinte do Estado de destino, adquire a mercadorias ou o serviço e ver essa transação documentada em Nota Fiscal totalmente em ordem e onde estão escrituradas os créditos do ICMS. E como segue o principio da não cumulatividade, ele escritura esses créditos e pretende utiliza-los como moeda de pagamento; Estado de destino que dando-se conta que houve no Estado de origem o benefício financeiro não previsto em convenio, não autorizado em convenio, não só goza os créditos do ICMS, como pretende exigir o que não foi pago no Estado de origem para isso o estado de destino se baseia no disposto do artigo 8º da Lei Complementar 24/75. Este trabalho tem por objetivo verificar sobre a legalidade ou ilegalidade da cobrança do ICMS complementar no Estado do Piauí, da aplicação das sanções e das restrições ao crédito do ICMS as empresas que estão instaladas no Estado do Piauí (empresas de destino) e que compraram de empresas de outros Estados que receberam algum benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ.

Palavras-Chave: ICMS Complementar. Estado do Piauí. CONFAZ. Guerra Fiscal.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Judicialização da Função Legislativa: Interpretação da Lei à Luz da Constituição Federal¹

Romero Cardoso Lima Verde²
Marcus Vinicius do Nascimento Lima³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O trabalho objetiva demonstrar e provar a ocorrência de conflitos de competência entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, no desempenho de suas funções principais. A Judicialização da Função Legislativa refere-se à intervenção do Poder Judiciário, no que tange às matérias de competência do Poder Legislativo e Executivo, podendo ter como consequência a ampliação do poder judiciário. Essa influencia, de forma direta, poderá afetar o modelo político da democracia contemporânea. O Brasil é um País que tem como modelo político a Democracia, regime a separação dos poderes é estabelecida no artigo 2º da Constituição Federal/88. Destarte, a “transferência de função de poderes”, que ocorre na judicialização, quando o judiciário adota Decisões referentes às questões sobre o ponto de vista social, moral e político concentrando em si o poder de decidir. O judiciário para agir tem que ser provocado, isto é verdade, mas acontece que muitas respostas apresentadas à sociedade têm extrapolado o limite de suas atribuições; portanto, desrespeitando a tripartição da função dos poderes. Uma das justificativas para esse fenômeno se encontra na omissão ou leniência dos demais Poderes cooperando para a hipertrofia do Judiciário.

Palavras-Chave: Conflitos de competência. Judicialização da Função Legislativa. Democracia. Tripartição da Função dos Poderes.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Lei de Execução Penal: Acertos e Ineficácia no Estado do Piauí¹

Robert Hooke Vicente de Sousa²
Rogério Saraiva Xerez³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho pretende mostrar onde a lei é eficaz e onde é falha visando melhorar sua aplicabilidade no âmbito do processo judiciário penal do Estado do Piauí buscando-se assim produzir bons frutos no que tange as mais que urgentes melhoras nas condições de cumprimento das reprimendas penais em nosso Estado. A lei 7.210 significou um grande avanço, tratando-se, sem dúvida, de uma das leis de execução penais mais modernas do mundo ao, sobretudo jurisdicionalizar a execução penal, trazendo o juiz de direito, o contraditório e o devido processo legal para fiscalizar e decidir os incidentes durante o cumprimento da pena do sujeito, sendo ela permanentemente individualizada com o sistema de sanções e recompensas. A lei significou mesmo um grande avanço ao cuidar dos direitos dos presos, da progressão, do trabalho, enfim, da sua ressocialização. Apesar de ser motivo de orgulho e vigente a não aplicação da LEP permite que o sistema carcerário continue em situação precária. A impressão que dá é que boa parte dos operadores do direito acreditam que a Justiça Penal realiza-se com o trânsito em julgado da condenação, afinal, descobriu-se o autor do crime e ele foi condenado, e ponto final. Essa mentalidade é um grande erro. E o que vemos na realidade: depois de todo esse esforço, que demanda do contribuinte um dinheiro enorme, condena-se uma pessoa a uma pena que em tese deveria ter a função ressocializadora, jogando-a em um sistema carcerário caótico e desumano, dominado por facções criminosas. Com a execução penal que aí está, estamos tornando as pessoas piores e, em médio prazo, aumentando a criminalidade.

Palavras-Chave: Lei de Execução Penal. Direito. Eficácia e ineficácia.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho. R.hooke@hotmail.com

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Previdência fechada no Brasil: contexto histórico e aparato legal¹

Conceição de Maria Pereira Santana²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente tema tem como principal objetivo apresentar a Previdência Complementar Fechada no Brasil, contemplando sua evolução histórica e aparato legal no direito pátrio. O tema ainda é pouco discutido no Brasil, porém o que será abordado é o seu surgimento como forma de complemento ao benefício do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, objetivando propiciar uma vida digna aos empregados das empresas patrocinadoras, inscritos nos seus planos de benefícios quando na sua inatividade laboral. Tal regime presta aos seus participantes e beneficiários, benefícios de natureza previdenciária assistindo-os e aos seus familiares em eventos tais como a invalidez, morte ou doença. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar, objeto principal deste estudo, são administradas por entidades constituídas sob forma de Fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos, conhecidas como Fundos de Pensão. Com essas características, essas Entidades passaram a ter um relevante papel social ganhando destaque no cenário brasileiro notadamente com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, com a promulgação das Leis Complementares 108 e 109, de 29/05/2001 e com sucessivas Resoluções editadas constantemente.

Palavras-Chave: previdência complementar fechada, Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Leis Complementares 108 e 109/2001, Emenda Constitucional nº 20/98.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Responsabilidade Civil na Pornografia Revanche¹

Rosamaria Lemos Rocha²
João Santos da Costa³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A sociedade moderna nos trouxe avanços e com eles benefícios e conflitos. O trabalho em questão visa a responsabilidade cível no tocante à propagação de fotos e vídeos íntimos, sem o consentimento do parceiro, e com o cunho de denegrir / ofender a imagem de tal. Sendo uma conduta que vai em avesso ao dispositivo encontrado na Carta Maior no seu artigo 5º, inciso X, sendo invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação e também com os dispositivos dispostos no Código Civil vigente nos artigos 12 e artigo 186. Ferindo ainda o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e portanto incorrendo em práticas ilícitas e que merecem repúdio e sua devida reparação a vítima a fim de coibir esse tipo de conduta. Casos recentes mostram o quão vulnerável as mulheres e adolescentes estão com essa prática, causando não só dano material mas também psicológico, podendo acarretar até ao suicídio. Sendo, portanto, um estudo indispensável para identificar e punir tais práticas.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Pornografia Revanche. Direitos da Personalidade. Ato Ilícito. Dano Moral.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3.. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



(In)Constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato¹

Liu Grazianni Cruz e Silva²
Alysson Nunes Santos³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como intuito realizar uma análise da inconstitucionalidade/ constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato, tendo em vista inúmeras controvérsias existentes. O instituto do crime de perigo trata dos atos que se consumam com a mera situação de risco a que fica exposto o objeto material do crime – ex.: “periclitção de vida e de saúde”, “rixa”. No crime de perigo abstrato ou presumido, a lei descreve uma conduta e presume que o agente, ao realizá-la, expõe o bem jurídico a risco; trata-se de presunção absoluta (não admite prova em contrário), bastando à acusação provar que o agente praticou a conduta descrita no tipo para que se presume ter havido a situação de perigo – ex.: “omissão de Socorro”. Em razão disso, vem à tona incertezas jurídicas acerca da constitucionalidade ou não do alusivo tema, haja vista não precisar de efetiva violação a bem jurídico tutelado para configuração de eventual delito. Contudo, a intervenção estatal, em casos repressão penal só se justifica, quando houver efetivo e concreto ataque a um interesse socialmente jurídico relevante, que represente um perigo concreto ao bem jurídico tutelado – princípio da ofensividade..

Palavras-chave: Inconstitucionalidade. Direito. Crime.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3.. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A delação premiada e o princípio da economia processual: o processo deve ser encarado apenas sob uma ótica economicista, prejudicando os direitos e garantias fundamentais?¹

Mônica Maria Alves de Carvalho²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A delação premiada é um tema que vem causando controvérsias, deste modo, o principal objetivo do estudo é a questão da legalidade e constitucionalidade do instituto. Alguns autores defendem a permanência e aplicabilidade no campo jurídico, alegando que a delação premiada torna a justiça mais célere e eficaz em obediência ao princípio da economia processual. Por outro lado, outros autores defendem que tal aplicação estaria infringindo os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, da obrigatoriedade da ação penal e o da inadmissibilidade de provas ilícitas no processo, contrapondo a idéia, portanto, de que o processo deve ser encarado sob uma ótica puramente economicista em prejuízo dos direitos e garantias fundamentais consagrados. Portanto, este estudo faz-se necessário para estimular a discussão acerca deste instituto intrigante e complexo, com a ajuda dos posicionamentos dos renomados conhecedores do assunto e destacando ser importante o aprimoramento da legislação normativa específica, com o objetivo de diminuir os embates éticos existentes, e proporcionar também uma reflexão acerca do tema.

Palavras-chave: Delação premiada. Princípios Constitucionais. Legalidade

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A Identificação criminal por perfil genérico no Brasil: Constitucionalidade da lei 12.654/12 ¹

Polyanne Gomes de Brito Evangelista ²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a constitucionalidade da lei 12.654/12 que prevê a possibilidade de identificação de indivíduos através da coleta de material biológico para obtenção do perfil genético. Analisar as alterações surgidas com a implantação da lei a qual provocou alterações na lei de identificação criminal, adicionando aos já tradicionais meios de identificação fotográfico e datiloscópico a possibilidade de coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do acusado nas hipóteses em que se fizer essencial às investigações policiais. Buscar-se-á fazer uma reflexão sobre o tema, para ao final, serem traçadas as conclusões acerca do problema suscitado, adotando-se uma das hipóteses levantadas. Para desenvolver o tema proposto e seus desdobramentos e, conseqüentemente, alcançar o objetivo principal da presente monografia, será feita, essencialmente, uma compilação de pesquisas bibliográficas, em que serão explorados a legislação, livros, artigos, notícias e entrevistas, que tenham relevância para a elaboração do trabalho, a fim de aprofundar a matéria abordada.

Palavras-chave: Constitucionalidade. Identificação criminal. Perfil genético.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A dispensabilidade do inquérito policial: teoria x prática.¹

Gilbert Jefferson de Gálcon Mourão Ramos²
Gustavo Tupinambá³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O inquérito policial, principal procedimento investigatório utilizado pelas polícias judiciárias na apuração das infrações penais, no que diz respeito a sua autoria e materialidade, por muito é alvo de severas críticas por parte dos doutrinadores e profissionais da área jurídica dispensabilidade e até sua possível eliminação do nosso ordenamento jurídico. dessas opiniões e tendo por pressuposto a importância e validade do inquérito policial, o presente estudo dedica-se a uma análise pormenorizada acerca da possível dispensabilidade do inquérito policial à luz da legislação processual penal em vigor e confrontando a teoria processual com a realidade fática e prática que precede o oferecimento da denúncia, bem como verificar a possibilidade de métodos alternativos que possam vir a substituir de forma eficaz o instrumento em análise.

Palavras-chave: Processo penal. Inquérito policial. Dispensabilidade. Teoria x prática. Fase pré-processual.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A Inconstitucionalidade na Concorrência entre Companheiro Sobrevivente e Parentes Colaterais na Sucessão¹

Luiz Augusto Soares dos Santos²
João Santos da Costa³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como título “A inconstitucionalidade na concorrência entre companheiro sobrevivente e parentes colaterais na sucessão”, tendo como objetivo a discussão da inconstitucionalidade do artigo 1790, III, do Código Civil de 2002, que tem como entendimento a concorrência do companheiro sobrevivente com os parentes sucessíveis, inclusive os colaterais até o quarto grau, comparando-o com o artigo 1829, III do mesmo diploma legal. Para a obtenção desse objetivo será utilizado o método dedutivo, com base em pesquisas bibliográficas, através de doutrinas, sites de internet e artigos jurídicos publicados referentes ao assunto em comento, além de jurisprudências que serão analisadas sob a ótica do ordenamento jurídico para que se possa ter uma noção de qual seja o entendimento dos Tribunais, referente à inconstitucionalidade do dispositivo atacado. Sabe-se que há divergência de opinião, tanto na doutrina como na jurisprudência, com a necessidade de ser pacificada. O legislador ordinário tratou de forma diferenciada o companheiro sobrevivente, quando comparado com o cônjuge supérstite, ao lhe impor a concorrência com os parentes colaterais até o quarto grau do autor da herança na sucessão, ferindo os princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e o do não retrocesso social, incorrendo, conseqüentemente em afronta flagrante à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ante o exposto, pode-se concluir sugerindo a inclusão do companheiro em todos os dispositivos referentes ao cônjuge.

Palavras-chave: Direito. Direito das Sucessões. Inconstitucionalidade. Companheiros.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A irrecurribilidade da decisão que converte o agravo de instrumento em retido sob um enfoque constitucional¹

Aylton Kaécio Barbosa Macedo²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este trabalho analisa, sob um enfoque constitucional, o art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a irrecurribilidade da decisão que converte o agravo de instrumento em retido. A lei nº 11.187/2005, objetivando dar maior celeridade aos processos judiciais, assim como reduzir o número de recursos disponíveis no sistema processual brasileiro, suprimiu o direito da parte ao recurso e atribuiu ao relator amplos poderes, afrontando diversos princípios constitucionais, além de contrariar os objetivos ensejadores da reforma. Portanto, sendo um tema de grande relevância para o dia-a-dia forense, uma vez que restringe e afronta direitos garantidos constitucionalmente, o presente trabalho faz uma abordagem sucinta dos efeitos da referida decisão no sistema jurídico, ante a impossibilidade do recurso, tendo como enfoque a Constituição Federal.

Palavras-chaves: Agravo. Decisão. Irrecurribilidade. Inconstitucionalidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Mediação no abandono afetivo paternal¹

Diego Rafael Pearce Moreira²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O judiciário vem recebendo ações onde se discutem a responsabilidade dos pais que abandonam afetivamente seus filhos, sendo assim, pretendo com este trabalho, analisar a responsabilidade paterna e o dever, instituído pelo judiciário, de compensar o dano causado aos filhos pelos transtornos relacionados à falta de afetividade, discutindo a problemática em torno da aplicabilidade da indenização por abandono afetivo e apresentar a mediação como espaço alternativo, e consideravelmente eficaz no que tange à resolução de conflitos de ordem familiar, em especial para os conflitos paterno-filiais. O instituto propicia às próprias partes conflitantes espaço para deliberarem sobre seu problema, o que possibilita o surgimento de relacionamentos mais verdadeiros ao contrário de estabelecer uma indenização financeira onde assim acaba com quaisquer chances de se estabelecer o afeto entre pai e filho. Reconhece-se que tal prática não é simples e fácil por resistência, muitas vezes, das próprias partes, que preferem que o Estado-Juiz intervenha e decida qual a solução para suas mazelas. Por isso, um trabalho de informação e conscientização geral pode ser uma alternativa para o melhor e maior acesso à mediação como forma de resolver conflitos, mesmo que de ordem existencial, como a maioria dos advindos das relações familiares.

Palavras-Chaves: Direito de Família. Abandono Afetivo Paternal. Mediação de Conflitos.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Alienação Parental no “Código da Vida”, de Saulo Ramos¹

Karen Nunes de Macêdo Araújo²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho surgiu diante da seguinte indagação: qual a importância da associação do Direito com a Literatura? Assim, tomou-se como ponto de partida do presente estudo a obra literária “Código da Vida”, escrita pelo advogado José Saulo Ramos. Teve como objetivo geral analisar o instituto da Alienação Parental no caso retratado pelo autor. Como objetivos específicos, buscou-se pesquisar a evolução da família e do poder familiar no Direito brasileiro e analisar a contribuição da Literatura na resolução de litígios que envolvam crianças. Por fim, restou evidenciado que a compreensão da alienação parental através da obra literária é de significativa contribuição, posto que revela todo o caminho trilhado até se chegar ao litígio, remetendo o leitor à origem do problema, representando uma porta aberta ao encontro de novas soluções. O embasamento teórico do estudo teve como principais referências os autores Maria Berenice Dias, Maria Helena Diniz, Ana Carolina Carpes Madaleno no concernente ao estudo do direito de família e da alienação parental, bem como o professor André Kara Trindade, tido como referência em Direito e Literatura no Brasil.

Palavras-Chaves: Direito de Família. Alienação Parental. Direito e Literatura. Código da Vida.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Análise do projeto “Eu Tenho Pai” no âmbito do processo de Reconhecimento de paternidade judicial e extrajudicial do Estado do Piauí¹

Luiz Gonzaga de Carvalho²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O Presente estudo procurará de forma breve, demonstrar que o instituto da paternidade não mais se restringe à responsabilidade da condição de genitor ou do provedor de alimento, passando este a considerar além da filiação biológica, a socioafetiva. Tem como objetivo principal, analisar o projeto “Eu tenho Pai” idealizado pelo programa da Justiça Itinerante do Estado do Piauí, em razão da necessidade de desafogar o Judiciário, do acúmulo de processos de Investigação de paternidade, bem como evitar, através do reconhecimento de paternidade extrajudicial, que outros sejam intentados. Para facilitar o acesso de toda a sociedade a serviços judiciais, a Emenda Constitucional nº 45/2004 recomenda aos tribunais, a criação da Justiça Itinerante. No Estado do Piauí o programa foi implantado no ano de 2003, e conta com parceria da Defensoria Pública, do Ministério Público Estadual, Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica e laboratórios LACEN e BIOGENETICS. Fundamenta-se a análise em princípios constitucionais, norteadores que o regem, doutrinas, jurisprudências, revistas e sites especializados, além de entrevistas com responsáveis pelo andamento do Projeto. Os dados quantitativos coletados servem de base para a investigação, suas particularidades e dificuldades apresentadas, que demonstram a utilidade do Projeto “Eu Tenho Pai” para o judiciário e para a sociedade.

Palavras-Chaves: Justiça Itinerante. Processos. Paternidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Aposentadoria por (in)validade e critérios que norteiam seu processo decisório¹

Maria das Dores Saraiva Mousinho Silva²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho investigará os aspectos que envolvem o cancelamento ou suspensão da aposentadoria por invalidez. Nesse sentido, pretende-se compreender os critérios de interpretação adotados para concessão ou não da aposentadoria por invalidez. Para consecução do estudo, será realizada a compreensão das questões jurídicas e sociais pertinentes à formação da Sociedade de Risco e/em sua relação histórica e evolutiva, bem como sua influência no processo de formação da convicção/certeza jurídica do julgador em sua decisão pertinente à temática. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de aspectos qualitativos, será utilizado o pensamento de Lênio Luiz Streck como teoria de base para consecução do trabalho, dentre outros que tratem do tema em epígrafe.

Palavras-Chaves: Ordenamento jurídico brasileiro. Crimes na Internet. Legislação.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Aplicabilidade da Lei sobre os crimes de Internet no Brasil¹

Aldrin Vieira Monteiro²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O Ordenamento Jurídico brasileiro, em função de sua natureza formal e burocrática, mostra muitas dificuldades em acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas e as mudanças que refletem nas relações dentro da sociedade. Parte do problema de estabelecer uma legislação eficaz se dá pela falta de compreensão dos legisladores dos aspectos técnicos da Internet, gerando uma legislação cheia de lacunas e conceitos demasiadamente amplos. A grande maioria dos crimes cometidos pela Internet não deixam de ser crimes comuns, pelo fato de serem cometidos com a utilização de um computador. Ainda assim, a interpretação analógica dos dispositivos existentes não se mostra satisfatória, em vista do caráter peculiar desses crimes. O presente trabalho foi objeto de uma pesquisa frente aos principais autores e arquivos que discorrem sobre os crimes que ocorrem em ambientes virtuais, sendo que foi feita uma pesquisa bibliográfica a partir de material que já versava sobre o assunto, constituído de livros e artigos disponíveis na internet. O objetivo da presente pesquisa é identificar a aplicabilidade das normas no ordenamento jurídico brasileiro no que tange a eficácia punitiva dos crimes praticados pela internet. Buscou-se responder a problemática: o ordenamento jurídico brasileiro está composto de uma legislação capaz de solucionar os conflitos e de punir de maneira eficaz os crimes que são praticados pelo computador?

Palavras-Chaves: Ordenamento jurídico brasileiro. Crimes na Internet. Legislação.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Autonomia do Paciente e Direito de Escolha e Tratamento Médico Sem Transfusão De Sangue¹

Lorena Guimarães Sousa Chaves²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Tal estudo tem sua importância pautada no direito que um paciente tem de recusar um tratamento médico, no caso a transfusão sanguínea, utilizando os princípios assegurados constitucionalmente, como a dignidade da pessoa humana, bem como direitos garantidos pelas normas brasileiras. Questões como o aparente conflito entre o direito à liberdade religiosa e o direito à vida, a posição do novo Código de Ética Médica acerca da autonomia do enfermo e a validade do documento de antecipação de vontade serão tratadas com base nos preceitos constitucionais e civis. Busca-se ainda, considerar a problemática sobre a necessidade do respeito à autonomia da vontade da relação médico-paciente, envolvendo a liberdade de escolha de tratamento, o dever de informação do paciente, o efeito vinculante do consentimento informado bem como a responsabilidade civil do médico.

Palavras-Chaves: Paciente. Recusar. Transfusão sanguínea.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Crime Passional¹

Lady Zaira Costa Lemos²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução da punibilidade do crime passional no cenário brasileiro, diante do progresso sócio cultural ocorrido através dos tempos. A nossa legislação não faz nenhuma menção expressa sobre os delitos passionais, abrindo várias possibilidades para seu julgamento, causando grandes problemas para o Judiciário, e este para tentar resolver esses embates, procura na doutrina uma solução. Para melhor entendimento acerca do tema tratado, busca-se, definir o crime passional, através dos seus pontos motivadores que levam a prática do crime, que estão relacionados diretamente às emoções, principalmente ao ciúme. Esses criminosos estão envolvidos em sentimentos, como o amor, a paixão, o ciúme, o ódio, o egoísmo. Sentimentos esses comuns à raça humana, mas se estiverem presentes na pessoa de forma intensa pode levá-la a cometer tais crimes. Este estudo tem por finalidade, ainda, de compreender o comportamento humano que leva a prática de tal crime, traçando o perfil do homicida passional. Além de fazer estudo acerca da aplicabilidade da sanção penal na legislação brasileira em casos de crimes passionais, demonstrando através de doutrina a possibilidade de configuração de homicídio privilegiado ou qualificado. Assim destacamos a importância deste estudo em buscar compreender o comportamento humano que leva a prática de tal crime. E ainda, a necessidade de aplicabilidade da pena, já que a defesa da honra não pode sobrepor o direito à vida.

Palavras-Chaves: Paciente. Recusar. Transfusão sanguínea.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Fundeb: as sanções que podem incorrer os gestores públicos pela não aplicação, ou mau uso desse recurso¹

Carlito de Sousa Lima²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O seguinte trabalho tem como objetivo tratar das principais sanções que podem incorrer os gestores públicos quanto à não aplicação ou malversação do recurso do FUNDEB, Lei 11494/07. Recurso este destinado ao financiamento da educação básica, advinda da Política Pública Educacional. O trabalho ocorrerá através de uma pesquisa qualitativa explicativa, possuindo três capítulos, onde se visualizarão o surgimento e a evolução histórica do FUNDEB, seus principais impostos que o compõe, assim como os órgãos fiscalizadores desse recurso e principalmente mostrando as principais sanções impostas aos agentes públicos quando o destinam para outros fins, bem como as ilicitudes mais frequentes. Posteriormente veremos as penalidades em caso de comprovada irregularidades relacionadas ao FUNDEB. O trabalho ainda mostra algumas das principais decisões no Brasil bem como Piauí na aplicação de sanções aos gestores públicos que destinaram o FUNDEB para outros fins.

Palavras-Chaves: FUNDEB. Agentes Públicos. Sanções

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Entre Tapas e Beijos: Prevenção e Tratamento na Lei 11.340/06 e as Consequentes Mudanças no Âmbito Penal¹

Ana Angélica Oliveira e Silva²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Ao passo que a humanidade foi se desenvolvendo, a figura feminina foi submetida a constrangimentos frequentes. Uma discriminação de gênero presente inclusive na vida familiar gerou diversos tipos de violência onde regularmente a vítima é a mulher. O presente trabalho tem o intuito de apresentar os aspectos gerais da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha em homenagem a mulher de mesmo nome que se tornou símbolo de resistência a sucessivas agressões do seu ex exposo. Insta ressaltar que ao longo da obra delimitaremos os tipos de violência usais e seu correto enquadramento no caso concreto, bem como as medidas de prevenção e tratamento adotadas para coibir e sanar as mazelas causadas as vítimas. Esta lei trouxe ainda mudanças no âmbito penal afastando a lei 9.099/95 nos casos de violência praticada contra a mulher e também quanto a representação nos casos do artigo 129 §9º do Código Penal, alterando o papel da vítima no processo penal. A efetividade da Lei Maria da Penha tem sido questionada em virtude do crescente número de denúncias, contudo concluímos que esta Lei tem sido de suma importância para a autonomia das mulheres, resguardando seus direitos que por muito foram renegados em face de uma sociedade machista.

Palavras-Chaves: Lei Maria da Penha. Violência contra a mulher. Processo Penal.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Guarda Compartilhada¹

João Paulo Silva de Aquino²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho monográfico tem como tema central a Guarda Compartilhada e seus reflexos no desenvolvimento dos filhos. O estudo vem mostrar a evolução da guarda compartilhada no Brasil, e quais as suas principais consequências quanto às famílias brasileiras, que até o advento da Lei 11.698/2008 apenas era privilegiado um dos genitores. A importância do tema se justifica devido às profundas transformações ocorridas na sociedade, e seus reflexos sociais, culturais, políticas, econômicas e, principalmente as familiares e às relações entre pais e filhos após o crescente número de ruptura dos laços conjugais. A opção pelo tema deu-se ao grande interesse do acadêmico pelo Direito de Família brasileiro, levando a aprofundar-me o conhecimento do instituto da Guarda Compartilhada. Esta necessidade de conhecer com maior profundidade o tema objeto deste trabalho monográfico e o desejo de contribuir socialmente através da pesquisa representa os motivos que instigaram o pesquisador a executar o projeto que resultou neste trabalho científico. A Guarda Compartilhada tem como finalidade privilegiar os interesses da criança e do adolescente ao minimizar os impactos causados pela separação dos pais.

O novo modelo busca atingir esse objetivo ao proporcionar o cumprimento dos direitos inerentes à sua condição de pessoa em desenvolvimento, em particular a participação conjunta dos pais no seu cotidiano.

Palavras-Chaves: Guarda Compartilhada. Filhos. Direito de Família.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Inquérito Policial versus Contraditório à luz do Processo Penal¹

Maria do Socorro Vale de Queiroga Sarmento²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O inquérito policial é um procedimento administrativo investigatório, de natureza inquisitorial e informativa, no qual uma autoridade policial o conduz e preside com o escopo de esclarecer o delito e sua autoria, além de fornecer o subsídio para a formação da opinião delicti do órgão acusador e a propositura da ação penal. Assim, partindo-se do princípio que o inquérito policial é considerado procedimento administrativo e inquisitivo, porque no mesmo não há lide, o que se diferencia do processo, não se aplicam os institutos do contraditório e da ampla defesa. A partir do advento da atual Constituição Federal, surgiu no cenário jurídico diversas opiniões no sentido de que o inquérito policial deve respeitar os princípios constitucionais vigentes, sobretudo o contraditório, doutrinas que vão de encontro à tradicional natureza inquisitorial do objeto em exame. O objetivo deste estudo é analisar a processualização do inquérito policial e o instituto do contraditório. Entre os objetivos específicos tem-se: conceituar ampla defesa e contraditório, abordar os aspectos do procedimento de inquérito policial, enfatizar a relevância do inquérito policial para o processo penal e analisar as divergências teóricas acerca da adoção do contraditório no inquérito policial. Justifica-se a pesquisa pelo seu valor teórico, social e jurídico, imprescindível ao conteúdo de um trabalho científico na seara do direito. É um assunto que, apesar de sua relativa novidade, deve ser desde já encarada com muita seriedade pela comunidade jurídica, pois seu estudo e questionamento têm reflexos diretamente na sociedade. Para tanto a metodologia adotada é a descritiva de cunho qualitativo. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa bibliográfica, com base em livros, publicações avulsas, revistas e internet, que sirvam de embasamento para o enriquecimento do assunto.

Palavras-Chave: Inquérito policial. Contraditório. Processo penal

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Lei Seca: uma abordagem sobre sua contitucionalidade¹

Jefferson Lima da Silva²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a Lei Seca sob o aspecto constitucional de seus dispositivos, sua interpretação e aplicabilidade, de forma a garantir a segurança e a liberdade das pessoas, assegurando a observância aos direitos fundamentais dos indivíduos. Ainda, avaliar a intenção do legislador ordinário que, ao mudar a legislação, fez com a finalidade de reduzir a criminalidade no trânsito, ou seja, buscou solucionar um problema que atinge a sociedade brasileira, no que diz respeito ao aumento progressivo do número de acidentes de trânsito envolvendo condutores embriagados. Também, identificar os posicionamentos jurídicos dos doutrinadores pátrios que, diante da falta de técnica da lei, tiveram que examinar, sob o aspecto técnico-científico, a sua constitucionalidade. Posteriormente, analisando se houve uma melhora ou não com essas inovações legislativas. Observa-se que essas mudanças vêm sendo criticadas por diversos doutrinadores, pela sua inconstitucionalidade, tendo em vista que o estabelecimento do dispositivo legal que dispõe sobre a alcoolemia zero, ou seja, qualquer concentração de álcool por litro de sangue, introduzida pela Lei Seca, já sujeita o condutor a punições por estar cometendo uma infração administrativa, violando o princípio da razoabilidade ou proporcionalidade. E por último, analisa-se a Lei Seca conforme a Constituição Brasileira. Investigam-se os diversos direitos e princípios constitucionais envolvidos, tais como: o princípio da não culpabilidade, o princípio da não autoincriminação. Com isso, verifica-se se a Lei Seca se choca com alguns direitos fundamentais, e nessa colisão, o que deve prevalecer.

Palavras-chave: Lei seca. Direito fundamentais. Criminalidade no trânsito. Constitucionalidade. Princípios.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



O financiamento público de campanhas eleitorais como condição de possibilidade para a preservação do estado democrático de direito brasileiro¹

Francisca Marques Viana Neta²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho busca analisar o financiamento público de campanha eleitoral no Brasil no intuito de defender a possibilidade de adoção desse modelo no nosso país como instrumento eficaz e capaz de preservar o Estado Democrático de Direito já tão enfraquecido devido aos grandes escândalos políticos protagonizados no Brasil, o encarecimento das campanhas, a desigualdade na disputa eleitoral e a influência indevida, o que acaba por deixar os candidatos eleitos em condição de vulnerabilidade perante seus financiadores, que além de comprometer a lisura do processo eleitoral põem em cheque todo o sistema de representação política, criado assim a necessidade de se discutir a cerca das irregularidades relacionadas às finanças eleitorais. Portanto, trata-se o tema de um grande desafio enfrentado no cenário político brasileiro, que é o de garantir a independência das instituições políticas e administrativas em relação ao poder econômico, encontrando como ponto de partida a regulamentação de um financiamento adequado que possa conter a influência do poder econômico e que promova uma maior igualdade política.

Palavras-chave: sistema de financiamento. Eleições. Democracia.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Prisão Preventiva e seu confronto com os Princípios Constitucionais: até que ponto a medida não fere os Direitos Fundamentais¹

Jansen Guimarães Carvalho²
Rogério Saraiva Xerez³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

As medidas cautelares, dentre elas a prisão preventiva, vem como instrumento para garantia e andamento regular do processo e sua execução. Com isso busca-se no presente trabalho estudá-la e compreender sua verdadeira finalidade no processo, sendo um instrumento a ser utilizado excepcionalmente dentro do ordenamento jurídico brasileiro, pois restringe a liberdade pessoal do cidadão. Tenta-se observar em quais momentos a medida cautelar afronta os princípios constitucionais e as garantias fundamentais de todo cidadão resguardados pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Para isso, utilizando-se de fontes bibliográficas que tem por base doutrina que permita tal reflexão sobre sua aplicabilidade, quando se é aceitável bem como as hipóteses de sua admissibilidade, sendo tal medida atualmente usada constantemente pelo judiciário brasileiro, deixando parâmetros para questionamentos. E através desse estudo, pode-se concluir, em que, caso a medida cautelar não seja usada no estrito limite, invadirá o campo dos direitos fundamentais, surgindo como uma verdadeira antecipação dos efeitos da pena violando os princípios e garantias fundamentais de todo cidadão.

Palavras-chave: Medida Cautelar, Prisão Preventiva, Princípios Constitucionais, Direitos fundamentais.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A Aplicabilidade das Medidas Cautelares pelos Tribunais de Contas: o Bloqueio de Contas pelo TCE/PI¹

João Luiz de Oliveira Junior²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho surgiu da necessidade de um maior aprofundamento acerca dos controles a que é submetida a Administração Pública, identificando-se alguns dos seus tipos, momentos e por quem são exercidos. Neste contexto, está inserida a figura dos Tribunais de Contas, que exercem uma atividade de suma importância nos dias atuais, pois a complexidade na estruturação da Administração Pública exige um controle amplo e efetivo, com o fito de evitar a malversação de recursos públicos. Assim, será evidenciado que estes órgãos de controle, funcionando como mecanismos capazes de prevenir danos futuros, podem valer-se da expedição de medida cautelar, dentre elas o bloqueio de contas, como ferramenta processual necessária e compatível com o sistema de controle externo brasileiro, evitando não apenas o dano ao erário, mas a melhoria dos serviços públicos. Contudo, este instrumento vem sendo constantemente sendo desafiado por decisões judiciais que buscam minar sua finalidade. Por outro lado, com base na pesquisa bibliográfica e jurisprudencial realizada, verifica-se que a nossa Corte Maior, sedimentada na teoria dos poderes implícitos, entende que estes órgãos têm o poder de cautela que lhes permite adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento de suas funções constitucionalmente garantidas, desde que em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas, apresentando fundamentos consistentes sobre a “fumaça do bom direito” e o “perigo da demora”.

Palavras-chave: Controle externo. Tribunal de Contas. Medidas cautelares. Bloqueio de contas.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A Dupla Maternidade no caso de inseminação e a garantia do Poder Familiar¹

Camila Coaracy Ribeiro²
Rosália Maria Carvalho Mourão³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A família é uma das instituições que mais sofreu alteração no direito brasileiro, observando-se uma desinstitucionalização do modelo familiar, e dominação das relações de afeto, que se tornou um parâmetro para a identificação dos vínculos parentais, inclusive, uma nova figura jurídica chamada de filiação socioafetiva, onde os vínculos são estabelecidos na medida em que se constitui uma relação afetiva e duradoura, em que a criança tem assegurado todos os direitos inerentes do poder familiar. O presente trabalho tem como escopo o estudo da dupla maternidade no caso de inseminação artificial, desenvolvendo um pensamento crítico acerca desse assunto, abordando a sua importância para que seja garantido o poder familiar, e desta forma, os filhos não fiquem sem proteção jurídica. Além disso, analisaremos a burocracia para registrar a criança com o nome das duas mães, situação onde, em alguns casos, é necessário que uma das partes faça adoção unilateral. O tema abordado é de suma importância, pois é necessário que exista um vínculo que marque essa proteção jurídica, para que as mães possam juntas, exercer o poder familiar das obrigações de guarda, sustendo e educação de seus filhos.

Palavras-chave: Família. Filiação socioafetiva. Dupla maternidade. Inseminação artificial. Poder familiar.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A influência negativa da mídia nos julgamentos realizados pelo Tribunal Popular do Juri¹

Mailanny Sousa Dantas²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este trabalho objetivou a percepção que a influência midiática pode surtir efeito nos julgamentos do tribunal do júri, pois a imprensa acaba tornando uma opinião a respeito de algum caso que irá a júri popular. Como metodologia empregou-se a pesquisa de campo, pois esta incide diretamente na população em que deve ser pesquisada e assim obtém a percepção dos entrevistados em relação à hipótese. Como foi detectada, a mídia incita os participantes de um júri popular a tender para uma opinião durante o julgamento. Prova disso podemos citar a forma que um caso de grande repercussão como o de Isabella Nardoni, garotinha que ganhou destaque após ser veiculada na mídia sua morte, ao cair do sexto andar do prédio em que estava com o pai e a madrasta. A posição que a mídia tomou em relação à condenação do pai e madrasta como os responsáveis pela morte acabaram fazendo com que os jurados apontassem uma tendência de condenação, mesmo antes da sentença final. A imprensa não é o tribunal do júri, o posicionamento jornalístico não deveria ser tão tendencioso para não influenciar os resultados de uma votação popular, e sim apenas apresentar os fatos de forma a elucidar o ocorrido.

Palavras-chave: Tribunal do Juri. Influência Midiática. Jurado. Juri Popular.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A Violência contra a mulher: uma história de muitas lutas (1980-2013)¹

Marlucia Lima de Sousa Meneses²
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Resumo

Neste texto, abordo a temática da violência contra as mulheres, suas diversas formas, apresentando as políticas de combate a violência implementadas no período de 1980-2013. Ancorado nos estudos de Saffioti (1998,2004) Nolasco Michelle Perrot (1988), Mary Del Priore (2000), Heleieth Saffioti (1987, 2004). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão de literatura. Como resultados, percebemos que a mulher não estava imobilizada diante da violência sofrida, as políticas surgiram de maneira atender uma necessidade que infelizmente tem se perpetuado na sociedade de forma.

Palavras-chave: mulher, violência, combate.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Mestranda em Sociologia (aluna especial) na Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Análise do Sistema Único de Saúde (SUS) e na judicialização da saúde no município de Teresina¹

Lucian Mariano Pereira Ramos²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como escopo, analisar as crescentes demandas judiciais pela efetivação dos direitos sociais à Saúde, com fulcro de igualitar e efetivar o direito a saúde, direito fundamental de segunda geração, tudo isso na perspectiva do município de Teresina. O direito a uma saúde integral encontra os seus percalços no que tange, os planejamentos sociais, feitas pelo Estado para alcança-los, encontrando obste na escassez de recursos financeiros, sendo assim perdendo a sua prioridade no planejamento das ações Estatais. Devemos nos ater que o direito fundamental a saúde está intimamente ligado ao direito à vida, a população mais ciente de seus direitos, por fim, procuram a tutela jurisdicional, para obter seu acesso a seu direito a saúde, causando, conseqüentemente, aumento nas decisões judiciais, para que haja a concreta manifestação de seu direito. Com essa evolução das demandas judiciais com pedidos de tratamento, o Poder judiciário, vem adentrando cada vez mais na esfera do Executivo, fazendo com que esse se adeque as suas decisões e cumpra de forma satisfatória o que o autor da ação pleiteia, mesmo que o poder publico não conte com recursos e nem com pessoal especializado para cumprimento, devera ele por sua vez providir, o cumprimento da decisão judicial, mesmo que tenha que pagar para o setor privado para que ele cumpra. O direito a saúde esta prevista no artigo 196 da Constituição Federal, isso quer dizer que é um bem jurídico, pacificamente tutelado pela constituição, cabendo ao poder público a sua tutela assim também arquitetar formula de políticas econômicas garantido a todos, de forma igualitária, acesso à saúde.

Palavras-chave: SUS. Judicialização da saúde. Teresina. Direito à Saúde Integral.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Análise do Regime Diferenciado de Contratações à luz dos Princípios Administrativos¹

Guilherme Pessoa Marreiros de Almeida²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Com a proximidade de megaeventos desportivos que serão realizados no Brasil, houve a necessidade da administração de assegurar a celeridade de tais eventos, além de processos vantajosos para a administração, visto que a lei 8.666 possui uma série de questões burocráticas. Dessa forma, foi criado o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), uma legislação específica que regula as licitações e os contratos referentes a esses eventos. Como consequência esse novo modelo de licitação vem sendo amplamente criticado tanto pela doutrina, como pela jurisprudência. O trabalho em questão visa esclarecer o Regime Diferenciado de Contratações, apontando as suas inovações, eventuais falhas, sendo elas de ordem constitucionais além dos riscos legais e financeiros do novo modelo, como também comparar com a Lei Geral de Licitações identificando qual sistema se adéqua melhor a nossa realidade.

Palavras-chave: Regime Diferenciado de Contratações, Licitações, Adequação, Constituição .

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Ativismo Judicial na Saúde Pública frente à ineficácia das Normas Constitucionais¹

Célio Roberto costa Nunes²
Marcos Vinicius Nascimento Lima³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo expor através de pesquisas, sobretudo na área constitucional, um estudo acerca do tema ativismo judicial com ênfase na garantia da saúde pública, em virtude do tema nos últimos tempos ter ganhado uma repercussão de grande alcance, graças às intervenções do poder judiciário em matérias pertinentes aos outros poderes constitucionais, de modo a analisar o direito à saúde com um direito fundamental previsto na constituição. Assim como seu conceito, origem, causas e sua relação com o direito constitucional. Na atualidade o ativismo judicial termina por configurar-se como sendo uma garantia fundamental na concretização do direito à saúde frente à ineficácia das normas constitucionais, bem como em relação à inércia dos poderes legislativo e executivo.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Poder Judiciário. Saúde Pública

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Entre o liame das garantias de proteção nos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar e a Violação dos Princípios Fundamentais do Direito da Criança e do Adolescente¹

Irisletiere Rodrigues de Melo²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a efetivação das garantias previstas nos serviços de acolhimento institucional e familiar a partir da aplicação dos princípios da brevidade e excepcionalidade cumulado com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Após a Lei 12.010/2009, Lei Nacional de Adoção, os Programas de Acolhimento Institucional e Familiar ganharam maior evidência nas medidas de proteção à criança e ao adolescente, do lado da guarda e da tutela, entretanto percebe-se que o tempo previsto em acolhimento insitucional tem superado o período estabelecido na referida lei, bem como a inserção tardia dos infantes em família acolhedora tem trazido danos irreparáveis ao desenvolvimento como seres humanos. A partir de uma análise da Lei de Adoção e dos relatórios Situacional das Instituições de Acolhimento do Piauí, referente aos anos de 2010, 2012 e 2014, busca-se compreender e realizar uma reflexão sobre a realidade desses serviços e os fatores que viabilizam e ou dificultam o retorno da criança à família de origem ou em colocação na família substituta. Os autores utilizados no trabalho são Luciano Rosato(2012), Ana Paula Motta(2012) e Sávio Bittencout(2013).

Palavras-Chaves: Criança. Adolescente. Acolhimento Institucional. Acolhimento Familiar. Lei de Adoção.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Inseminação Artificial Heteróloga: o anonimato do Pai Biológico e o Direito de Reconhecimento da Origem Genética por parte do Filho¹

Francisco José Oliveira Costa²
Francisca Juliana Evaristo Castelo Branco³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O objetivo do presente trabalho consiste em estudar a luz do Direito Civil uma questão pouco debatida e atual em relação ao confronto dos direitos dos doadores envolvidos em um procedimento de fecundação artificial heteróloga ao anonimato do doador do sêmen, protegendo a sua intimidade privada e seu sigilo, Dessa forma, apresenta-se um conflito de direitos entre o direito ao conhecimento da origem genética sob a ótica do concebido, amparado pelo princípio da dignidade humana em relação ao doador biológico e o seu conhecimento que possibilita ou não o cumprimento de direitos e obrigações. Com o surgimento das novas técnicas científicas que permitem a fecundação artificial denominada heteróloga, conseqüentemente trouxe nova noção dos vínculos de filiação, visto que ao interferir na reprodução humana, por meio de técnicas laboratoriais, a procriação deixou de ser uma troca genética natural entre homem e mulher férteis ou inférteis para ficar sujeita artificialmente. De fato, não é possível se falar em afeto entre filho e doador de sêmen no caso de inseminação heteróloga, tendo em vista que o anonimato do último não admite a sua ocorrência, ou seja, a certeza do anonimato do doador do sêmen não fica absoluta. Todavia, a responsabilidade alimentar e afetiva não legitimam distanciar o anonimato do doador genético e o filho poderá ter o pleno direito de conhecer o seu genitor biológico. Nesse sentido, adotou-se o procedimento metodológico que primou pela pesquisa bibliográfica e o método dedutivo, permitindo uma análise mais apurada de autores doutrinários sobre a questão em estudo.

Palavras-Chaves: Identidade Genética. Filiação Jurídica ou Sócio-Afetiva. Princípio da Dignidade Humana.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Jurisprudência Defensiva do STJ: sua Superação Pela “PEC dos Recursos” e a Reforma do Código de Processo Civil¹

Marinalva de Jesus Santos²
Marcus Vinícius Nascimento Lima³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este trabalho busca uma análise crítica sobre a jurisprudência defensiva, a fim de demonstrar a necessidade da supressão dessa prática e como o legislador vem fornecendo subsídios para que o Superior Tribunal Justiça passe a exercer de forma célere e concreta a fixação desses precedentes. O STJ foi criado em uma conjuntura de busca de saída para a crise no poder judiciário ou crise do STF, pois antes da Constituição Federal de 1988 já se discutia essa sobrecarga de processos desencadeada pela morosidade das causas em alcançar seu fim. A criação de vários empecilhos ao conhecimento de recursos pela Suprema Corte aquela época, com a intenção de livrar-se da crise, também motiva o estudo desse trabalho, uma vez que com o passar do tempo essa esfinge se repete. O entendimento aqui do termo jurisprudência defensiva é a prática ordenada do não conhecimento de recursos em decorrência de apego formal excessivo, objetivando a redução do número de recursos que aguardam solução pelo STJ. O termo, portanto, compreende uma série de decisões que de forma não legítima, desrespeitando princípios constitucionais, deixa de julgar o mérito dos recursos em nome de uma pseudo celeridade processual. O estudo avança ainda sobre a Proposta de Emenda Constitucional, denominada como “PEC dos Recursos”, em que se propõe a materialização definitiva desses aspectos formadores de precedentes.

Palavras-Chaves: Crise no poder judiciário. Jurisprudência defensiva. Celeridade processual.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



O Direito à Identidade Genética na Concepção Artificial Heteróloga¹

Eliene de Sampaio Gomes Costa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o método de solução de conflitos de direitos fundamentais nas relações privadas no caso de identificação de pai biológico em método de concepção artificial heteróloga, tomando como principal fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana. A identidade do pai biológico, doador anônimo, tem proteção jurídica, assim também o tem o concepturo quanto ao conhecimento de sua paternidade biológica. Nota-se, desse modo, que há uma colisão de princípios fundamentais os quais resvalam nas relações privadas. Parte-se do pressuposto, no entanto, de que o direito à identidade genética deve prevalecer em casos de busca de identidade pela prole concebida por meio da concepção artificial heteróloga assistida, quando esta estiver em conflito com o direito fundamental ao anonimato do doador, circunstância que deve ser ponderada à luz da denominada eficácia horizontal dos direitos fundamentais, e sob uma interpretação que vise dar eficácia ao princípio da dignidade da pessoa humana nas relações privadas.

Palavras-chave: inseminação artificial heteróloga, direitos fundamentais, identidade genética.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



O Direito de Greve à Luz da Lei 7.783/89 e a impossibilidade de desconto dos dias parados quando não declarada abusiva¹

Joemar de França Lima²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos trabalhadores o exercício do direito de greve outorgando-lhes a conveniência e oportunidade de exercê-lo, bem como a escolha dos interesses a serem defendidos. Nesse contexto, o direito de greve na iniciativa privada, atendendo a determinação da Carta Magna, está regulamentado na Lei 7.783 de 28 de junho de 1989, na qual prevê expressamente quais as atividades essenciais, e, dentre outras providências, estabelece o sentido do que seja abusivo na execução desse direito. A greve, portanto, não aparece como um direito absoluto, devendo coexistir em perfeito equilíbrio e harmonia com os demais direitos e garantias contidos na Constituição Federal. Os interesses dos trabalhadores que se utilizam desse direito, tem-se por mitigado, em apreço a existência de outros, seja de terceiros, seja da sociedade, ou mesmo de outras categorias, resultando daí os limites ao uso de tal direito. Entretanto, as condutas que venham a perverter o movimento de paralisação do trabalho, por serem impróprias à finalidade e ao emprego deste, há previsão legal que serão consideradas abusivas, e como consequência dessa ilegalidade, ou seja, o descumprimento da norma, os dias sobrestados serão descontados dos trabalhadores grevistas.

Palavras-chave: Direito de Greve. Atividade Essencial. Paralisação do Trabalho

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



O Perigo da Irreversibilidade da Tutela Antecipatória: o Estado como réu¹

Raíssa Gabriela Saraiva Alves²
Marcus Vinícius Nascimento Lima³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a antecipação dos efeitos da tutela com sede no art. 273 do Código de Processo Civil, mas especificadamente o requisito negativo do perigo da irreversibilidade quando o Estado se encontra polo passivo da ação. A concessão da antecipação da tutela ainda é limitada pelas leis 8.437/92 e 9.494/97. De igual modo o art. 475 do Código de Processo Civil garante o duplo grau de jurisdição necessário em prol do Estado, de tal forma que toda decisão tem que ser revista. A demora na prestação jurisdicional, e o risco de dano irreparável aos litigantes em processo faz com que se utilizem da antecipação dos efeitos da tutela. Ocorre que para a concessão da mesma é necessário à análise de critérios específicos previstos na lei processual. O perigo da irreversibilidade da tutela antecipada veda a sua concessão quando não houver possibilidade de se retornar ao “status quo ante”, critério esse que ao ser aplicado pode ocasionar a própria perda do objeto da ação, v.g. uma ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para realização de uma cirurgia de urgência, claramente observa-se que viola o critério estabelecido na lei processual, porém a não concessão da mesma pode causar dano/morte ao autor. Ainda mais quando o Estado, dotado de inúmeras prerrogativas, se encontra como réu nesse processo. Para tanto este estudo utiliza como métodos, a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outras fontes acadêmicas, com a finalidade de traçar um embasamento teórico, utilizando os principais doutrinadores acerca da antecipação dos efeitos da tutela contra o Estado.

Palavras-chave: Antecipação. Tutela. Estado. Fazenda Pública. Perigo de Irreversibilidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Os crimes de homicídio no trânsito: um estudo do julgamento com fundamento no dolo eventual.¹

Kareen Nunes Vieira²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o crime de homicídio praticado no trânsito a partir da possibilidade do seu julgamento com fundamento no dolo eventual. O Brasil conta com cifras alarmantes das inúmeras tragédias que ocorrem no trânsito todos os dias, por motoristas que conduzem seus veículos em alta velocidade e em estado de embriaguez total ou pela atitude que conscientemente assume o risco de que algo contra a vida pode acontecer. Diante desse contexto, o estudo partiu da problemática de qual hermenêutica influencia as decisões nos delitos de trânsito por dolo eventual, bem como, as suas características. Neste sentido, busca-se compreender as perspectivas futuras para este tipo de aplicação, pois atualmente algumas decisões são proferidas como dolo eventual relacionado aos crimes ocorridos no trânsito, passando a ser visto como uma solução para o problema em questão, sob o fundamento da evolução e adequação a uma realidade vivenciada na sociedade contemporânea na qual se espera a verdadeira pretensão punitiva do Estado.

Palavras-chave: Crimes de homicídio no Trânsito. Dolo Eventual. Decisões judiciais.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Privatização das Penitenciárias¹

Emmanuelle Lima Almeida²
Juliano Leonel de Oliveira³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho diz respeito à tese da privatização dos presídios, demonstrando uma nova forma de gerenciamento prisional, a qual ocorre por terceirização ou co-gestão. Trata-se de um sistema que tem a intenção de tão-somente chamar a participação da iniciativa privada, que viria a colaborar com o Estado nessa importante função de gerir as prisões. A privatização das penitenciárias tem como espelho os modelos americanos e franceses: neste o administrador vai gerir os serviços da unidade enquanto o Estado cuida do aspecto jurídico, em contrapartida, naquele o preso fica inteiramente na responsabilidade da terceirizada, inclusive a função jurisdicional. A vantagem da privatização, na modalidade da terceirização, é que ela faz cumprir a lei, seguindo de forma efetiva a Lei de Execuções Penais, ao contrário do sistema estatal. Além disso, acredita-se que tal sistema pode auxiliar na ressocialização do preso. Porém, existem contra argumentos: diz-se que a terceirização vai ofuscar a atividade jurisdicional estatal, além dos gastos exagerados que o Estado pode vir a ter, aumentando o “valor” de um preso. O sistema tem como crítica forte a crença de que tudo não passa de negócios, de atividade capitalista. Desta forma, entende-se o tema necessário para debater o que pode vir a ser uma possível solução para o caos no atual sistema penitenciário brasileiro.

Palavras-Chaves: Penal. Penitenciárias. Privatização. Brasil.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A Redução da Maioridade Penal e seus Aspectos Constitucionais¹

Késia de Sousa Silva²
Otoniel d'Oliveira Chagas Bisneto³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho investigará os aspectos constitucionais da redução da maioridade penal e abordará se essa redução será a solução para mitigação da criminalidade juvenil e o possível conflito com a dignidade da pessoa humana. Serão abordados os direitos e as garantias fundamentais dos jovens, bem como compreender se existe a proteção e garantia das condições jurídicas e sociais que favoreçam a sua integridade e dignidade. Para consecução do estudo será realizada uma pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo na perspectiva de elucidar o tema em voga, com base doutrinária em autores que tratam do assunto.

Palavras-Chave: Inconstitucionalidade. Garantias fundamentais

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Reprodução Humana Assistida *Post Mortem* e suas Implicações Sucessórias¹

Eliani Gomes Alves²
João Santos da Costa³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O Presente trabalho busca analisar o direito sucessório do concepturro, tendo em vista que a procriação é um direito fundamental associado ao planejamento familiar com guarida na Constituição Federal de 1988, previsto no art. 226, § 7º e no art 1565, § 2º do Código Civil de 2002, regulamentado pela Lei nº. 9.263/1996, art 2º que dispõe sobre a entidade familiar, cabendo ao estado estabelecer políticas concernentes à responsabilidade da reprodução. Porém algumas pessoas, por problemas diversos não conseguem reproduzir de forma natural sendo necessário a elas a procurar o auxílio da Engenharia Genética para a fecundação do óvulo e sua posterior implantação uterina, proporcionando a oportunidade da procriação e consequente perpetuação da unidade familiar. Existem várias formas de reprodução assistida, o tema é polêmico principalmente em se tratando de reprodução post mortem, porque possui uma peculiaridade que é a implantação desse material genético quando um dos companheiros já faleceu, divergências e opiniões contraditórias permeiam a doutrina, pois a legislação deixou uma lacuna em sua regulamentação no que diz respeito à sucessão, sendo necessário, portanto uma reflexão sobre qual será uma resolução satisfatória dessa realidade levando em consideração a preservação do direito dos envolvidos.

Palavras-Chave: Reprodução Assistida – Biodireito – Bioética – Direito Sucessório

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



União por Laços Afetivos. A Posse de Estado de Filho como Indicativo da Relação Paterno-Filial¹

Thais Vanyse Almeida Araújo²
Luciana Pessoa³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A presente pesquisa trata da união por laços afetivos, enfocando a posse de estado de filho, como indicativo da relação paterno-filial, na busca de argumentos que justifiquem a possibilidade da desconstituição em relação ao patrimônio do pai biológico, bem como constar os nomes de dois pais ou duas mães na certidão de nascimento. Enfocando o conceito de família e seus novos modelos, a multiparentalidade, a paternidade alimentar, buscando a possibilidade de argumentos que evidenciem direitos e deveres adquiridos através da posse de estado de filho, possuindo como pilares os princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, buscando esclarecer as possibilidades de herdar para aqueles que se encontrem na posse de estado de filho.

Palavras-chave: Família. Posse de Estado de Filho. Desconstituição Patrimonial.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Proposta de extinção da punibilidade nos crimes contra o patrimônio praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa tendo em vista a reparação do dano à vítima antes do oferecimento da denúncia¹

Andréa Mello de Sousa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este trabalho trata dos crimes patrimoniais praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, com ênfase para sua aplicação como causa de extinção da punibilidade. Para tanto, analisa-se inicialmente o direito de punir do Estado, na sequência abordam-se os crimes tributários e os crimes contra o patrimônio. Feito isso, passa-se a análise do objeto central do estudo, ou seja, a extinção da punibilidade nos crimes patrimoniais sem violência, destacando-se a doutrina, a legislação e a jurisprudência acerca do tema. Trazendo argumentos de que a mesma afronta os princípios constitucionais da isonomia e da proporcionalidade, demonstra-se, por fim, que para nossa sociedade, o patrimônio privado costuma ser superestimado.

Palavras-chave: Crimes contra o Patrimônio. Reparação do Dano à Vítima. Extinção da Punibilidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A Inadmissibilidade das Provas Ilícitas no Processo Penal¹

Talita Meneses de Brito²
Juliano Leonel de Oliveira³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo o estudo das provas ilícitas no processo penal, abordando a sua vedação, bem como a possibilidade da sua admissão diante do princípio da proporcionalidade. O tema abordado é de suma importância por envolver direitos e garantias individuais expressos no texto constitucional, além do dissenso doutrinário existente. Propõe também uma reflexão sobre o artigo 5º, LVI da Constituição Federal de 1988, que optou pela inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente, no processo penal. Não faz parte dos objetivos do trabalho apreciar cada prova específica e isoladamente, mas sim clarificar os conflitos sobre a utilização da prova ilícita, sendo ao final apresentadas conclusões e considerações sobre o tema.

Palavras-chave: Provas. Ilícitas. Vedação. Proporcionalidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A não aplicação do princípio da insignificância no ordenamento jurídico brasileiro¹

Francisco de Sousa Melo²
Gustavo Tupinambá³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O objetivo deste presente trabalho visa analisar (demonstrar) de forma didática e prática a não aplicação do princípio da insignificância no ordenamento jurídico brasileiro. O princípio da insignificância objetiva estabelecer limites para a tipicidade penal. A tipicidade penal deve ser entendida perante a análise não só da tipicidade formal, mas também da tipicidade material, ou seja, deverá levar em consideração a relevância do bem jurídico atingido no caso concreto. Desta forma, o princípio da insignificância reduz o âmbito de incidência do direito penal ao considerar materialmente atípicas condutas que causam insignificantes ofensas ao bem jurídico tutelado, apesar, de serem formalmente típicas. Assim, caso o princípio não seja aplicado ao caso concreto poderá levar um ônus pecuniário enorme ao estado, em função do enorme volume de trabalho das varas e juizes criminais e que muitas vezes o custo do processo supera o valor do produto do crime e extensão da lesão ao bem jurídico, e um prejuízo maior ainda para o réu, passando este a conviver num sistema carcerário defasado e convivendo com sujeitos de maior periculosidade, tornando se assim quase que impossível seu retorno à sociedade sem que este não possa ser uma ameaça ainda maior do que era anteriormente. Para tanto, este estudo utiliza como métodos, a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outras fontes acadêmicas, com a finalidade de traçar um embasamento teórico sobre o assunto.

Palavras-Chave: Princípio da insignificância. Não aplicação. Prejuízos ocasionados.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A pessoa jurídica como consumidora: a repercussão acerca do posicionamento do STJ nas relações de consumo intermediárias¹

Talita Meneses de Brito²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho possui como tema: A pessoa jurídica como consumidora: A repercussão acerca do posicionamento do STJ nas relações de consumo intermediárias, tendo como objetivo, abordar a figura do consumidor, através dos elementos trazidos pelo legislador na carta magna, e consagrados posteriormente pela lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Consciente da imprescindibilidade do papel da doutrina para analisar e definir tais elementos, é feita uma abordagem dos aspectos doutrinários mais relevantes, destacando aqui a pessoa jurídica, considerando sua importância na relação consumerista, através do estudo das teorias finalista e maximalista, que restringe e abrange aquele que será o destinatário final dessa relação. Por fim, após uma visão panorâmica acerca dessas principais definições, dá-se ênfase a figura do consumidor intermediário, que, com a evolução das relações de consumo, assume importante papel frente ao CDC, motivando importantes decisões por parte dos tribunais pátrios, mais precisamente o STJ, ao considerar esse consumidor hipossuficiente, nos casos em que houver vulnerabilidade frente ao outro polo dessa relação, e a repercussão dessas decisões no atual ordenamento jurídico.

Paravras-chave: Consumidor. Pessoa Jurídica. Destinatário Final. Vulnerabilidade. STJ.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A política nacional de educação ambiental como elemento necessário à transformação social¹

Lígia Alencar Pacífico Barreto²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Este trabalho visa tecer comentários acerca da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº. 9.795/99), como elemento necessário à transformação social, no intuito de demonstrar a relevância da educação ambiental na construção de uma sociedade mais preocupada e sensibilizada com as questões ambientais. O presente estudo tem como base a pesquisa bibliográfica, complementando-se através de artigos científicos, leis e jurisprudências que versem sobre o tema. Nesse sentido, será feita a conceituação dos termos meio ambiente e educação ambiental, passando ainda por comentários acerca da importância da Educação Ambiental, bem como sua previsão na Constituição Federal de 1988, os aspectos relevantes da Lei de 9.795/99, e reflexões voltadas para a construção de uma sociedade sustentável.

Paravras-chave: Educação ambiental; sociedade; meio ambiente

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



A Possibilidade jurídica do crime de Estupro entre os cônjuges: aspectos gerais e reflexões no âmbito matrimonial¹

Andressa Joelma Sales Araújo²
Gustavo Tupinambá³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O propósito do artigo é a discussão da possibilidade da ocorrência do crime de estupro no seio do casamento, bem como abranger os aspectos penais relativos ao crime de estupro combinado com as modificações promovidas pela Lei 12.015/09 (Lei Maria da Penha), a qual deu suma modificação nos artigos 213 e 214 do nosso Código Penal brasileiro. Para uma abrangência de forma adequada ao entendimento discutido, é significativa a visão superficial de uma ideia que carrega uma questão subjetiva em sua totalidade, será feita uma pequena e breve abordagem da instituição familiar, do casamento e de seus requisitos. Pretende-se ainda mostrar um conceito de violência doméstica no âmbito da lei Maria da Penha. E por fim verificar a possibilidade de ocorrência do crime de estupro marital, verificando se há a possibilidade de o homem ser considerado culpado quando obrigar a mulher a praticar relações sexuais sem sua anuência, buscando o entendimento do sentido real do “débito conjugal”.

Palavras-chave: Estupro. Matrimônio. Instituição familiar. Violência doméstica. Débito conjugal.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A visão jurídica da disposição do corpo nos transplantes e na doação de órgãos e tecidos¹

Andréa Nunes Martins Simeão²
Andreia Nádia Lima Sousa³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O direito à disposição do próprio corpo tem suas limitações reguladas pela ética e por legislações que objetivam equilibrar a disponibilidade com o direito à integridade física, com vistas a um fim maior, que é o de garantir a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, como se apresentam os aspectos normativos da disposição do corpo nos transplantes e na doação de órgãos e tecidos? Para responder a esta indagação, delimitou-se como objetivo geral desse trabalho a análise sobre a visão jurídica da disposição do corpo nos transplantes e na doação de órgãos e tecidos. Como objetivos específicos: a evolução histórica da legislação sobre o tema; os princípios jurídicos envolvidos; e como a legislação atual tem se portado diante da matéria. Como metodologia, será utilizada a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de livros, revistas, artigos científicos e periódicos. Para o alcance dos objetivos propostos, será realizado estudo retrospectivo do tipo descritivo exploratório com abordagem qualitativa com publicações após 1990. A matéria relacionada aos transplantes e doação de órgãos e tecidos tanto em vivos quanto post mortem embora consista na diminuição permanente da integridade física, deve respeitar as regras contidas na legislação que a regulamenta e a ponderação entre os princípios da dignidade da pessoa humana, da disponibilidade do corpo humano e a integridade física.

Palavras-Chave: Doação de Órgãos; Transplantes; Princípios Jurídicos

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



A pessoa jurídica como consumidora: a repercussão acerca do posicionamento do STJ nas relações de consumo intermediárias¹

Talita Meneses de Brito²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente trabalho possui como tema: A pessoa jurídica como consumidora: A repercussão acerca do posicionamento do STJ nas relações de consumo intermediárias, tendo como objetivo, abordar a figura do consumidor, através dos elementos trazidos pelo legislador na carta magna, e consagrados posteriormente pela lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Consciente da imprescindibilidade do papel da doutrina para analisar e definir tais elementos, é feita uma abordagem dos aspectos doutrinários mais relevantes, destacando aqui a pessoa jurídica, considerando sua importância na relação consumerista, através do estudo das teorias finalista e maximalista, que restringe e abrange aquele que será o destinatário final dessa relação. Por fim, após uma visão panorâmica acerca dessas principais definições, dá-se ênfase a figura do consumidor intermediário, que, com a evolução das relações de consumo, assume importante papel frente ao CDC, motivando importantes decisões por parte dos tribunais pátrios, mais precisamente o STJ, ao considerar esse consumidor hipossuficiente, nos casos em que houver vulnerabilidade frente ao outro polo dessa relação, e a repercussão dessas decisões no atual ordenamento jurídico.

Paravras-chave: Consumidor. Pessoa Jurídica. Destinatário Final. Vulnerabilidade. STJ.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Aspecto Temporal da Medida de Segurança e a Vedação da Prisão Perpétua no Brasil¹

Stella Rangel Rodrigues do Nascimento²
Alysson Nunes Santos³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Esse trabalho tratará sobre o tema Aspecto Temporal da Medida de Segurança e a Vedação da Prisão Perpétua no Brasil. O problema deste trabalho resumiu-se em analisar a eventual inconstitucionalidade do prazo indeterminado para a aplicação da medida de segurança, visto que é vedada a prisão de caráter perpétuo em nosso ordenamento jurídico. O objetivo geral é fazer uma reflexão sobre a vedação à prisão perpétua (CRFB/88, art. 5º, inciso XLVII, alínea “b”), e a falta de um limite temporal máximo na aplicação dessas medidas terapêutico-penais, pondo em jogo a segurança jurídica. Apresenta conceituação da medida de segurança como uma espécie de sanção penal, com caráter preventivo e curativo, aplicável ao inimputável e, excepcionalmente ao semi-inimputável, autores de fato típico e antijurídico, prevista no art. 96 e seguintes do nosso Código Penal. Faz-se uma breve análise do limite de pena imposto pelo Código Penal e da conversão dessa pena em medida de segurança e posteriormente sua reconversão em pena. Discorre sobre a culpabilidade, a periculosidade e a extinção de punibilidade relacionadas ao inimputável e faz uma análise dos posicionamentos dos tribunais superiores. Este pesquisador tem como meta a continuação deste estudo, com esta mesma temática, ou relacionando-a com outras variáveis, com o fim de explorar este tema da melhor maneira possível.

Palavras-Chave: Medidas de segurança. Prazo indeterminado. Caráter perpétuo. Inconstitucionalidade. Inimputáveis.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Cotas Raciais em Concurso Público: as Ações Afirmativas do Estado Justificada na Proteção Social em Conflito com a sua Inconstitucionalidade¹

Washington de Sousa Costa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Em nossa história mais recente, têm-se procurado defender, a título de inclusão social, bem como sob o argumento protetivo, as chamadas Ações Afirmativas, dentre as quais se destaca, para os fins do presente trabalho, o sistema de cotas raciais, ou étnicas, em concursos públicos, assim como já acontece em vestibulares de universidades públicas que, fundamentada na proteção social, tem gerado o crescente número de leis que visam uma melhor igualdade racial por intermédio da criação de cotas raciais. Entretanto, essas leis se confrontam com outra questão fundamental do nosso ordenamento jurídico onde é arguido a sua inconstitucionalidade em razão do princípio da igualdade. Como se observa, o tema em questão possui grande relevância no mundo jurídico, uma vez que representa uma problemática histórica que perdura na atualidade e que vem gerando um grande confronto de entendimentos no âmbito do Direito Constitucional. Ressalta-se que o objetivo do presente trabalho não é o de sugerir o combate social ou racial, nem tampouco de se menosprezar conquistas históricas, ou ainda de negar a já mencionada inclusão social que vem se concretizando por intermédio de leis que estipulam cotas raciais. O objetivo do presente trabalho é buscar fazer uma análise crítica dentro da política desenvolvida pelo Estado conhecida por Ações Afirmativas dentro do referencial social, econômico, educacional e jurídico, tomando por base a argumentação da proteção social e o de inconstitucionalidade referente as leis que reservam cotas raciais em concurso público.

Palavras-Chave: Direito Constitucional. Inconstitucionalidade. Cotas Raciais. Ações Afirmativas. Proteção Social. Concurso Público.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Dano moral no Divórcio¹

Flávia Fernanda Fontes Bezerra²
João Santos da Costa³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente estudo tem por objetivo geral discutir a reparação civil decorrente de lesão a direito da personalidade, quando em relação do divórcio ou que tenha correlação com o divórcio e tem alguns objetivos específicos: o primeiro é estudar a contribuição da família pelo casamento, tanto na sua formação como a sua extinção, o segundo é analisar os deveres conjugais no casamento, o seu cumprimento e a sua violação e tem por último objetivo específico a responsabilidade civil na relação familiar. O referido trabalho encontra a sua fundamentação legal no do Código Civil de 2002 e na cláusula geral de tutela dos direitos da personalidade no âmbito familiar. A eventual resposta para o estudo está embasada nos princípios constitucionais existentes na Constituição Federal de 1988, e o principal a ser tratado e que todos os demais giram em torno é o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo este o ponto de partida do Novo Direito de Família Brasileiro, como base da comunidade familiar.

Palavras-chave: Família. Reparação Civil. Divórcio.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Depoimento especial: a inquirição da criança vítima de Violência sexual e a instrução processual¹

Olívia de Sousa Lima²
Otoniel d'Oliveira Chagas Bisneto³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente estudo tem por objetivo identificar as possibilidades de implementação do Depoimento Especial, na apuração dos ilícitos penais investigados pela Delegacia do Menor Vítima. A inquietação inspiradora surgiu a partir da ampliação do pensamento do Juiz de Direito do Rio Grande do Sul, José Antônio Daltoé Cezar, que suscitou a discussão no plano judiciário acerca da prática de inquirição de crianças, vítima de violência sexual, de forma mais humanizada. Daí, porque o presente estudo compreenderá as possibilidades de implantação nas delegacias, a fim de garantir o alcance da verdade real na instrução processual, no sentido de assegurar a efetivação das garantias fundamentais da criança em situação de vulnerabilidade social e jurídica, bem como investigar se a implementação desse instituto garante ao acusado o devido processo legal e a ampla defesa.

Palavras-chave: depoimento especial, humanização, criança vítima de violência sexual.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador(a) do trabalho. Professor(a) do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Guarda Compartilhada: solução para prevenção da Síndrome da Alienação Parental¹

Wanessa dos Santos Lustosa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente estudo tem por objetivo geral exibir os atuais tipos de guarda no ordenamento jurídico, mostrando como a aplicabilidade da guarda compartilhada é de vital importância quando há finalização de um vínculo conjugal e sua iteração ao meio de convivência da criança e pré-adolescente mostra-se necessária para evitar-se a síndrome da Alienação Parental. Tem como alguns objetivos específicos: primeiramente estudando a contribuição da família para formação do menor de idade como cidadão, tanto para evitar abalos psicológicos que interfiram no seu convívio em sociedade quanto para evitar lacunas no seu crescimento em família, o segundo é analisar de que forma arrancar a criança da harmonia familiar pode vir a lhe causar traumas e como a manipulação da mente da mesma com implantação de idéias falsas sobre o outro genitor poderá causar-lhe danos irreparáveis. O referido trabalho encontra a sua fundamentação legal no Estatuto da Criança e Adolescente e na lei 12.318 de 26 de agosto de 2010. A eventual resposta para o estudo está embasada no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana que é o alicerce para qualquer indivíduo, como também nos direitos mencionados no Estatuto da Criança e Adolescente, sendo este o ponto de partida para a obtenção da resposta de comprovação que toda criança e adolescente não podem ser privados do convívio familiar para o seu pleno desenvolvimento como cidadão, sendo seu direito total.

Palavras-chave: Família. Criança. Desenvolvimento.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Louco ou cruel? Uma análise do serial killer nos contos Passeio Noturno I e II de Rubem Fonseca¹

Rosália Maria Carvalho Mourão ²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O artigo busca analisar o fenômeno do serial killer nos contos Passeio Noturno I e II que estão inseridos no livro Feliz Ano Novo de Rubem Fonseca. O objetivo do artigo é mostrar que o serial killer existe não só na literatura, mas na vida real e pode ser uma pessoa acima de qualquer suspeita como ocorre nos contos. Como o direito julga o serial killer? Alguns consideram que seja louco e por isso caberia medida de segurança, devendo ser colocado no manicômio judicial, para outros eles têm plena consciência de seus atos e devem ser responsabilizados perante a sociedade por seus homicídios indo a julgamento popular no tribunal do júri. Os autores utilizados na pesquisa são Ilana Casoy (2008), Germano Schwartz (2006), Arnaldo Godoy (2008), Edilson Mougnot (2010) e Michele Abreu (2013).

Palavras-Chaves: Direito e literatura. Serial Killer. Passeio Noturno I e II

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Professora de Direito e Literatura da Faculdade Santo Agostinho em Teresina – Piauí. Graduada em Letras – Português pela UFPI, graduada em Direito pelo ICF, Especialista em Direito do Trabalho pelo LFG, Especialista em Literatura Brasileira pela UESPI e Mestre em Estudos Literários pela UFPI.



Medida cautelar de prisão preventiva¹

Hellayne Christina R. A.Coêlho²
Rogério Saraiva Xerez³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O vocábulo carceragem tem o sinônimo de privação de locomoção, em recolhimento presidiário. A prisão preventiva, como medida cautelar tem caráter excepcional, precisando ser ordenada por autoridade judiciária competente e quando completado os requisitos legais do art.313 do Código de Penal e advirem os ensejos listados no art.312 do Código supra-citado. As medidas cautelares de prisão, antes da sentença penal condenatória não pode ocorrer sem observância aos princípios e garantias constitucionais, sobretudo porque a Constituição Federal institui como direito fundamental a liberdade de locomoção. Para alguns autores, as prisões dispõem-se segundo a sua definitividade ou provisoriedade. A prisão definitiva decompõe em prisão disciplinar militar e prisão penal, sendo esta última advinda de sentença penal condenatória. De outro modo, a prisão provisória incide naquela que não decorre de sentença penal condenatória transitado em julgado. A importância aos direitos e garantias basilares da Constituição Federal ampara às medidas cautelares, em peculiar as restritivas de liberdade, como exemplo, a prisão preventiva. A Constituição Federal possui de forma expressa no seu art.5, LVII, afirmando que ninguém será culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, este princípio guia o processo penal. O indicador demasiado de presos cautelares, no Brasil, induz para um conflito entre a prisão preventiva e os princípios e garantias constitucionais, sendo empregado de forma exagerada e, não excepcional. Conclui-se que o direito de liberdade só poderá ser dirimido com o fim do processo com a acusação do acusado, até então ele é inocente.

Palavras-Chave: Prisão Cautelar. Liberdade de Locomoção. Presunção de Inocência. Princípios e Garantias Constitucionais.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Pessoas com deficiência e a inclusão social na cidade de Água Branca - Piauí¹

José Pires Teixeira Junior²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Este Trabalho é o resultado de um estudo sobre a compreensão da pessoa com deficiência, tendo em vista que respeitando essa pessoa está se reconhecendo a dignidade da pessoa humana conforme preceitua a Constituição Federal brasileira de 1988. Procurou-se abordar neste trabalho o conceito de pessoa com deficiência, os problemas enfrentados diariamente em busca da integração na sociedade, especificamente na cidade de Água Branca-PI, procurando-se analisar a temática proposta com mais profundidade tendo como base a Magna Carta. em relação à questão, considerando que o município descumpra o código de postura no qual a calçada tem que ter um metro e 30 de calçada livre e no município acima citado não respeita a lei municipal onde o mesmo viola o direito de ir e vir tanto do pedestre sem deficiência e também dos deficientes. O que o Brasil faz parte da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e a mesma foi aprovada pela ONU e que fora estabelecida na referida Convenção uma nova terminologia para a pessoa com deficiência, que antes eram denominadas de pessoas portadoras de deficiências "Art. 2º - Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução nº 35, de 6 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses: I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência". Trata-se, portanto, de assunto dos mais debatidos na atualidade, e, ainda assim, dos que merecem ser mais bem analisados para que se possa proporcionar uma melhoria no processo de inclusão social.

Palavras-chave: Deficiência. Dignidade. Constituição. Inclusão. Código de postura.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Pregão: utilização na contratação de obras de engenharia pela administração pública federal¹

Alcione de Jesus Moura²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o uso da modalidade de licitação pregão para a contratação de obras de engenharia pela União, diante da disciplina vigente para a modalidade prevista na Lei Federal nº 10.520/02, que circunscreve o objeto a aquisição de bens e a contratação de serviço comum. O artigo 1º da referida lei, que determina o objeto do pregão não menciona o termo obra, e de acordo com a Lei de Licitação (Lei 8.666/93) que é aplicada subsidiariamente a essa nova modalidade de licitação os conceitos de serviço e obra não se confundem. Assim, se pretende investigar se a administração pública federal, buscando fugir do excessivo trâmite burocrático do processo licitatório, tem utilizado de maneira inadequada o pregão para a contratação de obras, uma vez que essa modalidade apresenta processo mais simplificado e mais célere. Questiona-se a expansão que gestores públicos tem dado ao conceito de serviço comum. O trabalho será desenvolvido a partir da análise da lei do pregão, da lei de licitação, bem com da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

Palavra-chave: Pregão. Bens e serviços comuns. Obras. Impossibilidade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Princípio da razoável duração do processo e sua aplicação nas prisões cautelares¹

José Plácido Arcanjo Filho²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Na evolução histórica de nosso ordenamento jurídico há grandes polêmicas acerca do tratamento dado a quem comete fatos delituosos. A repressão dada pelo estado em relação a estes, às vezes é muito mais agressiva do que deveria ser, é por este motivo que com as crescentes evoluções se vê mudanças, tímidas, mas suficientes para trazer algum tipo de esperança aos jurisdicionados. Assim, com o advento da emenda constitucional 45/2004, denominada 'a reforma do judiciário' se acendeu uma "luz no fim do túnel", positivando em nosso ordenamento jurídico o princípio da razoável duração do processo. É certo que se trata de princípio genérico, e é por este motivo que o analisaremos sob o âmbito do processo penal, mais especificamente em relação a prisões cautelares, enfatizando a necessidade de legislação infraconstitucional que o legitime, pois há aqui o tratamento das garantias individuais do cidadão, a exemplo o direito à liberdade, a presunção de inocência, dentre outros. Como resultado se busca conscientizar o legislador propor a delimitação de lapso temporal para a conclusão do processo, prazo este que deve ser obrigatoriamente seguido, pois quanto mais rápido, mais efetiva a prestação jurisdicional resultando em uma diminuição da população carcerária, respeito às garantias individuais do cidadão, bem como evitando prejuízos ao jurisdicionado e à própria sociedade como um todo.

Palavra-chave: Constitucional. Princípios. Prisões. Processo Penal. Sociedade.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos no Controle da Poluição Sonora em Teresina¹

Juliana Guerra Moreira Barreto²
Francisca Juliana Evaristo³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O Direito Ambiental tem uma importância fundamental, atualmente, como sistematizador de legislações, doutrinas e jurisprudências sobre o meio ambiente, num contexto de crise ambiental. Neste cenário, destaca-se a Poluição Sonora, na cidade de Teresina, Piauí. O Estudo de Impacto Ambiental surge como elemento basilar do dano acústico, assim como instrumento norteador de soluções possíveis. A poluição sonora chegou ao ápice do desrespeito na Capital do Piauí. E a Secretaria Municipal Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos desenvolve um importante papel de controle e monitoramento da mesma, em que pesem os estudos sonoros realizados, para evitar ou mitigar o impacto acústico, no intuito de assegurar a saúde sonora e o bem-estar coletivo.

Palavras-chaves: Poluição Sonora. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Controle. Monitoramento.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



Redução da Maioridade Penal no Ordenamento Jurídico Brasileiro ¹

Joanita Lima Torres²
Rogério Saraiva Xerez³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A redução da maioridade penal, mostra-se bastante relevante em nosso ordenamento jurídico, consubstanciado isto, na grande quantidade de crimes cometidos por infratores ainda menores de 18 anos, pois de acordo com nossa atual legislação, esses adolescentes não sofrem sanções do Código Penal, nem mesmo na incidência de crimes de natureza grave, cumprem apenas medidas de internação de no máximo três anos conforme o potencial da infração que tiverem cometido. A sociedade, sempre castigada com a crescente onda de criminalidade, onde na maioria das vezes o que se observa é justamente a “impunidade” a esses transgressores, pela, como já foi dito, falta de adequação das leis, já positivadas no diploma legal, à punir estes menores infratores, clama pela implementação de um direito que venha a punir verdadeiramente aquele transgressor de 16 anos, que em meio a toda essa globalização, já é capaz de entender o caráter ilícito de seus atos, deixando aquelas medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, para os menores de 16 anos.

Palavras-Chave: Maioridade Penal. Ordenamento Jurídico. Direito. Crimes.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Bacharelado em Direito na FSA



“Serial Killer”: análise do Projeto de Lei nº 140 de 2010 à luz do Direito Penal do Inimigo¹

Elisangela dos Reis Sousa²
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O Código Penal Brasileiro não previu de forma específica uma punição para os chamados assassinos em série. Porém, de acordo com o caso concreto, são punidos como criminosos comuns, com direito, a depender da pena que lhes é imposta, à progressão de regime e ao mesmo tratamento dispensado aos crimes previstos basicamente no artigo 121 do CP e associados a outros artigos subsidiários no próprio código ou em leis especiais. Do ponto de vista criminológico, à grosso modo, quando um homicida incide nessa prática em no mínimo três vezes dentro de um intervalo de tempo e dentro de um padrão, será um potencial assassino em série. A diferenciação e especificação legislativa para o tratamento dos ‘Serial Killers’³ é o objeto do projeto de lei nº 140 de 2010, que acrescenta os parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º ao artigo 121 do Código Penal atual e que têm o intuito de punir de forma mais severa tais criminosos; eleva a pena mínima para 30 anos de reclusão sem direito a qualquer progressão. No entanto, a redação dos artigos gera controvérsia no que tange à definição apontada pela comunidade científica do que seja um assassino serial e qual seria a punição para crimes dessa natureza, além do debate à cerca da imputabilidade dos mesmos. O presente trabalho visa investigar a possível adoção da Teoria do Direito Penal do Inimigo de Günther Jakobs na redação dos artigos a serem submetidos à aprovação. O método a ser utilizado é quali-quantitativo, vez que são numerosos os casos já julgados em âmbito nacional a servirem de base para o estudo, bem como a existência de controvérsia a respeito do tratamento ou cura para tais criminosos.

Palavras-chave: Direito Penal. Direito Penal do Inimigo. Assassinos em Série.

1. Trabalho submetido na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho- Sec. 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante do 9º. semestre do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Santo Agostinho.



Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos
trabalhos em
EDUCAÇÃO



TERESINA-PI



A Ideologia Masculina na canção “Mulheres de Atenas”, de Chico Buarque: um perfil axiológico do Gênero¹

Francisca Marciely Alves Dantas²
Vanessa Raquel Soares Borges³
Francisco Renato Lima⁴
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a música “Mulheres de Atenas” de Chico Buarque com o intuito de trazer à discussão a ideologia presente: a submissão feminina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interpretativa que teve como suporte teórico-analítico a Análise do Discurso e especialmente as contribuições epistemológicas de Bourdieu (2007), a partir de sua teoria social compreendida como um aglomerado de conceitos e um conjunto de proposições que intenciona explicar a posição dos indivíduos – neste caso, a mulher - com base nas ações desempenhadas pelos atores sociais, nas várias instâncias da vida social. Para esta análise, apoiou-se em autores, como: Goldmann (1979), Thompson (2000), Mussalim (2012) e Althusser (2006) para a compreensão das questões referentes à ideologia e as relações sociais, bem como Bakhtin (2009), Orlandi (2012) e Foucault (2002) ao tratar dos fatos da língua em funcionamento através das práticas discursivas e a construção do sujeito enquanto entidade valorativa inscrita em um processo dialógico com a linguagem e a história. A maneira como o enunciador encadeou a letra da canção revela o papel submisso que as mulheres de Atenas desempenhavam na sociedade da época e seu impacto nos dias atuais, já que, segundo a teoria social aplicada às questões do discurso, a figura da mulher atribui sentidos pejorativos ao longo dos tempos, fato que influencia os enunciados marginais proferidos a seu respeito. Portanto, como todo enunciado é incorporado a um contexto sócio-histórico, a análise da música é apreendida ideologicamente em consonância com as condições de produção em que foi construído o discurso e com isso, percebe-se que as estratégias discursivas que orientam o caminho para a definição do sentido ideológico, demonstrando a passividade das mulheres atenienses diante da dominação masculina.

Palavras-chave: Discurso. Ideologia. Dominação Masculina. Mulheres.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014. | ² Graduada em Licenciatura Plena em Letras – Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestranda em Letras – Estudos Literários (UFPI). Email: francmarciely@gmail.com | ³ Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Linguística e Ensino (UESPI). Mestranda em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: vanlock18@hotmail.com | ⁴ Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com



Currículo e Didática: as interfaces na prática pedagógica no curso de Pedagogia da FSA¹

Jovina da Silva²
Francisca Nascimento³
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

Este estudo trata da relação do currículo com a didática referenciando a formação docente fundada em uma concepção interdisciplinar. A literatura sobre a temática enfoca as controvérsias, ora como campos de saberes distintos, isolados, ora como interdependentes e articulados. Nessa última acepção reside a proposta desse trabalho, pautada em uma visão pedagógica de ensino e aprendizagem que ultrapassa a visão instrumental e linear, rumo a pedagogia investigativa e à formação de aprendizes autônomos. A trajetória metodológica caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, considerando a busca dos fundamentos em publicações sobre o tema e em resultado da experiência vivenciada pelas professoras autoras, ao ministrarem as respectivas disciplinas no 3º período do curso de pedagogia da FSA. Os apostes teóricos adotados estão presentes nos trabalhos dos teóricos como: Moreira (2014), Libâneo (2002), Oliveira (2002), Candau (2013). O resultado aponta para a importância de se construir esses saberes de forma articulada, assim o aluno vivenciará teoria e prática de forma concomitante e perceberá a valiosa contribuição desses campos de saberes na sua formação e atuação profissional. Nesse sentido, urge a implementação de atividades conjuntas dessas disciplinas nos cursos de formação docente. Acredita-se, pelo que mostra a experiência, que essas disciplinas constituem ferramentas da identidade docente e contribuem para capacitar o aluno, futuro pedagogo, na consolidação dos saberes teórico-metodológicos e práticos, tão necessários ao exercício profissional.

Palavras-chave: Currículo e Didática. Prática Pedagógica. Formação Docente.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Mestre em Educação e Professora da FSA
³ Mestre em Educação e Professora da FSA



O Portfólio no Ensino de Artes: revisitando as páginas de uma experiência universitária¹

Francisco Renato Lima²
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Resumo

A trajetória do ensino de Artes na educação básica no Brasil é marcada por resistências e falta de reconhecimento, tanto por parte de professores e alunos, como da própria regulação legal, o que torna urgente pensar em propostas que dinamizem as práticas pedagógicas de sala de aula. Neste sentido, este estudo constitui-se como um relato de experiência, fundamentado por uma revisão bibliográfica de literatura, de caráter qualitativo, com o objetivo de descrever uma trajetória de aprendizagem significativa no âmbito do ensino superior, no curso de Pedagogia da Faculdade Santo Agostinho (FSA), analisando de que forma o portfólio contribui para o enriquecimento do processo didático de ensino de Artes. Adotam-se as perspectivas teóricas de autores, como: Alves (2006), Condemarian; Medina (2005), Hargreaves (2002), Kastrup (2001), Villas Boas (2004/2005), Weffort (1996), os fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, entre outros. A utilização do portfólio revelou-se como um modelo pedagógico de avaliação da aprendizagem, tanto do docente e como do discente, desencadeador e registrador do fluir do desenvolvimento cognitivo do ambos, por meio de uma relação pedagógica menos competitiva e mais colaborativa no desenvolvimento da autonomia, na formação permanente do professor e nas investigações e intervenções didáticas com o ensino de Artes. O trabalho exposto neste estudo demonstra isso, na medida em que revela as subjetividades, a identidade e o jeito próprio de aprender de seu autor, evidenciando assim, as diferenciadas formas como os sujeitos aprendem, e que precisam ser valorizadas no contexto escolar.

Palavras-chave: Portfólio. Ensino de Artes. Experiência Universitária.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Com experiência docente na rede pública e privada de ensino básico e superior. Email: fcorenatolima@hotmail.com



Um mergulho entre rios e as interfaces do artesanato: da diversidade e do Patrimônio Cultural no bairro Poti Velho¹

Francisco Renato Lima²
Ana Paula de Sousa da Cruz³
Franciane Ribeiro Barbosa⁴
Joana D'arc Socorro Alexandrino de Araújo⁵
Faculdade Santo Agostinho – FSA
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Resumo

Este estudo tem a finalidade de analisar a relação entre o artesanato, a diversidade, a inclusão social e a preservação do patrimônio cultural enfocada na educação e na construção da cidadania no bairro Poti Velho de Teresina – PI. Para tanto, buscou-se subsídio nas ideias de teóricos como: Freire (1979), Brandão (2000), Pereira (2007), Fiori (1986), entre outros. Foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, descritiva de abordagem qualitativa, associada com uma entrevista. Assim, inicialmente discute-se acerca do artesanato produzido no bairro, refletindo o modo de vida da comunidade local, e a relação da diversidade e do patrimônio cultural para o processo educativo desenvolvido nesta comunidade. A investigação deixa evidente que o artesanato piauiense, pressupõe a diversidade cultural que envolve toda a nação brasileira, suas manifestações e sua história, na medida em que envolve questões relativas à valorização da cultura afro-brasileira, através das peças artesanais de argila, extraída do encontro dos dois rios, Poti e Parnaíba, que são referências do artesanato piauiense, pela qualidade, pelos elementos dessa cultura que de certa forma estampa o respeito a diferença e ao patrimônio cultural que remete subsídios para a transformação da educação das pessoas que convivem em comunidades locais, o que se torna imprescindível para a inclusão social e para o processo educativo do ser humano que nele convive.

Palavras-chave: Artesanato. Diversidade. Patrimônio Cultural. Inclusão social. Educação e Cidadania.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com



A Educação sob a perspectiva da Inclusão ou a Inclusão numa perspectiva Educacional? - O contexto da Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Escola Regular¹

Francisca da Cruz da Silva²Francisco Renato Lima³

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Resumo

O processo de inclusão escolar pressupõe uma luta desencadeada pelas diferentes esferas da sociedade, de forma a construir uma escola de qualidade, que potencialize as diferentes vozes que constituem a diversidade humana. Neste sentido, este estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica de literatura, com caráter qualitativo, a qual objetiva analisar como acontece o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na escola regular, a partir de um conceito de educação e de escola numa perspectiva inclusiva. Para tanto, apoia-se nas abordagens teóricas de Facion (2008), Mantoan (2006), Pan (2008), Sasaki (2005), entre outros; bem como os fundamentos legais da Declaração de Salamanca (1994); documentos e diretrizes do Ministério da Educação (MEC), como a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (2008) e “A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: o Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual” (2007). A análise dos dados teóricos revela um quadro histórico de discriminação e negação à identidade da pessoa com deficiência na sociedade, mas que atualmente, principalmente, em decorrência das políticas públicas de inclusão social, existem avanços positivos no atendimento escolar a criança com deficiência intelectual, embora muito ainda precise ser melhorado, para que haja uma quebra definitiva do paradigma da exclusão e da marginalização dos considerados ‘diferentes’, o que pressupõe, portanto, a superação do preconceito social na escola e a adoção de um ensino com base no princípio de igualdade, centrado no desenvolvimento das potencialidades individuais de cada aluno, em meio ao contexto social coletivo no qual se insere.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Deficiência Intelectual. Escola Regular.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Pedagoga (FSA). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Docência do Ensino Superior (UVA). Email: franciscasilva@hotmail.com

3 Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com



Relato de experiência sobre as práticas pedagógicas na Unidade Escolar Leopoldo Pacheco, em Campo Maior¹

Emanuelle de Paula Simões²

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Campus Herói do Jenipapo – Campo Maior - PI

Resumo

O referido relato de experiências refere-se ao trabalho de investigação sobre as práticas pedagógicas relacionadas à disciplina Biologia, desenvolvida na Escola Estadual Leopoldo Pacheco, na cidade de Campo Maior (PI). Tal investigação está relacionada às atividades da disciplina de PPI - Práticas Pedagógicas Interdisciplinares II, inserida na matriz curricular do curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Heróis do Jenipapo. Nessa atividade, foram observadas 20 horas de práticas de ensino de Biologia na sexta e na sétima etapas do EJA – Educação de Jovens e Adultos, modalidade da educação básica destinada aos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. O objetivo do trabalho foi, em um primeiro momento, verificar se, conforme Cecon (2008), os docentes da UELP se preocupam em buscar estratégias motivadoras no ensino de Biologia no EJA, atendendo aos pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Verificou-se que há grandes dificuldades estruturais, operacionais, pedagógicas e, sobretudo, contextuais, interferindo no processo educativo. Destaca-se como o principal obstáculo, o perfil socioeconômico do aluno EJA, que é mais adulto, trabalhador e pertencente às camadas populares. Observou-se que esse aluno, durante o período da pesquisa, apresentava sinais evidentes de desmotivação e atenção dispersa, resultando em uma perda significativa do aproveitamento dos conteúdos da disciplina.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Unidade Escolar Leopoldo Pacheco. Biologia.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí. Bolsista do PIBID Travessias Atlânticas, vinculado à Universidade Estadual do Piauí – Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior, PI. Técnica em Eventos na área profissional de Turismo e Hospitalidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (2008-2011). Professora/Instrutora do Programa Projovem Trabalhador, em Bragança/PA, entre 2010-2011.



A Ética na Escola no combate a Violência¹

Edimar Lima ²

Jovina da Silva ³

Cristiane do Bonfim do Nascimento ⁴

Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

O Estudo trata da importância da escola no combate a violência, portanto, buscou-se nessa produção textual dissertativa, refletir sobre de que forma a escola pode contribuir para promover a superação das relações conflituosas entre professor e aluno, destacando a importância de analisar a relação entre aluno e aluno, a violência de ordem familiar e o processo de trabalho de natureza autoritária do professor na qual é influenciado pelo assédio moral, a falta de reconhecimento de suas habilidades e competências, assim como, a desvalorização da recompensa salarial. A trajetória metodológica tem caráter bibliográfico, por partir de conhecimentos sistematizados em publicações de teóricos estudiosos do tema. Os quais contribuem com esse trabalho, tais como: Bíblia(1995), Gonçalves (2013), Koehler (2003), Libâneo (2007) e Marchetto (2009). Considerando essas questões que permeiam os espaços escolares, entende-se que esses fatores comprometem a qualidade do ensino e aprendizagem, impedindo a conquista de relações harmônicas por meio do saber, saber fazer e o querer fazer, já que, a dimensão pedagógica tem sido constantemente fragilizada pela política vertical do sistema educacional tradicional e os parâmetros de uma sociedade capitalista que prescrevem as práticas docentes. Diante dessa realidade, os resultados demonstram a necessidade de construção de atitudes em prol da paz e da harmonia entre o professor e aluno, e conseqüentemente na escola, uma vez que no contexto escolar as expressam as relações de poder, às diferenças culturais, étnicas, gênero e considerando as características do contexto o qual aluno e professor estão inseridos, com essa compreensão, entende-se que esse trabalho oferece uma contribuição para estudantes e profissionais do curso de pedagogia, e para estudantes de outros cursos que se habilitam para o exercício da docência.

Palavras-Chave: Escola. Violência. Ética. Cultura de Paz

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 e 4. Aluno do 8º período, curso de Pedagogia da FSA

3. Professora da FSA, Graduada em Filosofia e Pedagogia, Mestre em Educação.



O papel do Pedagogo diante da problemática da pedofilia¹

Nathyellen Moreth Ferreira Silva

Maria do Perpétuo Socorro Batista

Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este artigo teve como objetivo, Investigar o papel do pedagogo, analisando bibliograficamente, sua importância na minimização das implicações da pedofilia no processo de ensino e aprendizagem da criança. A pesquisa teve como problemática Qual o papel do pedagogo diante da problemática da pedofilia. Tendo por objetivos específicos buscou-se definir os conceitos dos principais termos relacionados à pedofilia e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem, através de revisão literária; Traçar o perfil do pedagogo docente como orientador e mediador na construção do conhecimento, diante da necessidade de interferência na problemática da pedofilia visando a minimização do seu impacto na aprendizagem da criança; Caracterizar o perfil psicológico do pedófilo e da criança possível vítima da pedofilia, identificando estratégias que devem ser tomadas pelo pedagogo na identificação e acompanhamento pedagógico de crianças atingidas por esta problemática; Explicar o papel da escola e da família e demais instituições afins, na adoção de medidas preventivas contra pedofilia e suas implicações no rendimento escolar da criança. O estudo apontou como resultado que o papel do pedagogo diante da pedofilia vai além da sala de aula, e como ele deve trabalhar para combater essa problemática minimizando suas implicações no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Palavras-Chave: Pedagogo. Pedofilia. Criança. Aprendizagem

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.



“A Escola precisa ser pensada”: tessituras sobre Currículo a partir das “conversas” de Regina Leite Garcia – PUC-SP/2013 ¹

Francisco Renato Lima ²
 Jovina da Silva ³
 Joana D’arc Socorro Alexandrino de Araújo ⁴
 Faculdade Santo Agostinho – FSA
 Universidade Federal do Piauí – UFPI

Resumo

A luta por uma escola pública de qualidade pressupõe a construção de um currículo de forma coletiva no cotidiano escolar, como forma de enfrentar as desigualdades sociais que se reproduzem no interior da escola, que muitas vezes, ainda privilegia as classes mais favorecidas, ao invés das massas populares. É sob esta discussão que tratamos neste estudo, no qual objetivamos traçar considerações acerca dos principais pontos abordados pela professora Dra. Regina Leite Garcia em uma palestra em que tratou sobre o papel da escola na atualidade; a importância do currículo situado no contexto tempo x espaço; o reconhecimento e valorização ao pensamento freireano; e a utilização de “conversas” cotidianas como instrumento metodológico nas pesquisas de educação. Constitui-se assim, como um relato de experiência, vivenciada no “XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP”, sob o tema: “Currículo: tempos, espaços e contextos”, nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, no Campus Perdizes, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). No tratamento desses dados, apoiamos-nos nas leituras de Alves (2002), Alonso (2003), Barbosa (1947), Coulon (1995), Freire (2000), Nóvoa (1998), Popkewitz (2001), Saul (2006) e outros, com quais ela dialoga na defesa da construção de um currículo emancipatório, que favoreça a mudança no sistema de ensino brasileiro. Apoiados na reflexão, concluímos apontando que esse projeto deve ser construído de forma coletiva e intencional, privilegiando uma formação para a emancipação política, o exercício da cidadania, a responsabilidade social e o respeito à diversidade humana.

Palavras-chave: Educação. Escola. Currículo. Conversas de Regina Leite Garcia

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com

³ Filósofa (UFPI). Pedagoga (FAEL). Mestra em Educação (UFPI). Docente da Faculdade Santo Agostinho (FSA). Email: profjov@hotmail.com

⁴ Pedagoga (UESPI). Mestra em Educação (UFPI). Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: jdark04@hotmail.com



A Ética na Formação do Pedagogo: uma articulação teórico-prática entre o papel social da Escola e relação Professor x Aluno¹

Wagner José da Silva Carvalho ²
 Cláudio Henrique Rocha Araújo ³
 Francisco Renato Lima ⁴
 Jovina da Silva ⁵
 Faculdade Santo Agostinho – FSA
 Universidade Federal do Piauí – UFPI

Resumo

Neste estudo, trata-se da ética como princípio basilar do processo de formação do pedagogo, considerando a dimensão política, cultural, social e educativa exigida no exercício de sua profissão, o que requer que esta formação seja contínua, baseada na relação teoria e prática vivenciada no interior da escola, como espaço social de construção de aprendizagens éticas e cidadãs entre professores e alunos. Assim, este estudo objetiva analisar a importância da ética no processo de formação do pedagogo, considerando a relação que se estabelece entre professor e aluno no espaço escolar. Para tanto, parte-se de uma revisão bibliográfica de literatura, de caráter qualitativo na abordagem das informações, com base nas leituras de Bourdieu (2005), Freire (1998), Garcia (2012), Perrenoud (2000), Tapia; Fita (1999), entre outros. Aponta-se para a ética como princípio que deve ser vivenciado na prática docente, no espaço coletivo da escola, em que professores e alunos se reconheçam como agentes de transformação e mudança. A escola precisa romper com o paradigma do tradicionalismo, da hierarquização do poder, do autoritarismo e da exclusão social mascarada, e promover uma mudança curricular, que reconheça e valorize os aspectos culturais e sociais do indivíduo no meio social. Portanto, a formação docente e a escola precisam ser pensadas e ressignificadas a partir de uma ética global, comum a todos, que possibilite o engajamento coletivo em causas particulares, como forma de minimizar as distorções sociais que fortalecem as desigualdades, o que pressupõe, portanto, a interferência direta do professor e do aluno, nas relações que estabelecem no espaço da sala de aula.

Palavras-chave: Ética. Formação do pedagogo. Escola. Relação Professor x Aluno.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Graduado em Economia (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior (FSA). Acadêmico do 8º período do curso de Pedagogia da Faculdade Santo Agostinho (FSA). Email: wjos@hotmail.com

³ Graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Norte do Brasil (FTBNB). Acadêmico do 8º período do curso de Pedagogia da Faculdade Santo Agostinho (FSA). Email: henrique-1941@live.com

⁴ Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com

⁵ Filósofa (UFPI). Pedagoga (FAEL). Mestra em Educação (UFPI). Docente da Faculdade Santo Agostinho (FSA). Email: profjov@hotmail.com



A Inclusão Escolar diante do direito de ser, estar e pertencer: alinhamentos teóricos¹

Francisca da Cruz da Silva ²

Francisco Renato Lima ³

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Resumo

O direito a uma educação para todos é uma garantia legal expressa em diversos documentos que tratam da igualdade de direitos de cada cidadão, especialmente daqueles considerados fundamentais, e que estão expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988. Neste entendimento, este estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, busca analisar de que forma a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais (NEE) se constrói teoricamente, a partir da orientação estabelecida por lei, considerando o direito de ser, estar e pertencer de cada sujeito. A elucidação teórica parte da análise de documentos internacionais, decretos e leis, como a Declaração de Salamanca (1994), Carta para o Terceiro Milênio (1999), Convenção de Guatemala (1999), Declaração Internacional de Montreal (2004); leis como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9. 394/96), Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (2010); subsidiados por teóricos, como Aranha (2001), Mazzotta (2005), Mittler (2003), Raiça (2006), entre outros. A análise dos dados aponta que atualmente, a questão da inclusão tem recebido lugar de destaque no cenário político educacional, na medida em que diferentes documentos legais sinalizam um modelo de educação para todos, visando à construção de uma sociedade inclusiva e cidadã. Portanto, a partir daquilo que a lei já determina, cabe à escola, construir um currículo baseado em propostas voltadas para a valorização do ser humano, na luta pelo fim do preconceito e discriminação, propiciando a adoção dos preceitos de uma pedagogia inclusiva, que valorize o direito de ser, estar e pertencer de cada sujeito.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Legislação Educacional. Inclusão Escolar

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Pedagoga (FSA). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Docência do Ensino Superior (UVA). Email: franciscasilva@hotmail.com

³ Pedagogo (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestrando em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Com experiência docente na rede pública e privada de ensino básico e superior. Email: fcorenatolima@hotmail.com

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos de EDUCAÇÃO FÍSICA





O audiovisual nas aulas de Educação Física Escolar: metáforas, poder e espetáculo identificados no filme Invictus¹

Fábio Soares da Costa²
Janete de Páscoa Rodrigues³
Universidade Federal do Piauí-UFPI

Resumo

Este estudo foi desenvolvido a partir de dois focos de pesquisa: o primeiro é o uso de recursos audiovisuais nas aulas de educação física escolar, sua importância e resultados positivos, e o segundo é sobre o uso do esporte nas lutas políticas de poder e hegemonia, apresentado em produtos audiovisuais como filmes da indústria cinematográfica mundial. Utilizou-se como corpus de pesquisa a película *Invictus* (2009), que aborda a relação entre o rugby e o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela. No estudo exploratório percebeu-se que este esporte foi empregado como elemento colaborador no processo de combate ao Apartheid naquele país, além de contribuir para a manutenção das novas relações de poder instauradas na África do Sul a partir da década de 1990. Na análise, relacionou-se as metáforas de Goatyly (1997) nas falas do personagem de Nelson Mandela, contextualizando estas com o enredo da trama a fim de averiguarmos como o rugby, enquanto esporte, foi empregado como fator agregador entre as pessoas, como um instrumento de manutenção hegemônica do poder político, além de agir como elemento formador de identidades nacionais e mecanismo de mobilização das massas.

Palavras-chave: Cinema. Educação Física. Esporte. Poder. União.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM da UFPI, Especialista em Supervisão Escolar pela UFRJ e Licenciado em Educação Física pela UFPI; Professor da Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP. E-mail: fabiosoares.com@hotmail.com

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Profa. do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPI e do Departamento de Educação Física da UFPI. E-mail: janetepascoa@yahoo.com.br

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos de ENFERMAGEM



TERESINA-PI



Percepção da mulheres sobre o HPV e a assistência do enfermeiro¹

Elaine Carvalho de Oliveira²
 Gleisiane de Araujo Feitosa³
 Karla Joelma Bezerra Cunha⁴
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O papilomavírus humano (HPV) é um vírus DNA que apresenta tropismo por células epiteliais estando diretamente atrelado ao câncer do colo do útero. Objetivou-se realizar o levantamento bibliográfico sobre HPV e a relação com o câncer do colo do útero, verificar o conhecimento da população feminina sobre o HPV e ressaltar o conhecimento do enfermeiro na prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero. O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados LILACS e SCIELO, em língua portuguesa realizados no Brasil, publicados nos anos de 2010 a 2013, utilizando-se como critérios de inclusão artigos em língua portuguesa, no período proposto pelo estudo, aqueles que atendessem aos objetivos da pesquisa e tendo como critério de exclusão artigos de língua estrangeira, artigos publicados fora do período proposto pela pesquisa, e que não atenderam a temática do estudo. Assim fizeram parte da amostra 23 estudos, que foram lidos e analisados, realizando a síntese dos resultados e discussões comparando-os e descrevendo as particularidades. A maior parte das mulheres não buscam os serviços de saúde para realização do exame papanicolau por vergonha, constrangimento, dificuldades de acesso e não saberem qual a finalidade do mesmo. O enfermeiro possui relevância nas ações de promoção e prevenção do HPV e na detecção, porém verifica-se a fragilidade na coleta do citopatológico. Cerca de 81,48% das mulheres apresentaram lesões orais simultâneas a lesões uterinas. Nesse entendimento, melhorar a qualidade da assistência à saúde, estimulando os profissionais para a educação continuada e permanente.

Palavras-chave: Papilomavírus Humano 16. Papilomavírus Humano 18. Neoplasias do Colo do Útero. Saúde da Mulher. Enfermagem.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso Bacharelado em Enfermagem na FSA. Bolsista do PIBIC-FSA. elaine.carvalho90@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso Bacharelado em Enfermagem na FSA. gleisiane_araujo16@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso Bacharelado em Enfermagem na FSA. gleisiane_araujo16@hotmail.com.



Assédio moral no trabalho e consequências diretas para a saúde mental do trabalhador¹

Juliana de Araújo Luz²
 manda de Andrade Gomes Silva²
 Herica Emilia Felix de Carvalho²
 Fabio de Sousa Carvalho³ - SCRPM
 Líndia Kalliana da Costa Araújo Alves Carvalho⁴
 Centro Universitário UNINOVAFAPI

Resumo

O assédio moral dentro do ambiente de trabalho vem se tornando algo comum a vários trabalhadores, onde estes sofrem humilhações e constrangimentos que influenciam diretamente na sua produção dentro da empresa como também na sua vida pessoal. Objetivo: Analisar a produção científica sobre o assédio moral dentro do ambiente de trabalho e suas consequências para a saúde do trabalhador. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura. A busca eletrônica foi feita no banco de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Utilizaram-se os descritores: Assédio moral; Saúde do trabalhador e saúde. Os critérios para inclusão foram às publicações mencionadas com essas palavras chaves, artigos completos, pesquisas originais, recortes de tempo de publicação de 2008 a 2012, totalizando cinco publicações. Os artigos foram lidos na íntegra e analisados. Resultados: O assédio moral não só intimida o trabalhador como também traz a tona sentimentos de tristeza, angústia, medo e humilhação que se refletem na sua vida pessoal e saúde mental. O suicídio também não é descartado nessa situação. Considerações finais: Além de repercutir diretamente na sua produção dentro do trabalho, o assédio traz sentimentos negativos e problemas a saúde mental como ansiedade, depressão e pânico aqueles que sofrem.

Palavras-Chave: Assédio moral. Saúde do trabalhador. Saúde.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Graduando de Enfermagem da UNINOVAFAPI

³ Especialista em Anestesiologia pela Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto (SP)

⁴ Mestre em Saúde da Família pela UNINOVAFAPI



Deficiência de Vitamina B12 e sua correlação com as Funções Neurológicas – Uma Revisão de Literatura¹

Adrielly Mendes dos Santos² | Raiza de Sousa Ximenes³
 Maria da Conceição Coutinho da Silva⁴ | Lydia Raquel Nunes de França⁴
 Sávio Mirandea Fontineles da Silva⁶ | Clériston Rangel da Costa Oliveira⁵
 Aldenora Maria Ximenes Rodrigues⁸ | Eliamara Barroso Sabino⁶
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A vitamina B12 ou cobalamina é um micronutriente essencial para que o corpo desempenhe algumas de suas funções básicas além de participar da manutenção e formação neural, podendo influenciar até no desenvolvimento cognitivo. Como não é um micronutriente produzido pelo corpo humano sua ingestão deve ser mantida de forma regular ou suplementada. Os efeitos fisiopatológicos provenientes da deficiência de vitamina B12 são vastos, porém os danos neurológicos potencialmente irreversíveis quando esta não é tratada, chamam a atenção dos pesquisadores, dentre destes efeitos estão alterações no humor, no sistema nervoso periférico e sintomas neuropsiquiátricos nos mais variados níveis. A pesquisa voltou-se para uma revisão da literatura utilizando-se da investigação de publicações nacionais e internacionais sobre os trabalhos publicados em livros e banco de dados como Scielo, Elsevier, Pubmed abrangendo artigos publicados no período de 1998 a 2012, e livros publicados no período de 2004 a 2007, onde de 136 artigos pesquisados foram selecionados 28 que trataram do tema abordado e 01 livro também com a temática abordada. A deficiência de vitamina B12 ainda é vista pela ciência como uma problemática a ser cada vez mais estudada, podendo ser tratada, mas que ainda chama atenção dos pesquisadores devido aos seus efeitos neuropáticos quando não diagnosticada e tratada de maneira eficaz. Sua prevalência é parcialmente desconhecida no mundo, sendo sua maior ocorrência atribuída aos fatores socioeconômicos dos países pobres ou em desenvolvimento como mostram algumas das pesquisas.

Palavras-Chave: Anemia Megaloblástica. Anemia. Distúrbios Neurológicos. Tubo Neural. Macrocitose

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. e-mail: adriellymendes_19@hotmail.com

3 Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. e-mail: rayza_ximenes@hotmail.com

4 Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. e-mail: ceicinhacoutinho373@hotmail.com

5 Especialista em Hematologia Clínica no INCURSOS. e-mail: saviofontinele@yahoo.com

6 Especialista em Hematologia Clínica no INCURSOS.

7 Estudante de graduação 8º semestre do curso de biomedicina na Maurício de Nassau. e-mail: cl_rangel@hotmail.com

8 Mestranda em Ciências Farmacêuticas na UFPI. e-mail: aldenora_amxr@hotmail.com

9 Orientadora do trabalho. Doutoranda em Biotecnologia na UFPI. e-mail: eliamarabs@hotmail.com



Pré-eclâmpsia: uma análise assistencial¹

Karoline Barbosa Chagas²
 Joicy de Sousa Leal³
 Karla Joelma Bezerra Cunha⁴
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Dentre as inúmeras complicações gestacionais temos a pré-eclâmpsia (PE), sendo responsável pela maioria das indicações de interrupção da gestação e mortalidade materna do Brasil. Objetivo geral é analisar a assistência de saúde em mulheres com pré-eclâmpsia em uma maternidade pública de Teresina-PI. O projeto trata-se de uma pesquisa exploratória, transversal, de abordagem quantitativa que buscará examinar prontuários no período de julho a agosto de 2014 das pacientes internadas com diagnóstico de PE em uma maternidade de referência do Piauí. O universo do estudo é de 100 prontuários de puerperas internadas na maternidade em estudo. Será utilizada uma amostragem aleatória simples que incluiu todos os prontuários das puerperas que estiveram com o registro completo em relação às variáveis, como critérios de exclusão temos a recusa da paciente em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, puerperas que não apresentem pré-eclâmpsia ou foram internadas na maternidade fora do período da pesquisa. Para a coleta de dados, será utilizado um formulário semi-estruturado, organizado em duas partes, com perguntas abertas e fechadas. Em seguida os dados serão tabulados em planilhas do programa Microsoft Excel®, processados no SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 19.0 e apresentados em forma de tabelas. A pesquisa respeitará os preceitos éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Resultados em andamento. Os resultados obtidos poderão contribuir para elaboração de um plano de cuidados voltados às mulheres durante a gravidez de forma mais específica.

Palavras-Chave: Enfermagem. Pré-eclâmpsia. Mortalidade materna.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem na FSA. Email: karol_barbosa10@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem na FSA. Email: joicyleal18@hotmail.com

4. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Engenharia Elétrica na FSA. Email: karlaenf@yaho.com.br



Assistência de Enfermagem ao paciente com intoxicação exógena: um estudo de caso¹

Márcia Andreia Moura Teixeira ²
 Filipe Augusto de Freitas ³
 Francielen Eveyln de Oliveira Adriano ⁴
 Andreia Karla De Carvalho Barbosa Cavalcante ⁵
 Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT

Resumo

O objetivo deste trabalho é realizar a Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente diagnosticado com intoxicação exógena. Utiliza-se como método, o Estudo de Caso Clínico utilizando o processo de Enfermagem, de carácter exploratório, descritivo e de campo, realizado em um Hospital Público de Urgência e Emergência na cidade de Teresina-Piauí. Estando o paciente localizado no setor de emergência do referido hospital, em maio de 2014. No preenchimento do histórico, realizou-se o levantamento de dados por meio da anamnese, exame físico e consulta do prontuário. Para a elaboração dos diagnósticos de enfermagem, empregou-se o NANDA. Segue os aspectos éticos e legais de acordo com a Resolução 466/12, que orientam sobre as pesquisas com seres humanos. Apresentam-se os seguintes resultados quanto à evolução: Paciente em 1º DIH por intoxicação exógena, com rebaixamento do nível de consciência, tendendo a hipotensão, bradicardia e hipertensão diastólica, mucosas e pele hipocoradas, hidratado, tórax simétrico, boa expansibilidade, abdome plano e indolor, MMSS e MMII simétricos, AVP em MSD em hidratação, diurese por SVD de cor clara. Diagnósticos de Enfermagem: Padrão de sono perturbado relacionado a medicamentos. Risco para lesão relacionado a limitações físicas e mentais decorrendo da ingestão de medicamentos. Intervenções: Tranquilizar o acompanhante quando a sonolência do paciente; Colocar grades de proteção; Avaliar nível de consciência; Fazer o balanço hídrico; Verificar Sinais Vitais. Conclusão: foi possível saber as prioridades que devem ser executadas, quais procedimentos que o enfermeiro deverá realizar, e os cuidados a serem tomados a partir de informações colhidas a cerca do paciente intoxicado.

Palavras-chave: Envenenamento. Tentativa de suicídio. Cuidados de Enfermagem.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem na FSA. Email: karol_barbosa10@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem na FSA. Email: joicyleal18@hotmail.com

4. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Engenharia Elétrica na FSA. Email: karlaenfa@yahoo.com.br



Assistência de Enfermagem ao portador de transtorno mental na Estratégia Saúde da Família¹

Antônia Leila Teles Alencar ²
 Maria Bruno de Carvalho Silva ³
 Tainan de Andrade Rocha ⁴
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente estudo sobre a assistência de enfermagem ao portador de transtorno mental na Estratégia Saúde da Família é de relevância tendo em vista ao elevado número de portadores de transtorno mental, a falta de conhecimento da sociedade, dos profissionais e familiares dos pacientes sobre o assunto, as formas de tratamento, os cuidados oferecidos aos pacientes, à assistência de enfermagem prestada e os meios utilizados para inseri-los no convívio familiar e comunitário. Surgiu então a necessidade de se investigar meios de informar os profissionais da enfermagem sobre os cuidados com o paciente, família e comunidade, de combater os preconceitos que ainda atinge as pessoas portadoras de transtornos mentais e garantir o seu acesso às oportunidades, serviços de saúde, e oferecer uma assistência de qualidade. Estudos dessa natureza poderão contribuir para sensibilizar os profissionais de enfermagem a realizar uma assistência de qualidade ao paciente de forma integral, humanitária, com responsabilidade, compromisso, estimular os enfermeiros a se qualificarem nessa área, desenvolver grupos de estudo sobre a prática de enfermagem em saúde mental, adquirir habilidades de gerenciamento no cuidado, participar das políticas de saúde mental, transformar problemas em desafios a serem vencidos. Portanto, espera-se que essa pesquisa contribua para uma melhor compreensão das necessidades de cuidados que devem ser prestados ao doente mental ao fornecer informações para novas pesquisas. Assim como promover uma sensibilização desses profissionais de saúde, na busca de uma melhor assistência, obtendo resultados cada vez mais eficazes.

Palavras-chave: Envenenamento. Tentativa de suicídio. Cuidados de Enfermagem.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014, a partir do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Santo Agostinho como parte dos requisitos necessários para a obtenção de nota na disciplina Metodologia da pesquisa em Saúde I.

2. Egressa do Curso de Enfermagem na Faculdade Santo Agostinho - FSA.

3. Egressa do Curso de Enfermagem na Faculdade Santo Agostinho - FSA.

4. Professora Orientadora do trabalho.



Desmame da Ventilação Mecânica: retirada gradual e a assistência de Enfermagem para o seu êxito¹

Elaine Carvalho de Oliveira²
Gleisiane de Araujo Feitosa³
Karla Joelma Bezerra Cunha⁴
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A ventilação mecânica é um método de suporte para melhoria do estado de saúde do paciente para a sua retirada (desmame), fato que há vários riscos e complicações. Mesmo havendo outra categoria profissional na UTI que realiza manobras de VM, cabe ao enfermeiro conhecer o processo, executar e avaliar para uma assistência de qualidade. Levantamento bibliográfico sobre a importância do conhecimento dos enfermeiros acerca dos parâmetros ventilatórios para realização do desmame e a conhecimento do enfermeiro no processo da ventilação mecânica. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada na base de dados Scielo, na qual foram selecionados artigos publicados no período de 2009 a 2013. Utilizou-se como critério de inclusão em língua portuguesa, usando os descritores desmame ventilatório, ventilação mecânica e enfermagem, no período proposto e que atendem aos objetivos da pesquisa e os de exclusão basicamente de línguas estrangeiras anteriores a 2009 e que não aprovelem os objetivos do estudo. O levantamento foi realizado em Maio de 2013 e foram encontrados vinte e sete artigos, que após leitura resultou em oito artigos que atenderam os critérios de seleção. O III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica recomenda que os índices fisiológicos para o desmame pouco auxiliam na decisão, porém no cotidiano da UTI, é comum a avaliação clínica e de parâmetros de desmame na tentativa de identificar os pacientes que estão aptos. Mesmo a enfermagem influenciando no êxito do desmame ventilatório verifica-se que há necessidade de capacitação e maiores pesquisas nesta área para melhorar o cuidado de enfermagem a estes pacientes.

Palavras-chave: Desmame Ventilatório. Parâmetros Ventilatórios. Complicações da Ventilação Mecânica. Assistência de Enfermagem.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso Bacharelado em Enfermagem na FSA. Bolsista do PIBIC-FSA. email: elaine.carvalho90@hotmail.com.

3 Estudante de Graduação 8º semestre do Curso Bacharelado em Enfermagem na FSA. email: gleisiane_araujo16@hotmail.com

4 Orientador da pesquisa. Mestre em Enfermagem; Docente de Enfermagem da FSA; Pesquisador do PIBIC FSA. Email: karlaenfa@yahoo.com.br.



Doação de Órgãos numa Perspectiva Histórica: uma revisão da literatura¹

Ana Paula Sobrinho Brito²
João Gilson de Jesus Cantuário³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O transplante de órgãos é um procedimento cirúrgico que consiste na reposição de um órgão (coração, pulmão, rim, pâncreas, fígado) ou tecido (medula óssea, ossos, córneas) de uma pessoa doente (receptor), por outro órgão ou tecido normal de um doador vivo ou morto (BRASIL, 2008). O Brasil possui um dos maiores programas públicos de transplantes de órgãos e tecidos do mundo, porém nota-se um aumento na fila de transplantes devido a falta de conscientização e informação da população a respeito da doação de órgãos. Para o presente estudo utilizou-se a revisão integrativa de literatura, de caráter descritivo. O transplante de órgãos vem firmando-se como uma prática que dá esperança de uma nova condição de vida para milhares de pessoas que apresentem disfunções diversas. Entretanto, para que isso ocorra, é importante que a captação de órgãos seja efetiva. por isso a relevância do presente trabalho.

Palavras-chave: Doação de órgãos. Aspectos históricos. Enfermeiro. Doação de Órgãos no Brasil.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem na FSA. Email: anapaulasobrinhobrito@gmail.com.

3. Orientador do trabalho. Diretor de Enfermagem da Organização de Procura de Órgãos no Hospital Getúlio Vargas, Teresina-PI.



O Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família frente à violência infantil: revisão bibliográfica¹

Amanda de Andrade Gomes Silva ²
 Líndia Kalliana da Costa Araújo Alves Carvalho ³
 Juliana de Araújo Luz ⁴
 Hérica Emilia Felix de Carvalho ⁵
 Fabio de Sousa Carvalho ⁶
 Isabela Bastos Jácome de Souza ⁷
 Samira Rego Martins de Deus Leal ⁸
 Fabricio Ibiapina Tapety ⁹
 Centro Universitário UNINOVAFAPI

Resumo

Introdução: Por ser uma triste realidade no convívio social, a violência infantil a cada dia que passa vem se apresentando nos serviços de saúde, estando inserida principalmente na atenção básica, já que é através da Estratégia Saúde da Família que os profissionais de saúde têm um contato mais próximo com as famílias e seus conflitos sociais. **Objetivo:** objetivo identificar quais fatores interferem na notificação por profissionais da atenção básica. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e sistematizada, baseada na consulta de artigos na base de dados Literatura científica e técnica da América Latina e Caribe (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Base de dados em Enfermagem (BDENF), dos quais foram utilizados os seguintes descritores criança, violência doméstica e enfermagem. **Resultados:** Os profissionais que participaram dos estudos destacaram a importância de se realizar a notificação, mas ao mesmo tempo justificaram o motivo de a mesma não está sendo realizada. Na maioria dos casos há ausência de notificação, muito embora, no atendimento da criança ou adolescente vitimizados, tenham-se identificado ou levantado uma suspeita de violência sofrida. Isso pode estar relacionado a receios de represálias. **Conclusão:** É notória a necessidade de suporte ao combate a violência desde a formação acadêmica e dos gestores em saúde em capacitar seus profissionais para melhora do atendimento e identificação precoce dos casos de violência sejam elas físicas ou psicológicas.

Palavras-chave: Criança. Violência doméstica. Enfermagem.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: a.manda.andrade@hotmail.com

3. Mestre em Saúde da Família pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2014) – Professora da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e orientanda do trabalho. Email: lindiakalliana@hotmail.com | 4.

Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: juliana_luz@hotmail.com | 5. Estudante de Graduação 7º semestre do

Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: herica_emilly@hotmail.com.br | 6. Médico Anestesiologista pela Prefeitura Municipal de Teresina. Email:

fabioarvalhomed@hotmail.com | 7. Mestre em Saúde da Família pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2014). Email: isabelinhajacome@hotmail.com | 8. Doutoranda em Farmacologia pela UFC.

Email: samirammd@hotmail.com | 9. Pós-doutor em Implantodontia e docente do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: fabricio100@hotmail.com



O Perfil da Violência Sexual em crianças e adolescentes: revisão integrativa¹

Anisia Regina Oliveira Paiva ³
 Geórgia Maria Vaz Feitosa do Vale ³
 Julyanne dos Santos Nolêto ³
 Leila Dayana Gomes Milanez ⁴
 Letícia de Sousa Milanez ³
 Rayla Bruna Nogueira Campos ³
 Rutiele Ferreira Silva ²
 Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo

O presente estudo tem como objetivo descrever o perfil da violência sexual em crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na base de dados LILACS usando os seguintes descritores: violência sexual, criança e adolescente. Os dados encontrados revelam uma maior proporção de violência sexual no sexo feminino no período da adolescência, no entanto no sexo masculino prevaleceu no período da infância. O perfil dos agressores indica que a maioria são do sexo masculino, estes próximos da vítima (pai, irmão, tios e padrasto). No âmbito da situação de violência sexual, o ambiente domiciliar representa uma parcela bastante expressiva. Diante da problemática conclui-se que o profissional da saúde necessita estar sensível à escuta e percepção de situações de violência que as crianças e adolescentes possam estar vivenciando, proporcionando uma rede acessível a esses menores, constituindo cenário de acolhimento propício a romper a violência velada à criança e ao adolescente.

Palavras-chave: Violência Sexual. Criança e Adolescente. Enfermagem.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Relatora do trabalho. Estudante de Graduação 7º semestre de Enfermagem na UESPI. rutyrf@gmail.com.br

3. Estudante de Graduação 7º semestre de Enfermagem na UESPI.

4. Orientador do trabalho. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). leilamilat@hotmail.com



Violência contra a mulher: consequências, dificuldades e papel dos profissionais de Saúde¹

Jordele de Sousa²
 Daniela Alexia Silva Almendra²
 Nayresson de Sousa Carvalho²
 Maysa Desirée Saraiva Barros²
 Fernanda Evangelista de Almeida Mendes²
 Ana Dávia Rebêlo Lago²
 Jordana Lenize Costa da Silva²
 Nara Silva Soares³
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

Objetivos: Analisar publicações que abordem a temática e evidenciar a violência ocorrida contra as mulheres abordando as consequências e dificuldades na denúncia, bem como a existência de alguns cuidados prestados pelos profissionais de saúde voltados para reestruturação dessas mulheres vítimas de maus-tratos. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica, revisão de literatura por meio eletrônico a partir de materiais já publicados, realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados LILACS, SCIELO, BDNF e MEDLINE. **Resultados:** A análise temática do conteúdo permitiu identificar três categorias: Fatores que dificultam a procura de ajuda por parte da mulher vitimada; Desdobramentos da violência e suas repercussões na saúde mental da mulher; O papel dos profissionais de saúde frente ao manejo das vítimas de violência. **Considerações finais:** A análise das literaturas permitiu identificar que a violência perpetrada contra as mulheres é uma das manifestações extremas das relações sociais desiguais entre os sexos. O reconhecimento da violência contra a mulher como uma questão de saúde pública é um fator significativo, pois contribui para que os casos de violência possam ser notificados e a mesma ser assistida de forma integral.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Maus-tratos.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudantes de Graduação 6º semestre do Curso de Enfermagem na FSA

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Enfermagem na FSA. email: nasisoares@hotmail.com



Estudo da prevalência do câncer de colo uterino em mulheres do estado do Piauí¹

Raiza de Sousa Ximenes²
 Adrielly Mendes dos Santos³
 Maria da Conceição Coutinho da Silva⁴
 Lydia Raquel Nunes de França⁵
 Sávio Miranda Fontineles da Silva⁶
 Clériston Rangel da Costa Oliveira⁷
 Aldenora Maria Ximenes Rodrigues⁸
 Eliamara Barroso Sabino⁹
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

O câncer de colo uterino é o segundo tipo de câncer mais frequente entre as mulheres no mundo, sendo o seu rastreamento realizado pelo exame citopatológico. Constitui-se num grave problema de saúde pública no Brasil, com maior incidência em mulheres de 40 a 49 anos de idade, sendo que a faixa etária de detecção precoce é dos 20 aos 29 anos. Nessa perspectiva, o respectivo trabalho objetivou identificar a prevalência do câncer de colo uterino no estado do Piauí do ano de 2012. Para isso, realizou-se um estudo do tipo retrospectivo exploratório, com análise de dados obtidos no SISCOLO/MS, do período de janeiro a dezembro de 2012. Verificou-se que mulheres com ensino fundamental incompleto, pardas e na faixa etária de 25 a 44 anos tem maior predisposição a desenvolver algum tipo de neoplasia no colo do útero, sendo o carcinoma epidermoide invasor o de maior prevalência. Em síntese, os dados do programa SISCOLO de controle do câncer uterino possibilitaram a elucidação de questões relativas à prevenção, assistência e comportamento envolvidas na dinâmica do câncer do colo do útero, sendo essenciais para a efetiva prevenção e manejo adequado dessa patologia.

Palavras-chave: Prevalência. Câncer de Colo do Útero. HPV. Mulheres.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. rayza_ximenes@hotmail.com

3. Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. adriellymendes_19@hotmail.com

4. Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. ceicinhacoutinho373@hotmail.com

5. Especialista em Hematologia Clínica no INCURSOS. saviofontinele@yahoo.com

6. Especialista em Hematologia Clínica no INCURSOS.

7. Estudante de graduação 8º semestre do curso de biomedicina na Maurício de Nassau. cl_rangel@hotmail.com

8. Mestranda em Ciências Farmacêuticas na UFPI. aldenora_amxr@hotmail.com

9. Orientadora do trabalho. Doutoranda em Biotecnologia na UFPI. eliamarabs@hotmail.com



Violência contra mulher pelo parceiro íntimo: uma Revisão Bibliográfica¹

Yvana Marília Sales Medino²
 Silvelene Carneiro de Sousa³
 Ana Carolina Feitosa Chaves⁴
 Marly Marques Rêgo Neta⁵
 Maria Enoia Dantas da Costa e Silva⁶
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A violência contra mulher é um problema mundial ligado ao poder, privilégios e controle masculinos. Atinge todas as mulheres, independente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade ou condição social, afetando o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação, desenvolvimento pessoal e autoestima das mulheres, constituindo um grave problema de saúde pública diante dos altos índices de morbidade e mortalidade feminina. O objetivo deste estudo é analisar, por meio de uma revisão integrativa da produção científica, a magnitude da violência contra mulher, destacando a violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez; fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras e vivências de profissionais da saúde na assistência à mulher vítima de violência sexual. De um modo geral, todos os artigos apresentaram características metodológicas semelhantes mostrando dados que comprovam que a violência contra mulher é um problema ligado ao poder, privilégios e controle masculinos que atinge todas as mulheres, afetando o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação, desenvolvimento pessoal e autoestima das mulheres. Para reduzir esses índices seriam necessárias, além das políticas públicas voltadas à assistência das mulheres e meninas em situação de violência, medidas de caráter preventivo que promovam mudanças nos padrões hierárquicos de gênero e busquem maior equidade, social e de gênero.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Enfermagem.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.
2. Estudante de Graduação 4º semestre do curso de Enfermagem da FSA. yvanamsm@hotmail.com
3. Estudante de Graduação 4º semestre do curso de Enfermagem da FSA. silvelene15@hotmail.com
4. Estudante de Graduação 4º semestre do curso de Enfermagem da FSA. carolzinhadp@hotmail.com
5. Estudante de Graduação 4º semestre do curso de Enfermagem da FSA. marly_neta@hotmail.com
6. Orientadora do Trabalho Professor do Curso Enfermagem na FSA. email: mariaenoiadantas@hotmail.com



A triagem de reatividade para Hepatite C em bolsas de sangue no centro de hematologia e hemoterapia do Estado do Piauí – HEMOPI¹

Maria da Conceição Coutinho da Silva²
 Raiza de Sousa Ximenes³
 Adrielly Mendes dos Santos⁴
 Maria Aparecida Coutinho da Silva⁵
 Aldenora Maria Ximenes Rodrigues⁶
 Eliamara Barroso Sabino⁷
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A Hepatite C é uma doença infecciosa ocasionada pelo vírus HCV, dentre os principais fatores de risco para a infecção pelo HCV são a transfusão de hemoderivados de doadores não rastreados com anti-HCV, uso de drogas intravenosas, transplante de órgãos, hemodiálise, transmissão vertical, exposição sexual e ocupacional, desde a descoberta do HVC, em 1989, a hepatite C passou a ganhar especial relevância entre as causas de doença hepática crônica no mundo. O aperfeiçoamento das técnicas e o desenvolvimento dos testes anti-HCV vêm incrementando progressivamente a sensibilidade e a especificidade dos mesmos, com detecção cada vez mais precoce da infecção, aumentando a eficácia da triagem sorológica e consequentemente, reduzindo as taxas de incidência de hepatite C pós-transfusional. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a reatividade para hepatite C (HCV) em bolsas de sangue de doadores no HEMOPI. Esta pesquisa teve caráter documental e cunho descritivo. Utilizou-se para coleta de dados os prontuários dos doadores atendidos no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Piauí, no ano de 2011. Resultados e Conclusão: no presente ano estavam infectados 0,16% pelo HCV. A pesquisa com os dados obtidos do HEMOPI demonstra uma baixa prevalência da Hepatite C dos candidatos a doação, se comparados a várias pesquisas realizadas em Hemonúcleos de outros estados brasileiros.

Palavras-Chave: Hepatite C. Doadores de sangue. Reatividade

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.
2. Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. ceicinhacoutinho373@hotmail.com
3. Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. rayza_ximenes@hotmail.com
4. Estudante de graduação 7º semestre do curso de enfermagem na FSA. adriellymendes_19@hotmail.com
5. Estudante de graduação 5º semestre do curso de enfermagem na CEUT. Mariacoutinho373@hotmail.com
6. Mestranda em Ciências Farmacêuticas na UFPI. aldenora_amxr@hotmail.com
7. Orientadora do trabalho. Doutoranda em Biotecnologia na UFPI. eliamarabs@hotmail.com



Depressão Pós-Parto entre mulheres internadas em uma maternidade pública¹

Francielen Evelyn de Oliveira Adriano²

Juliana de Sousa Rocha³

Mércia Lannara Alves de Arruda³

Verbênia Cipriano Feitosa⁴

Danieli Maria Matias Coêlho⁵

Milena France Alves Cavalcante⁵

Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT

Resumo

Trata-se de um estudo epidemiológico, abordagem quantitativa. Com 185 puerperas, internadas numa maternidade pública do Piauí, no período de abril a maio de 2014. Os dados foram coletados por meio de questionário. A digitação e análise dos dados utilizaram-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Em relação as análises e discussões no perfil sociodemográfico predominou mulheres com 18 a 25 anos, casadas, desempregadas e renda familiar entre 1 e 2 salários; nos aspectos clínicos e perinatais: 99,5% realizou pré-natal, sendo 59,8% até 12 semanas e 73,4% com 6 ou mais consultas; na correlação início do pré-natal e fatores de risco houve associação estatisticamente significativas com complicações no pré-natal e tensão pré-menstrual. Conclui-se que, embora a maioria não tenha apresentado sintomas ou fatores de risco para depressão pós-parto, algumas puerperas apresentaram sintomas depressivos. Sugere-se implantação de um instrumento de rastreamento da depressão pós-parto no acompanhamento dessas puerperas.

Palavras-Chave: Depressão. Puerpério. Fatores de risco

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem no Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT, francyevellyn@hotmail.com . Relatora do trabalho.

3 Enfermeira. Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT

4 Orientadora do trabalho. Mestre em Enfermagem, coordenadora do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT

5 Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora do Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT



Projeto Sementes do Conhecimento: um relato de experiência¹

Silvelene Carneiro de Sousa²

Yvana Marília Sales Medino³

Ana Carolina Feitosa Chaves⁴

Marly Marques Rêgo Neta⁵

Maria Enoia Dantas da Costa e Silva⁶

Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Trata-se de um relato de experiência sobre a prática de Semiologia e Semiotécnica em uma escola pública municipal no município de Teresina. O objetivo desta era pôr em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula no contexto escolar. A avaliação do estado de saúde, que inclui a entrevista e o exame físico, que é uma prática comum no dia-a-dia do Enfermeiro. A metodologia utilizada foi à divisão da turma em duas equipes com 30 alunos cada, no qual as duplas ficaram responsáveis por realizar a entrevista e o exame físico em uma única criança. A atividade foi realizada pelos estudantes de Enfermagem que cursavam a disciplina de Semiologia e Semiotécnica da Faculdade Santo Agostinho, acompanhados por uma Enfermeira responsável pela respectiva disciplina. Contudo podemos concluir que a presença de um profissional da Enfermagem é de suma importância para o desenvolvimento da criança em idade escolar.

Palavras-Chave: Semiologia. Enfermagem. Projeto Sementes do Conhecimento.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Enfermagem no Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT, francyevellyn@hotmail.com . Relatora do trabalho.

3 Enfermeira. Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT

4 Orientadora do trabalho. Mestre em Enfermagem, coordenadora do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT

5 Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora do Centro de Ensino Unificado de Teresina –CEUT



Violência contra idosos: revisão de literatura¹

Líndia Kalliana da Costa Araújo Alves Carvalho²– UESPI
 Fábio de Sousa Carvalho³ – PMT
 Amanda de Andrade Gomes Silva⁴ – UNINOVAFAPI
 Hérica Emília Félix de Carvalho⁵ – UNINOVAFAPI
 Juliana de Araújo Luz⁶ – UNINOVAFAPI
 Isabela Bastos Jácome de Souza⁷ – UNINOVAFAPI
 Priscila Veras Santos⁸ – UNINOVAFAPI
 Samira Rêgo Martins de Deus Leal⁹ – UFC
 Luciane Leal Sousa¹⁰ – UNINOVAFAPI

Resumo

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial. No Brasil, ocorre em ritmo acelerado, acarretando modificações nas políticas sociais e constituindo-se em um dos grandes desafios da Saúde Pública, o Brasil está entre os países que aumentam rapidamente o índice de envelhecimento e, de acordo com projeções para o ano de 2025, haverá 46 idosos para cada 100 pessoas menores de 15 anos. Objetivo: Verificar qual tipo de violência é mais referenciado pelos idosos e investigar os possíveis fatores que podem ter associação com este fenômeno. Metodologia: Realizou-se um levantamento bibliográfico no período de 2003 a 2013, através dos descritores violência, abrigo, maus-tratos aos idosos utilizando como base de coleta de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Foram identificadas 14 publicações conforme o ano de publicação, indexação, descritores e tema. Resultados: Verificou-se que a violência contra o idoso é expressão da questão social que, nas últimas décadas, vem assumindo proporções maiores, sobretudo, das crises e mudanças que as sociedades modernas vêm passando tanto na esfera da produção e reprodução das relações sociais, econômicas e políticas quanto no que respeita ao mundo dos valores, da ética e da cultura. Conclusão: O estudo mostrou que devemos nos preocupar com as conseqüências da violência contra o idoso diante desse processo de mudanças, enfatizando a sobrecarga, o estresse e o desgaste físico e emocional que atinge esse idoso.

Palavras-chave: Violência. Abrigo. Maus-tratos aos Idosos.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.
 2. Mestre em Saúde da Família pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2014) – Professora da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e orientadora do trabalho. Email: lindiakalliana@hotmail.com | 3 Médico Anestesiologista pela Prefeitura Municipal de Teresina. fabiocarvalho@hotmail.com | 4 Estudante de Enfermagem pela UNINOVAFAPI. a.m.a.n.d.a@hotmail.com | 5 Estudante de Enfermagem pela UNINOVAFAPI. herica_emilly@hotmail.com | 6 Estudante de Enfermagem pela UNINOVAFAPI. juuliana_luuz@hotmail.com | 7 Mestre em Saúde da Família pela UNINOVAFAPI. isabelinhajacome@hotmail.com | 8 Mestre em Saúde da Família pela UNINOVAFAPI. priscilasantos00@gmail.com | 9 Doutoranda em Farmacologia pela UFC-CE. samirarmd@hotmail.com | 10 Mestre em Saúde da Família pela UNINOVAFAPI. Lucianeleal79@hotmail.com



Análise Bibliográfica dos Indicadores de Qualidade da Assistência Pré Natal¹

Elaine Carvalho de Oliveira²
 Karla Joelma Bezerra Cunha³
 Michely Glenda Pereira da Silva⁴
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A gravidez é um evento biologicamente natural, que desenvolve-se em um contexto socioeconômico e cultural que influencia e determina a sua evolução. Objetivou-se realizar análise bibliográfica sobre os desafios no preenchimento do formulário e alimentação do Sistema de Informação do Pré- Natal e avaliar a quantidade e qualidade das consultas realizadas pela gestante no pré-natal. O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados SCIELO e BDEFN durante o mês de outubro de 2013, sendo pesquisados artigos em língua portuguesa publicados nos anos de 2010 a 2013, foram encontrados 281 artigos, na qual foram realizados a leitura dos resumos, tendo como critérios de inclusão artigos em língua portuguesa, no período proposto pelo estudo, os atendam aos objetivos da pesquisa e tendo como critério de exclusão artigos de língua estrangeira, artigos publicados fora do período e que não atenderam a temática. Fizeram parte da amostra 21 estudos, que foram lidos e analisados na íntegra, realizando a síntese dos resultados e discussões comparando e descrevendo-os. Verificou-se que as mulheres realizam consultas pré-natal sem estarem devidamente cadastradas, em média 65% são cadastradas no primeiro trimestre e 14% são cadastradas mas não estão gestantes. As dificuldades na realização do atendimento às gestantes e puérperas são evidenciadas por problemas pessoais e institucionais, desconhecimento e falta de aplicabilidade técnica para preenchimento do SISPRENATAL e mesmo com adesão ao pré-natal há morbimortalidade materna e neonatal. A responsabilidade para o emprego do pré-natal é conjunta, dos gestores e profissional garantindo uma assistência de qualidade.

Palavras-chave: Administração dos Serviços de Saúde. Cuidado Pré-Natal. Administração de Enfermagem..

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.
 2. Estudante de Graduação 8o semestre do curso de Enfermagem na FSA. Bolsista do PIBIC - FSA. e-mail: elaine.carvalho90@hotmail.com
 3. Karla Joelma Bezerra Cunha, Mestre em Enfermagem pela UFPI, Docente em Enfermagem –FSA.
 4. Graduada em Enfermagem pela Faculdade Santo Agostinho–FSA. e-mail: michely.glenda@gmail.com.



Intervenções no assistir idosos vítimas de violência na Atenção Básica: Revisão Integrativa¹

Hérica Emília Félix de Carvalho²
 Amanda de Andrade Gomes Silva³
 Juliana de Araújo Luz⁴
 Líndia Kalliana da Costa Araújo Alves Carvalho⁵
 Pâmela Renata de Sousa dos Santos de Vasconcelos⁶
 João Vítor Soares Costa⁷
 Roniely Thays Soares da Silva⁸
 Vanessa ferreira Alves⁹
 Centro Universitário UNINOVAFAPI

Resumo

A Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, do Ministério da Saúde, define violência como as ações humanas que afetam a integridade e a saúde física, moral, mental ou espiritual. Existem muitos tipos de violência com as mais variadas particularidades, sendo a violência familiar a mais relevante e antiga violência contra o idoso. O presente estudo objetiva buscar na literatura a produção bibliográfica sobre o tema de violência contra o idoso, como o profissional da atenção básica conduz a assistência a vítima violência, no caso o idoso e as intervenções na assistência feita pela equipe multiprofissional com ênfase no enfermeiro. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados Literatura científica e técnica da América Latina e Caribe (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Base de dados em Enfermagem (BDENF) que estavam disponíveis eletronicamente na íntegra no idioma português, publicados no período de 2010 a 2014. Os resultados foram expostos em tabela, onde foram listadas as intervenções referente à prevenção e identificação da violência contra os idosos. Conclui-se somente pela união da pesquisa e educação será melhorado o assistir o idoso vítima de violência, pois através das pesquisas dispõe-se de meios para reflexão e através da educação pode-se compartilhar conhecimentos quanto à forma do cuidar, uma vez que o cuidado referenciado para a complexidade do tema é considerada uma tarefa árdua e desafiante para a equipe multidisciplinar na saúde, mas que não está distante.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde. Idosos. Violência.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014. | 2 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: herica_emilly@hotmail.com.br | 3 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: a.manda.andrade@hotmail.com | Mestre em Saúde da Família pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2014) – Professora da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e orientanda do trabalho. Email: lindiakalliana@hotmail.com | 4 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. Email: juliana_luuz@hotmail.com | 5 Mestre em Saúde da Família pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2014) – Professora da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e orientanda do trabalho. Email: lindiakalliana@hotmail.com | 6 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI.faboccarvalho@hotmail.com | 7 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. | 8 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI. | 9 Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário UNINOVAFAPI.



Importância do Método Canguru para a recuperação do recém-nascido de baixo peso¹

Valéria Viana de Carvalho²
 Débora Lesly Meneses Cury³
 Nara Soares Silva⁴
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

O número crescente de nascimentos prematuros no Brasil e no mundo constitui um problema de saúde pública. É considerado pré-termo todo recém-nascido com menos de 37 semanas de idade gestacional e com menos de 2500g. Os recém-nascido pré-termo frequentemente necessitam de cuidados especiais em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, sendo exposto a procedimentos invasivos e dolorosos. Diante disso, surgiram propostas de programas de intervenção neonatal com o objetivo de resguardar o bebê e oferecer estímulos adequados para minimizar os efeitos das intervenções, com medidas protetoras, entre eles, o Método Mãe Canguru (MMC). É composto de três etapas - duas hospitalares e uma ambulatorial - e o período pós-natal é um tempo de adaptação e de aprendizagem para a mãe no contexto da prematuridade. Esta pesquisa teve como objetivo identificar nas publicações científicas a importância do Método Canguru para a recuperação do recém-nascido de baixo peso. Adotou-se a pesquisa bibliográfica pelo Método de Revisão Integrativa com dados coletados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), resultando em 16 documentos, sendo 13 artigos, 01 monografia e 02 manuais. Os resultados referente ao Método Canguru revelam que o mesmo é favorável para o desenvolvimento do recém-nascido prematuro, além de interferir positivamente nas condições de relacionamento mãe e filho. Os dados evidenciaram que o método canguru traz inúmeros benefícios como a melhora do vínculo mãe-filho, aumenta adesão ao aleitamento materno exclusivo e promove o crescimento adequado.

Palavras-chave: Método Canguru. Prematuro. Humanização da Assistência

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014. |

2. 2 Estudante de graduação 8º semestre do curso de Enfermagem na FSA;

3. Estudante de graduação 8º semestre do curso de Enfermagem na FSA;

4. Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Enfermagem na FSA;



Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

**resumo dos
trabalhos das
ENGENHARIAS**



TERESINA-PI



Um Estudo Bibliométrico sobre a Filosofia TQM¹

Luvânia Dias Gomes²
 Leonardo Bezerra Lima³
 Isabela Mariana de Sousa Mascarenhas Cavalcante⁴
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de identificar a produção científica brasileira em TQM, entre os anos de 2004 a 2013 publicados em periódicos com classificação Qualis A2. Utilizou-se do método exploratório quantitativo, fazendo uso da bibliometria com coleta de dados secundários feita em cinco revistas selecionadas que contemplam as áreas de Administração e áreas afins e Engenharias III. Foram localizados sete artigos. Como procedimento da pesquisa foi feita a seguinte sequência: definição do tema, busca na base de dados, categorização e análise de resultados. Pode-se concluir que os principais artigos publicados se concentram na região Sudeste do país, e usam livros dos principais autores no assunto como referência. De uma forma geral, observa-se que a pesquisa sobre TQM está em um crescente declínio e que as existentes se encontram em números quase que irrisórios. Observa-se ainda sobre a qualidade das publicações, já que artigos de qualidade se encontram nos periódicos com classificação A1 e A2. Observa-se o declínio do número de publicações no assunto.

Palavras-chave: TQM, Total Quality Management, bibliometria.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Engenharia de Produção na FSA. luvania_1993@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 10º semestre do Curso de Engenharia de Produção na FSA. Leo_1632@hotmail.com

4. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Engenharia de Produção na FSA. isabelamarianasmc@hotmail.com



O uso do aguapé na remoção de metais pesados da água¹

Caroline Pereira dos Passos², Hiago Felipy Marinho da Fonseca³, Wallyson Rodrigo Moraes de Oliveira⁴, Edson Sampaio Rosa Junior⁵, Alef Henrique de Amorim Lopes⁶, Juan Alexandre Leal Oliveira⁷, Lucas Alexandre Silva Fonseca⁸, Rebeka Manuela Lobo Sousa⁹, Ismeraldo Pereira de Oliveira¹⁰
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Uma das barreiras encontradas no processo industrial é a poluição causada à água na etapa de produção. A falta de métodos viáveis de limpeza da água utilizada nessa produção vem causando transtornos às empresas e ao meio ambiente. Isso ocorre porque depois de utilizada na produção, a água é carregada de partículas de metais pesados, que são nocivos ao meio ambiente. Novas normas e leis vêm aparecendo ano após ano visando a proteção ambiental e limitando a produção industrial. Tendo em vista estas informações, o projeto em questão procura promover uma forma mais viável e eficiente para resolver esse problema, com a utilização do “Aguapé” (Eichorniacrapissis), uma planta com uma grande capacidade de absorver metais em meio aquático, mas que também causa problemas quando encontrada em lagos e rios. Considerada uma planta daninha, sua utilização neste método inovador, sustentável, barato, rápido e eficaz, tende a resolver dois problemas de uma só vez: 1) encontrar uma função positiva para a mesma; 2) remover os metais pesados presentes na água industrial, tornando possível a sequência do seu ciclo natural.

Palavras-chave: Jacinto d’água. Despoluição. Água Residual. Metais Pesados. Indústria.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: carolinepassos@gmail.com

3 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: hiagomarinho11@gmail.com

4 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: wallysonmoraes@hotmail.com

5 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: edsonsampai10@hotmail.com

6 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: alef_lopes@outlook.com

7 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, email: juanleal1323@gmail.com

8 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, email: lucas.harp@hotmail.com

9 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, email: rebekamanuela@yahoo.com

10 Coordenador de Graduação de Engenharia Civil, FSA, Teresina, email: ismeraldo@msn.com



Ambientalização online de “C.A.D.” em três dimensões¹

Dinart Nunes de Sousa Junior², Emerson de Sousa Moura³, Vinicius Ítalo Lima dos Santos⁴, Maria Clara Carvalho Matias⁵, Vinicius Matheus Bezerra de Sousa⁶, Amundsen de Medeiros Lacerda Júnior⁷, Jéssica Maria Menezes Santos⁸, Rhutenio Manoel de Sousa Silva⁹, Ismeraldo Pereira de Oliveira⁹¹⁰
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal a popularização da ambientalização online de “C.A.D.” em três dimensões, usada na construção civil, discutindo a linguagem de desenho técnico e a integração de novas tecnologias na vida diária do cidadão comum e do profissional da área. Propõe-se a reprodução de um ambiente 3D em um sistema on-line, onde se possa visualizar projeto desenvolvido em Autocad, ou qualquer outro software que possa exportar ou ter seus arquivos lidos pelo SketchUp. Assim, projetos residências, projetos de máquinas, automóveis, dentre outros, poderão ser visualizados por quaisquer pessoas sem a menor experiência com um dos softwares citados. Esse sistema serve, portanto, como um vetor facilitador a todo o mercado imobiliário, industrial, automobilístico, entre outros, tendo em vista que pode ser utilizado em ambiente online, em nuvem, sendo de fácil e rápido acesso. Possibilita, pois, que a população como um todo atinja um novo nível tecnológico de preticidade e desenvolvimento industrial através das maravilhas oferecidas pela internet e seus recursos, gerando assim um boom em todos os setores industriais.

Palavras-chave: Popularização, Desenho Técnico, Modelagem 3D, Internet, Acessibilidade.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: din.art@hotmail.com

3. 2 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: merson_00@hotmail.com

5 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: vinicius_lima.07@hotmail.com

6 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: mariaclaramatias@hotmail.com

7 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: vinicius.bezerra@gmail.com

8 2 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: jessica.menezes@live.com

9 2 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: rhutenio_manoel@hotmail.com

10 Estudante do curso de Engenharia Civil na Faculdade Santo Agostinho - FSA, Teresina, email: amljunior@hotmail.com

11 Coordenador de Graduação de Eng. Civil, FSA, Teresina, email: ismeraldo@msn.com

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos
trabalhos de
FARMÁCIA





A Estratégia de Tratamento com Antimaláricos e Combate da Malária Revisão Integrativa¹

Francélio da Costa Martins²
 Fernanda Amorim Sousa³
 Samanta Maria Reis de Carvalho⁴
 Francisca Georgiane de Brito Sousa⁵
 Jullyany Cristiny do Nascimento Vieira⁶
 João Batista do Nascimento Rocha⁷
 Francisco Adalberto Paz⁸
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A malária é uma doença parasitária infecciosa causada por protozoários do gênero Plasmodium e transmitida ao homem pela fêmea do mosquito do gênero Anopheles, apresentando os principais sintomas: febre, calafrios e sudorese. Segundo a Organização Mundial de Saúde aproximadamente 40% da população mundial está exposta a esta doença infectocontagiosa, especialmente os indivíduos que habitam os países tropicais. O artigo tem como objetivo abordar sobre a malária enfatizando os meios de proteção e ações desenvolvidas pelas políticas públicas de saúde, para o combate da doença, bem como seus aspectos epidemiológicos, clínico e laboratoriais como estratégias de controle da infecção. Será feito uma revisão bibliográfica de livros, artigos e periódicos relacionados à malária, publicado no período de 2005 a 2012 em base de dados como Scielo, Bireme, PUBMED, MEDLAB. Resultados e Discussão: São apresentadas as estratégias de saúde sobre o controle da malária que estão baseadas principalmente, no desenvolvimento de quimioprofilaxia, imunização e medicamentos, assim como no avanço de políticas de erradicação do vetor e melhorias no sistema de saúde. Conclusão: A malária é considerada um dos graves problemas de saúde pública e é de grande relevância obtermos conhecimento sobre a doença de forma atualizada, bem como informar à população sobre as ações de controle e descoberta de novos fármacos antimaláricos e vacinas eficazes, medidas de saneamento básico, controle do vetor, diagnóstico precoce e tratamento adequado, com o intuito de reduzir e/ ou erradicar a patologia.

Palavras-chave: Fármacos Antimaláricos. Plasmodium. Vacinação. Malária

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014. | ² Graduado em Ciências Biológicas, UESPI e Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia da FSA. francelio.martins@hotmail.com | ³ Graduada em Química, UFPI e Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia da FSA. fernanda.amorimsousa@hotmail.com | ⁴ Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia da FSA. samantareis_10@hotmail.com | ⁵ Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia da FSA. georgianebrito@hotmail.com | ⁶ Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia da FSA. jullyanycristiny2008@hotmail.com | ⁷ Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia da FSA. | batistanrocha@yahoo.com.br | ⁸ Professor da FSA e Doutorando em Biologia Celular pela ULBRA-RS. pazadalberto19@hotmail.com



Interações Medicamentosas na Hipertensão: uma Revisão da Literatura¹

Rômulo Rodrigues Coelho²
 Alessandra Camillo da Silveira Catello Branco³
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

A Hipertensão Arterial Sistêmica é uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados de Pressão Arterial. Associa-se frequentemente a alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo e a alterações metabólicas. Com os agravantes desta doença, é imprescindível o uso de múltiplos medicamentos e aumenta a incidência das interações medicamentosas. Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar as interações medicamentosas e suas conseqüências em hipertensos. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, que utilizou as bases de dados Scielo, Bireme e Periodicos CAPES com publicações entre 2007 e 2014. Dentre os 34 artigos analisados, observou-se a incidência de 55,88% de interações medicamentosas, sendo os mais utilizados os cardiovasculares, betabloqueadores e diuréticos, os antiinflamatórios não esteróides, e apenas 12% apresentaram reações adversas e 23,5% afirmaram que o farmacêutico participa na intervenção da polifarmácia. Observou-se uma significativa ocorrência de associações medicamentosas e pouca incidência de reações adversas. A literatura mostra uma pequena participação do farmacêutico neste cenário, devendo-se portanto, haver sua maior participação na equipe multiprofissional com mais trabalhos científicos voltados à importância deste profissional.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial Sistêmica, Interações Medicamentosas, Reações Adversas, Farmacêutico.

¹ Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

² Estudante de Graduação 10º semestre do Curso de Farmácia na FSA. romulorodrigues_23@hotmail.com

³ Orientador (a) do trabalho. Professor (a) do Curso de Farmácia na FSA. email: alessandrascb@gmail.com



Processos de Elaboração da Bebida Alcoólica Cerveja¹

Lyghia Maria Araújo Meirelles²
Anderson Wilbur Lopes Andrade³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

A cerveja é uma bebida obtida pela fermentação alcoólica de mosto oriundo de malte de cevada e água potável, por ação de leveduras, com adição de lúpulo. A cerveja do tipo Pilsen é a mais comercializada e consumida no Brasil caracterizada pela sua refrescância, leveza, amargor e menor teor alcoólico, sendo padronizadas, classificadas e fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As matérias-primas e o manejo operacional estão associados à qualidade e total satisfação do consumidor. Baseado nesta prerrogativa, o presente estudo teve como objetivo expor e discutir as etapas de elaboração da bebida alcoólica cerveja. Realizou-se uma revisão crítica a cerca de estudos sobre as especificações e características dos processos de produção da cerveja, mediante consulta às bases de dados Scielo, PubMed, e Science Direct, entre 2000 e 2014. No mercado brasileiro há mais de 200 cervejarias de diversos portes e independente do processo escolhido à planta de fabricação da cerveja deve ser composta por três setores bem distintos: sala de brassagem ou fabricação do mosto, adegas de fermentação e maturação, e filtração da cerveja. Sua elaboração pode ser dividida em cinco etapas: preparo do mosto (maltagem e brassagem/mosturação), fermentação, maturação, filtração e envasamento. Dessa forma, devido a complexidade do processo de fabricação deve-se assegurar a aquisição de matérias-primas a partir de fornecedores qualificados, bem como um processo rigorosamente controlado, a fim de evitar possíveis desvios de qualidade.

Palavras-chave: Cerveja. Produção. Qualidade.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFPI). Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Farmácia na FSA. lyghia@ymail.com

3. Estudante de Graduação do 10º semestre do Curso de Farmácia na FSA. andersonwilburia@hotmail.com



Síntese e Caracterização de Nanopartículas de Óxido de Zinco¹

Giancarlo da Silva Sousa²
Anderson Wilbur Lopes Andrade³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo

As nanopartículas (NPs) metálicas, particularmente seus óxidos, atraíram a atenção dos pesquisadores pelas suas aplicações medicinais, uma vez que suas propriedades diferem significativamente daquelas observadas no material macroscópico, onde a ação dos íons e metais reduzidos permite um efeito mais pronunciado. O presente estudo teve como objetivo sintetizar NPs de óxido de zinco (ZnO), caracterizar e investigar o tamanho das partículas. A obtenção das NPs de ZnO foi conduzida por meio de tratamento térmico (Hidrotermal) e os produtos finais foram caracterizados por difração de raios X (DRX), espectroscopia Raman/Infravermelho. Os resultados parciais da síntese das nanopartículas de óxido de zinco mostraram um bom grau de cristalinidade através da caracterização pelo método de Espectrofotometria de RAMAN e Infravermelho ferramentas estas mais utilizadas e de grande importância na determinação de estruturas cristalinas. A obtenção e caracterização das NPs de ZnO foram realizadas com êxito e os resultados indicam que as amostras são bastante cristalinas sem a presença de fases secundárias.

Palavras-Chave: Nanotecnologia, Nanopartículas, Óxido de Zinco.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Farmácia na FSA. gicarlo.gain@gmail.com

3. Estudante de Graduação do 10º semestre do Curso de Farmácia na FSA. andersonwilburia@hotmail.com



Pesquisa de campo: regulamentação da rotulagem e propagação de medicamentos fitoterápicos do Brasil – Gerovital (panax ginseng)¹

Fernanda Amorim Sousa²
Francisca Georgiane³
Jullyany Cristiny⁴
Laiane Abreu⁵
Alessandra Moraes⁶
Francélio da Costa Martins⁷
Samanta Maria Reis de Carvalho⁸
Me. Debora Alencar⁹
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo

Segundo a RDC nº 48, de 16 de março de 2004, fitoterápico é todo medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais e não se considera medicamento fitoterápico aquele que, na sua composição, inclua substâncias ativas isoladas, de qualquer origem, nem as associações destas com extratos vegetais. (ANVISA/ ANO) O presente trabalho tem por objetivo analisar a adequação da rotulagem, propaganda e bula de um medicamento fitoterápico se tal medicamento está de fato de acordo com as resoluções propostas. Para esta análise escolheu-se de forma aleatória o fitoterápico Gerovital, medicamento a base da matéria-prima vegetal Panax Ginseng C. A. Meyer, planta medicinal muito utilizada como tônico do corpo e da mente no tratamento de fadiga, estresse, debilidade, falta de concentração, problemas de fertilidade masculina, depressão, entre outros. Optamos por esse fitoterápico uma vez que esta voltado a características atualmente muito comuns na população brasileira. Para esta análise buscou-se como metodologia a pesquisa de campo, bem como as bibliografias que embasam e confirmam as teorias a respeito dos medicamentos fitoterápicos com base nas RDCs 48/04, 97/08, 102/00, 140/03, 333/03 que tratam dos respectivos tópicos analisados (rotulagem, bula e propaganda), verificando-se assim que o medicamento encontra-se dentro dos padrões exigidos nas legislações.

Palavras-chave: Fitoterápicos. Rotulagem. Propaganda. Bula

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.
2 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. fernanda.amorimsousa@hotmail.com
3 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. georgianebrito@hotmail.com
4 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. jullianyrcristiny2008@hotmail.com
5 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. lazinha.abreu@hotmail.com
6 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. sandramoraesdl@hotmail.com
7 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. francelio.martins@hotmail.com
8 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. samantareis_10@hotmail.com;
9 Orientador do trabalho: professora do curso de farmácia da FSA. debora.genetox@gmail.com



Prospecção tecnológica da atividade microbiana da *Crescentia cujete*¹

Joelma Moreira Abreu³
Mércia Bezerra da Silva³
Maria do Carmo Rodrigues⁴
Pollyana Cardoso Machado⁵
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

A *Crescentia cujete* pertence à família de Bignoniaceae e é conhecida como a árvore cabaça. A árvore mede de 6 a 10 m de altura com uma grande coroa de ramos longos e cobertos com um conjunto de folhas tripinnate e cabaça com frutas. De acordo com a medicina popular, a polpa da fruta é usada para problemas respiratórios, como asma e também usados como laxante. A casca é usada para diarreia mucóide, e a decocção é usada para limpar feridas. Extratos do hexano, acetato de etila, metanol e água das folhas de *Crescentia cujete* foram investigados contra cepas bacterianas. Neste contexto a presente prospecção foi realizada com o objetivo de avaliar o perfil quantitativo das publicações e de patentes com as palavras-chave “*Crescentia cujete*” e “*Crescentia cujete* and antimicrobial activity”, utilizando as bases de dados Scopus, Scielo, Espacenet e INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Através dos resultados pode-se perceber que Bangladesh e Índia estão à frente das pesquisas e publicações em relação à *Crescentia cujete* e sua atividade antimicrobiana, e que no Brasil não consta nenhuma publicação e nenhuma patente nesta área. De acordo com a literatura analisada, foram encontrados poucos artigos relacionados à planta estudada e não foi encontrada nenhuma patente, ficando evidente a importância de mais pesquisas, levando em consideração sua atividade antimicrobiana.

Palavras-chave: Prospecção. *Crescentia cujete*. Atividade antimicrobiana.

1 Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2 Mestre em Química pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutoranda em Biotecnologia/Renorbio/UFPI; Professora da Faculdade Santo Agostinho – FSA. joelsinha@hotmail.com

3 Estudante de Graduação 4º período do Curso de Farmácia na FSA. mbs20freire@hotmail.com

4 Estudante de Graduação 4º período do Curso de Farmácia na FSA. Mariadocarmo-64@hotmail.com

5 Estudante de Graduação 9º período do Curso de Farmácia na FSA. pollyana_machado@live.com



Prospecção Tecnológica da Incidência de Câncer de Pele provocado por Fotoexposição¹

Joelma Moreira Abreu²
Isabela de Sousa Oliveira³
Deliany Cavalcanti Clementino⁴
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

A incidência de casos de câncer de pele tem aumentado significativamente nos últimos anos, por esse fato, atualmente, essa patologia é considerada como um grave problema de saúde pública. Sabe-se que esse tipo de câncer, de etiologia multifatorial, pode ser classificado como: melanoma e não melanoma, onde essa variância será determinada, principalmente, de acordo com fatores ambientais, alterações genéticas e estilo de vida de cada indivíduo. Evitar exposição solar em horários em que os raios ultravioletas são mais intensos, bem como a utilização de filtro solares, chapéus, guarda-sóis e óculos escuros são formas efetivas de proteção, sendo estas recomendadas para prevenção de todas as neoplasias da pele. Nesta prospecção procurou-se analisar, de maneira quantitativa, as publicações e patentes relacionadas às palavras-chave: Photoexposure and Skin Cancer, utilizando as bases de dados Scielo, Scopus, Espacenet e INPI (Bancos de Dados Nacionais). Através dos resultados percebeu-se que não há nenhuma patente depositada, e em relação ao número de artigos, os Estados Unidos e a Índia lideram o ranking de países que mais publicaram, onde o Brasil está em desvantagem em relação a esses países. Desse modo o presente trabalho mostrou uma visão geral e cronológica sobre os avanços científicos relacionados a este conteúdo, ficando evidente a importância de mais pesquisas, considerando a fotoexposição como um importante fator da incidência de câncer de pele.

Palavra-chave: Fotoexposição. Câncer de pele. Prospecção.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Orientador do trabalho. Mestre em Química pela Universidade Federal do Piauí; Doutoranda em Biotecnologia/Renorbio/UFPI. Professora da Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: joelsinha@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. isa_bella_o@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Farmácia na FSA. delianykiss@hotmail.com



Controle de Qualidade Físico de Comprimidos de Metildopa¹

Paulo Ramiler Alves da Silva²
Maria Thaíse Rolim Albuquerque³
Lyghia Maria Araújo Meirelles⁴
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Constituída como o método mais comum para a administração de fármacos com ação sistêmica, a via oral torna-se a opção mais simples, segura e de baixo custo. Devido a complexidade desta via faz-se necessária a realização de estudos que verifiquem a influência de sua composição nas etapas biofarmacêuticas. Seguindo metodologia descrita na Farmacopeia Brasileira, foram analisados comprimidos de metildopa de referência, genérico e similar quanto a alguns parâmetros físicos de qualidade, aspecto, desintegração e peso médio. Os resultados obtidos indicam que o produto genérico não atende às especificações farmacopeicas de peso médio e desintegração, fatores que estão associados a uma formulação e/ou processo de fabricação inadequados. Tais desvios de qualidade podem conferir características diferenciadas em termos de eficácia clínica, porém análises quantitativas do princípio ativo serão realizados para confirmar tal hipótese.

Palavras-chave: Controle de qualidade. Metildopa. Formas de dosagem.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de graduação do 8º período do Curso de Farmácia da FSA

3. Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Piauí, docente do curso de Farmácia da FSA (lyghia@ymail.com)



Interferência do Omeprazol no Metabolismo de Fármacos¹

Joubert Aires de Sousa²
Maria do Carmo Rodrigues Neta³
Fernanda Amorim Sousa⁴
Francélio da Costa Martins⁵
Marcos de Freitas Silva⁶
Mércia Bezerra da Silva⁷
Ronny José Alves dos Santos⁸
Ronniery Wallacy Guimarães Oliveira⁹
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O omeprazol é um fármaco indicado para o tratamento gastrites e úlceras, que pode ser coadministrado com outros medicamentos principalmente com o objetivo de proteger o estômago dos efeitos gastrintestinais de alguns medicamentos. O omeprazol é classificado como um dos supressores mais potentes da secreção de ácido gástrico devido sua ação na bomba de prótons H⁺/K⁺ ATPase. O presente trabalho teve como objetivo determinar as interações farmacológicas do omeprazol no metabolismo de fármacos, destacando os efeitos deste fármaco sobre algumas isoenzimas do citocromo P450 no organismo, e consequentemente sua interferência no uso de alguns fármacos. O trabalho foi realizado através de uma revisão bibliográfica de artigos e livros relacionados à interação farmacológica do omeprazol, publicado no período entre 2009 a 2013 de acordo com as bases de dados: SCIELO, PUBMED, MEDLAB e BIREME. O omeprazol pode inibir a CYP 3A4 e a CYP 2C19, dessa forma aumentando os efeitos dos medicamentos que são metabolizados por essas isoenzimas podendo levar inclusive a uma intoxicação (como por exemplo, cetoconazol e a eritromicina). Também o omeprazol pode induzir a CYP 1A2 diminuindo o efeito de alguns medicamentos metabolizados por esse tipo de citromo (como por exemplo, a amitriptilina). Conclui-se dessa que o uso concomitante de omeprazol com substâncias ou fármacos metabolizados por essas isoenzimas deve ser avaliado para evitar um tratamento ineficaz ou uma intoxicação medicamentosa.

Palavras-Chave: Omeprazol. Citocromo P450. Inibição enzimática. Indução enzimática. Interação Medicamentosa.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014. | 2. Orientador do trabalho. Professor da Faculdade Santo Agostinho – FSA. Email: airesjoubert@yahoo.com.br | 3. Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Farmácia na FSA. mariadocarmo-64@hotmail.com | 4. Estudante de Graduação 4º.semestre do Curso de Farmácia na FSA. fernanda.amorimsousa@hotmail.com | 5. Estudante de Graduação 4º. Semestre do Curso de Farmácia na FSA. francelio.martins@hotmail.com | 6. Estudante de Graduação 4º. Semestre do Curso de Farmácia na FSA. Mfsilva1990@gmail.com | 7. Estudante de Graduação 4º. Semestre do Curso de Farmácia na FSA. Mbs20freire@hotmail.com | 8. Estudante de Graduação 4º. Semestre do Curso de Farmácia na FSA. Ronny_santos01@hotmail.com | 9. Estudante de Graduação 4º. Semestre do Curso de Farmácia na FSA ronnierywall@gmail.com

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos de PSICOLOGIA





A dinâmica familiar diante do adoecimento da criança com leucemia: um estudo em Teresina/PI¹

José Henrique Cardoso Carvalho da Silva²
Périsson Dantas do Nascimento³
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

Trata-se de uma pesquisa de cunho clínico qualitativo, vinculada ao PIBIC/CNPq, que tem por objetivo abordar e compreender a vivência dos familiares de crianças frente ao adoecimento, o diagnóstico e tratamento da leucemia, sob a ótica da análise do discurso. Foram realizadas oito entrevistas semidirigidas com familiares de crianças diagnosticadas com Leucemia, no período de janeiro a abril de 2014, em um hospital de referência localizado na cidade de Teresina/PI. O discurso das entrevistadas revela que todas as famílias enfrentam angústias que iniciaram com a presença dos primeiros sintomas, na busca por serviços de saúde e acentuando-se com a descoberta do câncer no filho. Destacam-se as peregrinações por diferentes locais, gastos financeiros, desgaste emocional e atraso nas ações de saúde. A falta de compreensão e informações sobre leucemia é um fator marcante, sendo a mesma, frequentemente, associada à morte. As entrevistadas revelaram mudanças na organização familiar após o adoecimento e tratamento, destacando o seu afastamento do cotidiano sócio-familiar. Diante disso, emergem, além dos sentimentos de angústia, medo e culpa, situação de sobrecarga implicada na posição de cuidador principal, culminando no sentimento de desamparo e solidão. Destaca-se também a demanda subjetiva de apoio das entrevistadas, revelando a necessidade de suporte psicológico mediante as dificuldades de enfrentar as mudanças decorrentes do adoecimento de seus filhos. Dessa forma, pretende-se apresentar subsídios para a ampliação do conhecimento na área da psicologia da saúde, bem como contribuir para a melhoria do atendimento integrado pais/criança no contexto hospitalar.

Palavras-chave: Leucemia Infantil. Psicologia da Saúde/Hospitalar. Dinâmica familiar.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. - Relator do trabalho. Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: jhccsilva@hotmail.com

3- Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.



A influência do divórcio na vida escolar das crianças: um estudo de representações sociais elaboradas por professores do Ensino Fundamental na cidade de Teresina-PI¹

Alana Monteiro Alves da Silva²
Ana Carolinne César Quirino Moura²
Ana Claudia de Almeida Souza Cruz²
Bruna Raissa Dias Ferreira²
Dyorgennes Wando Silva Souza²
Maria Betânia Soares Carioca²
Raynara Muriell Oliveira da Silva²
Juliana Gomes da Silva Soares³
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo descrever os resultados de uma pesquisa a respeito das representações sociais elaboradas por professores sobre a criança que tem pais divorciados; considerando as consequências do divórcio em relação ao desempenho acadêmico da criança, na percepção do professor e os sentimentos e atitudes que este tem em relação aos alunos. Para tanto, partiu-se de um estudo qualitativo, do tipo exploratório, realizado com 15 professoras do ensino fundamental da rede pública de Teresina. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o Teste de Associação Livre de Palavras e a Entrevista Estruturada, analisadas pela Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados comprovam a importância do papel desempenhado pelos docentes, visto que fazem parte do contexto vivencial da criança e podem ajudar na elaboração do divórcio e na diminuição dos prejuízos no desenvolvimento deste, enquanto aluno.

Palavras-chave: Representações sociais. Divórcio. Desempenho acadêmico. Professor. Criança.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. - Relator do trabalho. Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: jhccsilva@hotmail.com

3- Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.



Alterações Comportamentais, na Linguagem e na Interação Social, Relatadas por Mães de Autistas em Tratamento¹

Flávio Júnior Soares de Oliveira²
Karine Barros Goes de Oliveira³
Maria do Desterro Moura⁴
Thalita Gonçalves Barbosa⁵
Liana Dantas da Costa e Silva³
Faculdade Santo Agostinho - FSA³

Resumo:

O presente estudo investiga as alterações comportamentais, na linguagem e na interação social de crianças diagnosticadas autistas, em tratamento na AMA-PI, à luz dos relatos das mães. A pesquisa é do tipo descritivo-exploratório, de abordagem qualitativa. Dez mães participaram do estudo. Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, com posterior análise das falas, orientada por um roteiro semiestruturado para o levantamento de dados sócio-demográficos e dos relatos das mães de autistas. Os resultados sociodemográficos foram agrupados em uma Tabela e os depoimentos foram organizados por similaridade de conteúdo emergindo quatro categorias: a importância do acolhimento pela instituição; alterações no comportamento, na linguagem e na interação social, percebida pelas mães antes e durante o tratamento. Da análise das falas constatou-se que 90% das mães não possuem nível superior de formação, 80% das famílias tem uma renda mensal média de um salário mínimo. Entre os autistas, 70% são do gênero masculino, seis possuem idade inferior a 11 anos. No que tange aos diagnósticos de autismo, 50% destes foram realizados por médicos pediatras. Em relação aos dados qualitativos, verificou-se que todas as mães deram um feedback positivo sobre a acolhida. Nove participantes observaram alterações no comportamento de seus filhos; seis perceberam alterações na linguagem, e; que alterações na interação social e familiar foram percebidas por nove mães. Conclui-se que, no geral, os relatos apresentam descrições de mudanças após o início do tratamento. Contudo, faz-se necessário estudos posteriores que investiguem quais as implicações destas percepções na vida social dos cuidadores e do sujeito autista.

Palavras-chave: Interação social. Autismo. Diagnóstico precoce. Linguagem.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Relator do trabalho. Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: jhccsilva@hotmail.com

3. Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.



Educação Popular e Educação Especial: como a Educação Popular contribui para a Educação Especial¹

Humberto Emanuel de Freitas Nunes Oliveira²
Keila Maria Rodrigues Costa²
Walter Sobrinho Moura e Silva²
Zaira de Carneiro Macedo Maia²
Leonardo Sales Lima³
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo apresentar como a educação popular contribui para as ações de autonomia da educação especial, de início é relatado um pouco da história da Educação Especial e suas mudanças de paradigmas em relação à assistência prestada ao sujeito com necessidades especiais, modificando seu lugar antes segregado para um espaço onde todos possam aprender. Na segunda parte é apresentado como a Educação Popular se mostra libertadora, no sentido de dar a população em geral autonomia e empoderamento para entender e procurar resolver suas próprias questões, dessa forma a Educação Popular ultrapassa as barreiras da ciência, unificando de maneira concisa o saber popular e o saber biomédico, por fim apresentamos um panorama da transversalidade nas duas temáticas a partir das conclusões dos autores do artigo.

Palavras-chave: Educação popular. Educação especial. Saúde.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudantes de Graduação do 10º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: humbertoliveira_05@outlook.com; kel.costa@hotmail.com; waltersobrinho91@outlook.com; zaira.macedomaia@hotmail.com.

3. Orientador: Professor Assistente I – UESPI, Psicólogo Social Comunitário Sanitarista CRP 11/3416, Comunicador Social/Jornalista, Mestre em Ciências e Saúde, Especialista em Saúde Pública, Saúde da Família, Saúde do Trabalhador, Ecologia Humana e Educação Permanente em Saúde. Email: theopix@yahoo.com.br;



O ciúme como prática cultural: discussões analítico comportamentais¹

Brunna Stella da Silva Carvalho²
 Filipe da Rocha Soares³
 Kassia Evanily Alcantara do Nascimento⁴
 Lilian Ferreira do Nascimento⁵
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

A violência apresenta-se como um dos grandes desafios enfrentados por nossa sociedade, exigindo maiores estudos sobre tal questão, devendo-se observar o ambiente social onde o mesmo se dá, e o estudo de seus antecedentes e consequências. Comportamentos são aprendidos ao longo da vida a partir das interações com outros indivíduos; assim a violência cometida contra a mulher é frequentemente resultado de um padrão familiar de subordinação e não questionamento das imposições masculinas. A literatura traz o ciúme muitas vezes associado à violência, onde numa relação amorosa este já é esperado, diante da possibilidade de perda de seu reforçador, emitindo respostas aversivas e agressivas modeladas por contingências da história de vida do indivíduo. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em publicações em periódicos, com o propósito de analisar a existência da relação entre comportamento ciumento e violência a partir da categoria práticas culturais explícitas pela ciência analítico comportamental. A partir da análise de tais estudos, verificou-se que o ciúme é entendido de maneira particular a cada grupo, podendo ser considerado emoção social, onde o adulto é reflexo de sua história filogenética, ontogenética e cultural. Assim, este estudo abre brecha para a continuação de estudos na área, contribuindo com o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o ciúme a luz da análise experimental do comportamento e práticas culturais.

Palavras-chave: Violência. Ciúme. Práticas culturais. Análise do Comportamento.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Orientadora do trabalho. Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, São Paulo (2013); Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI(2011); Professora do Curso de Psicologia na FSA. E-mail: brunna.stella1@gmail.com

3. Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. E-mail: fhelipe-rocha@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. E-mail: psicokassia@hotmail.com

5. Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. E-mail: lilyanascymento@gmail.com



O sentido do diagnóstico de TDAH para professores do Ensino Fundamental e seu impacto na relação professor-aluno diagnosticado no contexto da sala de aula¹

Brenda Vieira de Castro²
 Francisca Kellyane de Moraes Silva²
 Julia Maria Filgueira da Silva Vieira²
 Josélia Silva Soares²
 José Carlos Pereira da Silva²
 Mayane Ariadne Reis Furtado²
 Luan de Araújo Couto²
 Carlos Eduardo Gonçalves Leal³
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma das condições de saúde que mais têm gerado debates na atualidade, sobretudo, no âmbito da educação. Este artigo teve como objetivo investigar o sentido do diagnóstico de TDAH para professores do Ensino Fundamental e seu impacto na relação entre professor-aluno diagnosticado no contexto da sala de aula. A pesquisa, de caráter qualitativo, evidenciou que o despreparo dos professores é um dos maiores problemas encontrados ao se trabalhar com alunos que possuem o Transtorno, culminando no processo de naturalização e de culpabilização do aluno por seu fracasso escolar.

Palavras-chave: TDAH. Escola. Professor-Aluno.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Alunos de Estágio Básico V do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho.

3. Mestre em Educação, Psicólogo, Professor do curso de psicologia da Faculdade Santo Agostinho e orientador do trabalho.



Visita à escola: a importância desse recurso psicodiagnóstico na clínica infantil¹

Keila Maria Rodrigues da Costa²
Patricia Melo do Monte³
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo pontuar a importância de um dos instrumentos de avaliação no processo psicodiagnóstico: a visita a Escola, cujo procedimento faz parte do psicodiagnóstico infantil e objetiva levantar dados a partir da observação sistemática do examinado em ambiente escolar. Para a efetivação dos objetivos estabelecidos nesse artigo, o presente trabalho, consiste em uma revisão bibliográfica feita com o auxílio de pesquisas em literaturas publicadas, busca por artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses de mestrado na internet e em sites científicos como o Scielo. A investigação na escola dentre outras possibilidades, busca uma nova forma de relação com o cliente, não mais o distanciamento exigido para uma análise objetiva dos dados, como no modelo psicométrico, mas uma aproximação autêntica com o cliente.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Diagnóstico. Psicodiagnóstico. Instrumentos. Visita à escola.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação do 10º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: kel.costa@hotmail.com;

3. Orientador: Professora da Faculdade Santo Agostinho-FSA. Email: patriciamelo2000@gmail.com;



A Vivência da morte pela criança e as estratégias de enfrentamento utilizadas no processo de Luto Infantil¹

Thaís da Silva Fonseca²
Maria dos Milagres Costa Lima³
Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho⁴
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

O presente artigo objetiva analisar a produção científica acerca da vivência da morte pela criança e das estratégias de enfrentamento que as mesmas utilizam no processo de luto infantil, com o intuito de compreender a morte a partir da ótica infantil e contribuir para a difusão do tema a nível acadêmico e social. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em coleta realizada em banco de dados, tais como scielo, portal capes de periódicos, dentre outros. Os resultados apontaram que a percepção da morte e do luto está relacionada ao desenvolvimento da criança bem como a fatores sociais e culturais. Quanto às estratégias, podem ser utilizadas diferentes formas de enfrentamento diante do processo de luto infantil. Conclui-se que as condições das crianças diante da morte e do processo de luto não podem ser generalizadas, devendo-se considerar que ocorre variações de criança para criança.

Palavras-Chave: Morte. Luto. Infância. Estratégias.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Graduanda do sétimo bloco do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: thaisafonseca23@hotmail.com

3. Graduanda do sétimo bloco do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: myllalima19@hotmail.com

4. Psicóloga. Mestre em Psicologia Clínica. Professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: anarosa.carvalho@bol.com.br



Considerações acerca da violência doméstica contra a mulher no município de Teresina/PI sobre o enfoque da Psicologia Familiar¹

Vanessa Bezerra da Cunha²
Perisson Dantas do Nascimento³
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

Esta pesquisa, de cunho clínico-qualitativo objetiva compreender os sentidos da violência doméstica sofrida pela mulher através de uma análise sistêmica do discurso das entrevistadas sobre a sua história e dinâmica familiar. Intencionamos conhecer as relações existentes entre os membros da família de origem e constituída, a configuração estrutural e de papéis familiares, além de compreender os motivos relativos à permanência ou não da mulher na relação conjugal. Foram realizadas oito entrevistas semidirigidas e aplicação de questionários sociodemográficos e genogramas. As entrevistadas possuem idade de 27 e 42 anos, em sua maioria com renda familiar de até um salário mínimo. Os resultados encontrados na pesquisa demonstram uma consonância dos núcleos discursivos das entrevistadas com os achados encontrados nas pesquisas da literatura nacional, não existindo diferenças significativas do que as mulheres piauienses trouxeram sobre o fenômeno da violência, em comparação com o que mulheres que viveram a mesma situação em outros Estados. As entrevistadas referem-se aos filhos como fator mantenedor da relação conjugal. As agressões foram justificadas por conta do ciúme e sentimento de posse dos parceiros, bem como decorrente do uso de bebida alcoólica. Sentimentos de humilhação, vergonha, medo, solidão e abandono configuram uma construção de um papel de vitimização passiva. Padrões intergeracionais de repetição da violência conjugal foram observados nas famílias de origem, revelando a força da transmissão geracional do conflito. Assim, a pesquisa aponta que a violência doméstica deve ser compreendida como um processo sistêmico, sensibilizando-nos para um olhar clínico a fim de perceber essa mulher em suas demandas subjetivas.

Palavras-Chave: Violência doméstica. Pesquisa Clínica. Psicologia Familiar.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014. Pesquisa financiada com Bolsa do Programa de Iniciação Científica do CNPq.

2. Aluna do 8º período do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí. vanessacunha88@hotmail.com

3. Professor Doutor do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí. perisson.dantas@gmail.com



Depressão Pós-Parto: a influência do Processo Depressivo na relação Mãe-Bebê¹

Maria dos Milagres Costa Lima²
Rhaissa Andressa Ramos de Sousa³
Simone Gomes Oliveira Costa⁴
Thaís da Silva Fonseca⁵
Ângela Sousa de Carvalho⁶
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

O presente artigo objetiva analisar a produção científica acerca da influência da depressão pós-parto na relação mãe-bebê, levando em consideração o confronto da noção de bebê real versus bebê ideal construída pela mãe no processo gestacional, com o intuito de contribuir para a difusão do tema em foco a nível acadêmico e social. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, desenvolvida com base em coleta realizada em bancos de dados. Os resultados apontaram que o desenvolvimento infantil está intimamente relacionado com a interação mãe-bebê adequada. Conclui-se que o período em que ocorre o surgimento dos sintomas da depressão pós-parto coincide com um período crucial para o desenvolvimento do vínculo afetivo mãe-bebê. Assim, vê-se a necessidade de se trabalhar com a futura mãe fatores protetores da depressão pós-parto, e, conseqüentemente, protetores para o desenvolvimento infantil desta criança.

Palavras-chave: Bebê imaginário versus Bebê real. Depressão Pós-Parto. Relação mãe-bebê.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Graduanda do 7º bloco do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: myllalima19@hotmail.com

3. Graduanda do 7º bloco do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: rhaissaandressa@hotmail.com

4. Graduanda do 7º bloco do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: simone.goc@hotmail.com

5. Graduanda do 7º bloco do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: thaissafonseca23@hotmail.com

6. Psicóloga. Mestre em Psicologia. Professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: angela.carvalho.789@gmail.com



Medidas socioeducativas e suas transformações provenientes da Educação Popular¹

Annie Araújo Gomes²
 Cristiany Beatriz S. Gameiro³
 Hanna Beatriz de Sousa Pires⁴
 Jacymara Coelho do Nascimento⁵
 Luana Barbosa Veloso Estevão⁶
 Rafaela Anastácia⁷
 Leonardo Sales⁸
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente estudo tem a perspectiva de contextualizar o surgimento e significado da educação popular e sua atuação na aplicabilidade das medidas socioeducativas com a finalidade de desconstruir a maneira verticalizada de atuar frente ao problema e proporcionar ações que contribuam para uma melhor qualidade de vida, sendo necessário denotar o impacto que a vulnerabilidade acarreta diante dos fatores ambientais que implicam o surgimento de vários problemas que interferem no desenvolvimento e bem estar da sociedade, como famílias com crianças e adolescentes em condições precárias e a desintegração social que desencadeia diversos problemas sociais como a infração juvenil.

Palavras-chave: Educação Popular. Vulnerabilidade. Medida Socioeducativa.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Psicologia na FSA. email: annie.araujo@gmail.com

3. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Psicologia na FSA. email: crysbeatriz@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Psicologia na FSA. email: hannabpires7@gmail.com

5. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Psicologia na FSA. email: jacymara_1@hotmail.com

6. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Psicologia na FSA. email: luanaestevao13@gmail.com

7. Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Psicologia na FSA. email: rafaelaanastacia@hotmail.com

8. Orientador do trabalho. Professor da Universidade Estadual do Piauí, Psicólogo Social Comunitário Sanitarista CRP 11/3416; Comunicador Social/ Jornalista; Mestre em Ciências e Saúde; Especialista em Saúde Pública, Saúde da Família, Saúde do Trabalhador; Ecologia Humana e Educação Permanente em Saúde. Contatos: (86) 8803-2512 / 94143001 – Teresina. email: theopix@yahoo.com.br



O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) sob o olhar da Psicanálise: perspectivas e tratamento¹

Humberto Emanuel de Freitas Nunes de Oliveira²
 Keila Maria Rodrigues da Costa²
 Walter Sobrinho Moura e Silva²
 Zaira de Macêdo Carneiro Maia²
 Danilo Camuri Teixeira Lopes³
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) sob a perspectiva da Psicanálise, as terapêuticas mais eficientes e o papel do brincar nessa concepção, bem como apresentar uma breve revisão bibliográfica do transtorno, incluindo a evolução histórica, a classificação no DSM além de contemplar também os aspectos característicos do transtorno. Apesar desse conhecimento, o diagnóstico da condição se baseia em dados clínicos e as associações mórbidas ocorrem em cerca de metade dos indivíduos, sendo as principais comorbidades de natureza psiquiátrica. A presença de uma comorbidade pode modificar a terapêutica e o prognóstico o que faz do diagnóstico, diagnóstico diferencial e as comorbidades se configurarem com um dos aliados mais importantes para o tratamento além dos resultados dos estudos recentes sobre incidência e prevalência no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: TDAH. Psicanálise. Tratamento.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudantes de Graduação do 10º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: humbertoliveira_05@outlook.com; kel.costa@hotmail.com; waltersobrinho91@outlook.com; zaira.macedomaia@hotmail.com.

3. Orientador do trabalho. Psicólogo graduado pela Faculdade Santo Agostinho (2006), Mestre em Psicologia pela UFRN (2009), Professor da Universidade Potiguar(2009), Professor da FSA . Email: danilocamuripsi@gmail.com.



Psicodiagnóstico infantil humanizado: um relato de experiência¹

Patrícia Melo do Monte²
Ívina Karen Rodrigues de Araújo³
Werlany Euflávia do Nascimento³
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente trabalho constitui-se em um relato de experiência que aborda o psicodiagnóstico realizado no Serviço Escola de Psicologia (SEP) da Faculdade Santo Agostinho-FSA. Ele tem como objetivo descrever o processo psicodiagnóstico de forma humanizada percebendo o sujeito como um todo, desde as suas necessidades especiais que o encaminharam até o serviço e, principalmente, ressaltando as suas potencialidades, além de refletir e esclarecer as etapas envolvidas no processo. Neste relato se dá enfoque às etapas envolvidas no processo psicodiagnóstico, procurando descrever, dessa maneira, o atendimento que envolveu 9 sessões diagnósticas, contendo: realização de entrevista inicial, sessões de jogo diagnóstico, o desenho da família cinética e exame do estado mental. Assim, os resultados revelaram que o processo psicodiagnóstico quando realizado de forma humanizada proporciona o rompimento com rótulos e estereótipos, possibilitando o acolhimento e os encaminhamentos necessários.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico. Humanização. Avaliação infantil.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Orientadora do trabalho. Graduação em Psicologia (Universidade Estadual do Piauí). Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade do Ensino Superior do Piauí) e Docência no Ensino Superior (Faculdade Santo Agostinho). Mestre em Educação (Universidade Federal do Piauí). Professora da Faculdade Santo Agostinho e da Universidade Estadual do Piauí. Email: patriciamelo2000@gmail.com

3. Estudantes de Graduação - 9º semestre do Curso de Psicologia na FSA.



A adoção de crianças por casais homoafetivos: um enfoque Jurídico e Psicológico¹

Humberto Emanuel de Freitas Nunes Oliveira²
Keila Maria Rodrigues da Costa²
Walter Sobrinho Moura e Silva²
Zaira de Macedo Carneiro Maia²
Eulineide Lauritzen de Lucena³
Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente artigo vai trazer pontos importantes que estão presentes em nossa sociedade hoje, tendo como base a Constituição Brasileira sobre adoção de crianças e adolescentes. Na segunda parte terá um breve comentário sobre as novas formações de família dando ênfase no processo de adoção por casais do mesmo sexo que de acordo com a nova lei de adoção que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente que avaliar a possibilidade jurídica da adoção por casais homoafetivos a luz dos princípios da dignidade humana e isonomia e por fim iremos apresentar sobre um novo olhar sobre a adoção e como se dá a família em uma formação homoafetiva.

Palavras-chave: Adoção. Homoafetividade. Família. Direitos.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudantes de Graduação do 10º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: kel.costa@hotmail.com; humbertoliveira_05@outlook.com; zaira.macedomaia@hotmail.com; waltersobrinho91@outlook.com;

3. Orientador: Professora da Faculdade Santo Agostinho-FSA. Email: eulineide_psi@hotmail.com



A fronteira limítrofe entre Depressão e Suicídio¹

Ádylia Jéssica da Silva Brito²
Letícia Maria Teixeira Matos³
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

É surpreendente os altos índices de depressão no mundo, e o quanto o senso comum se apropriou do tema. Mas, apesar de muito se falar nos sintomas e nas causas, é uma patologia que ainda tem sido subestimada por boa parte da população. Por outro lado, pouco se fala em morte e menos ainda em suicídio, esses temas ainda são tabus na sociedade em geral, ao que parece evitar esses temas é como poder esquecer ou afastar a morte. Percebe-se que, apesar dos altos números, a depressão ainda é vista mais como um “estado emocional” do que como uma doença, o que pode-se considerar um erro já que a falta de tratamento e o agravamento dos sintomas desse estado pode ter consequências graves, como o suicídio, partindo desse pensamento traz-se a relevância do presente artigo. Este trabalho tem por objetivo geral analisar e compreender a relação existente entre a depressão e o suicídio. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico com base em revisões de textos e artigos publicados em livros e em sites especializados.

Palavras-chave: Depressão. Suicídio. Sintoma. Causa.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação, 7º semestre do Curso de Psicologia na UESPI. adyllajessi@gmail.com

3 Estudante de Graduação, 7º semestre do Curso de Psicologia na UESPI. leticiammatos@hotmail.com



Análise do Documentário Estamira sob a ótica psicopatológica¹

Tanandra Calaça Borges²
Euliane Bandeira Oliveira Macedo³
Marta Lira⁴
Rhaissa Andressa Ramos⁵
Ângela Sousa de Carvalho⁶
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

O presente artigo consiste numa análise do documentário Estamira, produzido pelo brasileiro Marcos Prado no ano de 2006, sob a ótica dos conhecimentos da ciência Psicopatológica. Objetiva identificar e analisar os padrões de sinais e sintomas que justifique seu diagnóstico, compreender a história de vida, dentro de suas particularidades e subjetividade. Paralelamente a isso, caracterizou-se o contexto psicossocial, a rede de apoio e do tratamento à Estamira, protagonista do documentário. O método escolhido para tal foi a reflexão dos principais teóricos da área, encontrando como resultados a relação dialética permanente do psicodiagnóstico entre o singular e o universal, além de uma compreensão prática do estudo em Psicopatologia.

Palavras-chave: Psicopatologia. Psicodiagnóstico. História de Vida. Rede de Apoio. Esquizofrenia.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação, 7º semestre, em Bacharelado em Psicologia na UESPI

3. Estudante de Graduação, 7º semestre, em Bacharelado em Psicologia na UESPI

4. Estudante de Graduação, 7º semestre, em Bacharelado em Psicologia na UESPI

5. Estudante de Graduação, 7º semestre, em Bacharelado em Psicologia na UESPI

6. Orientadora do trabalho, Professora Mestre do curso de Psicologia na UESPI



Avaliação Psicológica dos casos de abuso sexual atendidos na cidade de Timon-MA¹

Akysa da Silva França²
Ingride dos Santos Machado³
Marisa Ferreira Rocha⁴
Lucas Dannilo Aragão Guimarães⁵
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

Esta pesquisa visa apresentar os princípios metodológicos da avaliação psicológica para sintomatologia e os quadros psicopatológicos identificados em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. O abuso sexual é visto como um fenômeno de grande ocorrência no campo da violência infanto-juvenil e provoca danos às vítimas que vão além do campo emocional. A pesquisa nessa área é de grande valia, pois através da mesma busca-se a identificação do agressor, da vítima e o impacto dessa relação, muitas vezes consensual ou não, decorrente de alguém da família ou alguém bem próxima dela. A coleta de dados deu-se através de uma revisão da literatura, decorrente de uma pesquisa em andamento, utilizando como fonte principal artigos de revisão integrativa, sistemática e meta-análise. Os resultados obtidos na literatura apontaram que vítimas de abuso podem desenvolver efeitos a curtos e longos prazos e o impacto desses efeitos acarretam sequelas que vão além do campo emocional e psicológico, perpassando para o campo cognitivo. É possível concluir através dos dados explicitados que discernir esses efeitos proporciona informações e orientações de premissas que são suscetíveis a diminuir o sofrimento psicológico da vítima.

Palavras-chave: Violência sexual. Abuso sexual. Avaliação psicológica.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de graduação do 5º período de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: akysasilva@gmail.com

3. Estudante de graduação do 5º período de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: ingride.santos_eu@hotmail.com

4. Estudante de graduação do 5º período de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: marisarocha.psi@gmail.com

5. Orientador do trabalho, professor de psicologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: lucasdag@yahoo.com.br



Estágio em Políticas Públicas de Saúde: um relato de experiência¹

Rhaissa Andressa Ramos de Sousa²
Thaís da Silva Fonseca³
Simone Gomes Oliveira Costa⁴
Ângela Sousa de Carvalho⁵
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

No decorrer da formação acadêmica é primordial o imbricamento teórico-prático visando à promoção de qualidade de vida, principal finalidade da atuação do psicólogo. O presente trabalho objetiva realizar um relato da experiência do “Estágio Básico III: Políticas Públicas em Saúde”, do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), realizado em campo prático no período de maio a julho de 2014, em uma Maternidade Pública no município de Teresina-PI. A metodologia utilizada no decorrer do estágio foi a observação das atividades desenvolvidas referentes ao Método Canguru bem como a discussão acerca do tema por meio de estudos de casos clínicos, vídeos, filmes. O estágio propiciou a relação entre conhecimento literário e observação de campo, de forma que proporcionou crescimento substancial para as estagiárias em relação à prática profissional no ambiente hospitalar, voltada para as políticas públicas para a mulher e o recém-nascido.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Saúde. Relato de Experiência.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

3. Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

4. Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

5. Psicóloga. Mestre em Psicologia. Professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.



Fatores determinantes no processo de compra de um automóvel novo¹

Gislainne de Araújo Sousa²
Georgiana da Costa e Silva³
Joseli Pereira da Silva⁴
Íkaro Phelipe Reis de Souza Sales⁵
Maria de Fátima Barbosa Emérito⁶
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Esse estudo teve como objetivo analisar os fatores determinantes para o consumidor na compra de um automóvel novo, buscando identificar a influência da família nesse processo, além de determinar os fatores influenciadores na escolha da fonte de informação para a compra de um carro novo. Para isso fizemos entrevistas de profundidade, semi-estruturada em uma concessionária da cidade de Teresina (PI), sendo seu roteiro composto de duas partes: a primeira abordava dados sociodemográficos, tais como, sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda familiar, e a segunda, com perguntas direcionadas aos fatores que influenciaram a compra de um carro novo. Os entrevistados foram selecionados de forma aleatória, tendo como único pré-requisito ter adquirido um carro novo na concessionária. O procedimento de análise de dados foi organizado segundo a Análise de Conteúdo de Bardin e discutidos à luz do referencial teórico. Para análise dos resultados dividimos as respostas em categorias, onde buscou-se identificar o reconhecimento da necessidade inicial para a compra de um carro novo, que influências a família, a mídia, a sociedade, a situação econômica, as características particulares do carro, as influências externas e internas do sujeito, exercem no momento da compra de um carro novo e por fim analisamos a relação aos benefícios que a aquisição desse carro traria para o sujeito. Concluímos que vários fatores exercem influência nesse processo de compra de um automóvel novo, principalmente os fatores econômicos, profissionais e de custo de manutenção com um carro novo.

Palavras-chave: Consumo. Carro Novo. Motivação.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014

2. Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: gislainne@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: georgianacosta1983@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: josysilva240@gmail.com

5. Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: ikaro_sales@hotmail.com

6. Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Psicologia na FSA. email: faemerito@yahoo.com.br



Reflexões sobre Educação em Saúde e vulnerabilidade social¹

Denyse Inês. Sanches Fernandes²
Hosanira Rios Costa³
Nadielli Suelma Santos Fernandes Nogueira⁴
Pablo Vinicius Rodrigues Pinheiro⁵
Leonardo Sales Lima⁶
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente artigo apresenta como objetivos, ampliar o olhar da comunidade vulnerável na conscientização da necessidade da Educação Popular em saúde e desconstruir autoimagens negativas produzidas por aqueles que se encontram marginalizados. A pesquisa fundamentou-se na revisão de leituras que tratam sobre os temas Educação Popular e Vulnerabilidade. Desta forma, Educação em saúde é definida como um processo de transformação indivíduo-sociedade que produz conhecimentos e valores culturais, enquanto a Vulnerabilidade é entendida como redução ou ausência de direitos humanos básicos tais como moradia, educação e lazer. A proposta do artigo é interligar e inter-relacionar estes temas na busca da construção de um saber-fazer que envolva o setor educacional de saúde e setores populares vulneráveis. Conquanto, entende-se assim que para produzir mudanças no comportamento, na cultura ou ainda, na personalidade do indivíduo, é preciso que a educação esteja presente na vida dos sujeitos, de forma a produzir reflexões. Dessa forma a educação constitui –se por meio de práticas pré-estabelecidas que vão ao encontro das necessidades de um indivíduo, grupo ou nação. Por meio das vivências, o sujeito compreende melhor e resignifica um novo modo de viver. É imprescindível ressaltar que a cultura é o veículo pelo qual o educador propaga o conhecimento por que assim a educação não é apenas aprendida, mas experienciada na sua unicidade. Desse modo cada sujeito produz uma reflexão crítica a respeito de si, do outro e do meio no qual é um ser ativo, um ser que produz, influencia e sofre influências do seu produto final.

Palavras-Chave: Educação em saúde. Vulnerabilidade. Setores populares.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Psicólogo na FSA. denysesanches@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Psicólogo na FSA. hosanira_rios@hotmail.com

4. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Psicólogo na FSA. nadi-suelma@hotmail.com

5. Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Psicólogo na FSA. pinheiropablo1@hotmail.com

6. Orientador do trabalho. Psicólogo Professor Ms. e Coordenador do Curso de Psicologia na UESPI. theopix@yahoo.com.br



Transtorno Obsessivo-Compulsivo e suas implicações na qualidade de vida¹

Claudiane Maria dos Santos Moura²
Janaina da Silva Pimentel³
Raquel Andréia Sousa Amorim⁴
Universidade Estadual do Piauí- UESPI

Resumo:

O transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) é caracterizado pela presença de obsessões e/ou de compulsões suficientemente intensas, pode ser relacionado a padrão invasivo de preocupação com organização, perfeccionismo e controle mental, incapacidade de se desfazer de objetos, rigidez e teimosia, entre outros sintomas. Objetiva-se no presente trabalho, compreender a trajetória histórica do Transtorno Obsessivo - Compulsivo - TOC, suas especificidades, sintomas e diagnósticos, suas implicações na qualidade de vida, além das possíveis formas de tratamento. Os indivíduos com TOC, não têm relacionamentos pessoais significativos porque estão continuamente focadas em deixar seu trabalho organizado, ocupando demasiadamente seu tempo, que não reservam tempo para amizades. Dentre este, e outros comportamentos obsessivos e/ou compulsivos, que causa sofrimento ao próprio paciente e seus familiares. Trata-se de um estudo bibliográfico de abordagem quantitativa de aspecto descritivo. O estudo também permitiu identificar as estratégias terapêuticas mais eficazes como a Terapia Cognitivo Comportamental e o uso de fármacos.

Palavras-chave: Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). Obsessões. Compulsões. Qualidade de vida. Terapia Cognitivo Comportamental.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Psicologia na UESPI. claudiane_moura_18@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Psicologia na UESPI. janainapimentel.psy@gmail.com

4. Especialização em Supervisão Escolar com Docência, UEMA, Bacharelado em Pedagogia, FAEPI e acadêmica em Psicologia, 6º período na UESPI. andreia.kell@hotmail.com

Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

resumo dos trabalhos de SERVIÇO SOCIAL



TERESINA-PI



A Influência do Trabalho na Ética Profissional do/a Assistente Social¹

Luciene Ferreira Mendes de Carvalho²
 Antônia Ruana Barbosa de Oliveira³
 José Bruno de Sousa Gomes⁴
 Jacqueline Viera Belem⁵
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente artigo tem como ponto central a discussão sobre “o trabalho na perspectiva ontológica e a ética profissional”, com o objetivo de contribuir na compreensão do trabalho em seu significado ontológico, entender a ética profissional no âmbito do Serviço Social e pontuar a relação do código de ética do assistente social com esse trabalho ontológico. Trata-se de um estudo bibliográfico, utilizando-se a abordagem qualitativa, onde foram utilizados como fonte o próprio Código de Ética do Assistente Social, bem como livros e artigos que tratam de temáticas afins e que trazem importantes estudos sobre a Ética em si e sobre o Trabalho. Como contribuição teórica, este trabalho traz uma visão relevante ao entender que os princípios fundamentais do código de ética do profissional de Serviço Social comungam com o significado ontológico do trabalho, utilizando o pensamento de Marx como primordial no entendimento dessa categoria quando a considera enquanto fundante do ser social. Os resultados dessa pesquisa são relevantes ao propor uma reflexão crítica sobre a temática abordada, evidenciando que a elaboração de trabalhos científicos na graduação do curso de Serviço Social é indispensável no processo de formação profissional, entendendo que como futuros assistentes sociais, possam exercer seu trabalho de forma ética e qualificada.

Palavras-chave: Trabalho. Serviço Social. Ética profissional. Código de ética.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Orientadora do artigo. Professora e Coordenadora da Faculdade Santo Agostinho do Curso de Serviço Social. Mestre em Políticas Públicas pela UFPI.

3 Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Serviço Social na FSA. ruana.-barbosa@hotmail.com

4 Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Serviço Social na FSA. jobrunogomes@live.com

5 Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Serviço Social na FSA. jacquelyne2009@hotmail.com



O Congresso da Virada de 1979 como uma importante conquista para o Projeto Ético Político do Serviço Social¹

Adhia Minelle Lopes da Costa²
 Eliete Maria Bezerra de Sousa³
 Jéssica da Silva Barbosa Rocha⁴
 Yvina Caroliny de Castro Vale⁵
 Luciene Ferreira Mendes de Carvalho⁶
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

Este artigo tem como objetivo resgatar a construção histórica do processo de organização política do Serviço Social no Brasil, a partir de 1979, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em São Paulo, conhecido como o Congresso da Virada em que a categoria recebe novos direcionamentos éticos político que passa a se configurar como marco decisivo no compromisso profissional com as lutas e a organização política da classe trabalhadora. A metodologia adotada para elaboração deste artigo deu-se a partir de levantamentos bibliográficos sobre a temática, onde foram utilizados livros, artigos e revistas periódicas, cujo referencial teórico está embasado nos seguintes autores: BARROCO (2010), IAMAMOTO (2012), NETTO (1999), PEREIRA (2011), SILVA (2009). Os resultados obtidos mostraram que o III CBAS foi um marco importante na trajetória da profissão de Serviço Social, uma vez que proporcionou mudanças significativas no fazer profissional.

Palavras-chave: Congresso da Virada de 1979. Serviço Social. Projeto Ético Político.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Orientadora do artigo. Professora e Coordenadora da Faculdade Santo Agostinho do Curso de Serviço Social. Mestre em Políticas Públicas pela UFPI.

3 Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Serviço Social na FSA. ruana.-barbosa@hotmail.com

4 Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Serviço Social na FSA. jobrunogomes@live.com

5 Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Serviço Social na FSA. jacquelyne2009@hotmail.com



Uso de Drogas na Adolescência e seus Impactos no Aumento da Violência: Revisão Integrativa¹

Anisia Regina Oliveira Paiva³
 Geórgia Maria Vaz Feitosa do Vale²
 Julyanne dos Santos Nolêto³
 Leila Dayana Gomes Milanez⁴
 Letícia de Sousa Milanez³
 Rayla Bruna Nogueira Campos³
 Rutielle Ferreira Silva³
 Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise crítica sobre o uso de drogas na adolescência e seus impactos no aumento da violência através de estudos científicos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada através de um levantamento de artigos científicos em março de 2014, na base de dados LILACS, utilizando como descritores: Adolescente; Drogas Ilícitas e Violência. Posteriormente elaborou-se duas categorias: Uso de drogas na adolescência e Relação entre a violência e o uso de drogas. O consumo de drogas ilícitas, na atualidade, do ponto de vista social, relaciona-se principalmente à violência e à criminalidade. A violência entre outros fatores pode levar ao consumo abusivo de crack e outras drogas, bem como, o uso dessas pode levar a prática da violência. A necessidade da realização de estudos faz-se imprescindível junto aos adolescentes, no âmbito social, familiar e escolar, dessa forma será possível fornecer uma noção mais exata da magnitude deste problema, além de identificar fatores a ele relacionados. Pois, um maior conhecimento sobre o uso de drogas auxiliaria no planejamento e implementação de políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Adolescência. Violência. Uso de drogas. Serviço Social. Enfermagem.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Relatora do trabalho. Estudante de Graduação 7º semestre de Enfermagem na UESPI. georgiamvf@gmail.com

3. Estudante de Graduação 7º semestre de Enfermagem na UESPI.

4. Orientador do trabalho. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). leilamil1@hotmail.com



Educação Popular: Prática Viável na Política Nacional de Assistência Social¹

Antônia Vanessa Pereira Sousa²
 Dayane de Carvalho Sousa³
 Maria Ester Rodrigues de Abreu e Silva⁴
 Paulo Fernandes de Castro⁵
 Valdenia Alves Ferreira⁶
 Leonardo Sales Lima⁷
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

A Educação é uma prática desenvolvida por influências dos movimentos sociais e do método dialógico de Paulo Freire, trazendo como epistemologia a educação como trocas de conhecimentos populares e científicos, respeitando as vivências e conhecimentos do senso comum adquirido pelas experiências cotidianas. É uma prática útil nas instituições que oferecem assistência social, visto que trabalham com grupos sociais de várias realidades e contexto social. Relevando esses aspectos, o presente artigo bibliográfico tem como objetivo conhecer como a Educação Popular se interliga a prática da política de assistência social e se essa metodologia é bem utilizada por profissionais que compõem a rede. O método utilizado, para tanto, foi o levantamento bibliográfico realizado a partir de pesquisas em livros e sites acadêmicos. Diante das análises bibliográficas constatou-se que as práticas de educação popular ainda são tímidas, muitas atividades realizadas por equipes multiprofissionais ainda tem caráter tradicional, priorizando as informações científicas. Além de ser notória a necessidade de pesquisas de campo para observar as rotinas de trabalho da equipe interdisciplinar dentro desse campo para explorar tais aspectos. Apesar das mudanças ocorridas no âmbito assistencial, ainda há muito que ser feito para que se tenha de fato uma política de assistência voltada para o indivíduo que leve em conta seus aspectos psicossociais, sua história, singularidade, subjetividade e até mesmo os seus conhecimentos.

Palavras-chave: Educação. Educação Popular. Assistência Social. Políticas Sociais.

1. 1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 9º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: vannessapeaceful@hotmail.com

3. Estudante de Graduação 9º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: sousadayane@yahoo.com.br

4. Estudante de Graduação 9º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: ester.ras@hotmail.com

5. Estudante de Graduação 9º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: fernandesdicastro1@hotmail.com

6. Estudante de Graduação 9º semestre do Curso de Psicologia na FSA. Email: valdenya@yahoo.com.br

7. Orientador do trabalho. Psicólogo Social Comunitário Sanitarista (CRP 11/3416). Professor do Curso de Psicologia na Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Email: leonardosales@uespi.br



O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Medidas Socioeducativas na Responsabilização do Adolescente em Conflito com a Lei¹

A.Jayane Kelly Jacinta de Oliveira²
Instituto Camilo Filho - ICF

Resumo:

Este artigo busca discutir teoricamente a responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, que ocorre por meio das medidas socioeducativas, elencadas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), isso porque os adolescentes são penalmente inimputáveis. Bem como, empreender algumas considerações acerca da Política de Assistência Social e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que se caracterizam enquanto expressões da proteção social destinada ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. As medidas socioeducativas possuem natureza pedagógica e primam pela reinserção social, mediante o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, objetivando romper com o ciclo de envolvimento do adolescente em relação ao ato infracional. Conclui-se, assim, que o ECA, pautado na Doutrina da Proteção Integral, se constitui enquanto um instrumento que viabiliza a construção da cidadania e que norteia os novos paradigmas no atendimento e atenção de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Tais considerações encontram-se fundamentadas no ECA que elevou as crianças e os adolescentes à categoria de cidadãos, sujeitos de direitos e com prioridade absoluta; no SINASE, que sustentado pelos princípios dos direitos humanos e com suas bases éticas firmadas tanto na Constituição Federal de 1988 quanto no ECA, passou a nortear as medidas socioeducativas destinadas ao adolescente autor de ato infracional. E autores de base como: Volpi (1999) com suas abordagens acerca do adolescente e o ato infracional e Simões (2011), que com seu conjunto de reflexões possibilitou um maior conhecimento acerca da temática.

Palavras-Chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Adolescente em conflito com a lei. Medidas Socioeducativas.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Camilo Filho – ICF (2013); Assistente Social da Prefeitura Municipal de Matões – MA. Email: jayane.w@hotmail.com



Violência e Direitos Humanos em nossa sociedade: um Relato de Experiência¹

Eline Sousa de Oliveira Sales²
Luciana Juliane Marques dos Reis³
Nara Gerissa Dutra⁴
Rúbia Carla da Cruz Figueiredo⁵
Elimária Costa Marques⁶
Maria Eliandra Brito Pereira da Paz⁷
Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente relato de experiência é resultado de uma atividade de pesquisa bibliográfica e visita de campo observatória junto à Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e da Juventude localizada na Rua Paissandú, 2116, Centro/Sul CEP: 64.001-120 - Teresina – PI. A atividade foi requisitada pela disciplina Oficina 3: Violência Urbana e Rural e o Serviço Social do curso de Serviço Social do terceiro período, no primeiro semestre de 2012, ministrada pela professora Maria Eliandra Brito Pereira da Paz culminando em discussão coletiva (seminário) em sala de aula junto aos demais discentes. Assim, este relato de experiência tem por objetivo propiciar uma análise da questão da violência urbana e rural através da referida visita de campo observatória realizada junto à Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e da Juventude de Teresina-PI, relacionando-se ao estudo ao Serviço Social, e tendo a Declaração dos Direitos Humanos como documento fundamental para o desenvolvimento da análise. O relato se desenvolve a partir de pesquisas bibliográficas e visita ao campo observado. A partir da visita ao campo os acadêmicos puderam perceber o quanto é importante o estudo do contexto social em que emerge os problemas sociais, como a violência e suas manifestações na sociedade.

Palavras-Chave: Violência, Direitos humanos, Relato de Experiência, Serviço Social.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. email: elineoliveira.sales@hotmail.com

3. Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. email: lucianajuliana05@hotmail.com

4. Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. email: nara_gerissa15@hotmail.com

5. Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. email: ru_carla@hotmail.com

6. Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. email:

7. Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Serviço Social- FSA. email: elianora_paz@yahoo.com.br



A ineficiência de Políticas Públicas de Acessibilidade nos espaços urbanos como forma de violação dos direitos das Pessoas com Deficiência Física¹

Francisco Wallyson Silva Araujo²
 Maria Eliandra Britto Pereira da Paz³
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da ineficiência de políticas públicas de acessibilidade na vida das pessoas com deficiência física que vivem nos espaços urbanos, considerando a acessibilidade como uma política pública prioritária e essencial para a sobrevivência dessas pessoas, e frisando as cidades, por serem os espaços onde mais se encontram pessoas providas de limitações, de qualquer natureza, especificamente física. Desse modo, a intenção primeira é contextualizar a pessoa com deficiência na sociedade, analisando as mudanças de paradigma, desde a supressão completa da sociedade, até o modelo de inclusão social que vivem hoje, por conseguinte busca-se compreender a acessibilidade, desde as suas primeiras formas de manifestações até sua inserção como política pública e direito fundamental da pessoa com deficiência física, focando nas barreiras físicas que compõem os espaços urbanos, e por último mostrar os principais impactos que a ineficiência na execução de políticas públicas de acessibilidade nesses espaços causa na vida das Pessoas com Deficiência física, tendo em vista a concepção de viver em igualdade de direito, e considerando essa prática como uma violação de seus direitos, assim uma violência institucional.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência. Acessibilidade. Violência Institucional.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Acadêmico do 7º período do curso de Serviço Social da Faculdade Santo Agostinho- FSA. Email: wallyaraujoh@hotmail.com

3. Docente do curso de Serviço Social da Faculdade Santo Agostinho- FSA. Email: elianora_paz@yahoo.com.br



Reflexões sobre os Códigos de Ética profissionais do Serviço Social (1947–1975)¹

Janete de Silva Lima²
 Joelma Luiza Pereira dos Santos³
 Márcia Maria de Castro Dantas⁴
 Mylena Passos Araujo⁵
 Luciene Ferreira Mendes de Carvalho⁶
 Faculdade Santo Agostinho – FSA

Resumo:

O presente artigo refere-se ao ensaio analítico da postura interventiva dos Assistentes Sociais desde os primórdios da profissão no Brasil, nos anos de 1930 até 1975, com base no olhar crítico e dialético dos três Códigos profissionais implantados nesse período. Objetiva-se com esse artigo analisar como os Códigos anteriores aos de 1986 e 1993, pautados pelo ethos conservador, regiam as práticas interventivas dos Assistentes Sociais, e influenciaram na construção de uma nova moralidade profissional a partir da década de 1970, bem como também estabelecer um comparativo entre eles. Para isto, fez-se discussões com o intuito de equiparar e entender os preceitos éticos passados que orientavam o Serviço Social. Como metodologia utilizada, trata-se de um trabalho coletivo, de natureza bibliográfica, fundamentado em Barroco (2010), Brites (2000), Iamamoto (1992), Brasil (2013), Marx (1982) e Marx (2004). Contou-se com o auxílio de leituras exploratória e reflexiva. Durante as análises empreendidas ficou perceptível a diferença entre o ethos conservador e o atual presente no interior do Serviço Social, além do paradoxo vivido pela profissão até chegar ao Código de Ética de 1993, vigente até hoje, o qual possibilitou o rompimento definitivo com o assistencialismo e com o fazer voltado para a afirmação da ordem capitalista, elevando, a partir de então, a liberdade como um princípio fundamental do ser humano e afirmando-se contrário a toda e qualquer forma de preconceito.

Palavras-chave: Ética. Serviço Social. Código de Ética. Moral. Conservadorismo.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. Email: janeteslima@hotmail.com

3. Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. Email: joelmaluiza.santos@hotmail.com

4. Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. Email: marcian2@hotmail.com

5. Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Serviço Social na FSA. Email: mylenapassos@hotmail.com

6. Orientadora do trabalho. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2001); especialização em Administração Pública pela UFPI (2005); mestrado em Políticas Públicas pela UFPI (2008); doutorando em Serviço Social pela UFPE; coordenadora e professora do curso de Serviço Social da FSA. Email: lufmcarvalho@hotmail.com



A Rede de Proteção Social Especializada no município de Teresina - PI: um estudo no contexto do trabalho em Rede¹

Erlânia Ponte Freitas²
 Marina Pinheiro Sousa³
 Reia Sílvia Rios Magalhães⁴
 Universidade Federal do Piauí - UFPI

Resumo:

Este trabalho tem como fio condutor o projeto de pesquisa intitulado: “Política de Assistência Social e entidades socioassistenciais no contexto do trabalho em rede: mapeamento da rede de proteção social especializada no município de Teresina-PI”, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. O estudo tem como objetivo, com base nas principais legislações socioassistenciais, como a NOB, SUAS e LOAS, analisar como o trabalho em rede é empreendido na política social e como o mesmo é encontrado nas próprias instituições que trabalham com essa perspectiva. Fundamenta-se na pesquisa de caráter exploratório dos tipos bibliográfica e documental. A partir dos dados coletados foi possível elencar elementos que subsidiaram a construção do presente texto. O trabalho em redes nas políticas públicas é um tema contraditório e complexo, pois envolve o público (Estado) e o privado (mercado), e entidades (não governamentais) e remete a pluralidade de sujeitos na proteção social. A rede tem sido vista como a mais significativa inovação humana no campo da organização da sociedade e das políticas públicas. As organizações do terceiro setor, podemos inferir, vêm ganhando espaços na criação e manutenção de redes, operando em nível local, regional, nacional e internacional, na busca da articulação da política ou para a implementação de ações conjuntas. Esse trabalho, contudo, apresenta somente os resultados parciais da pesquisa referentes à análise bibliográfica e documental, na qual buscou detectar como o trabalho em redes tem sido incorporado, apontando para as limitações e as possibilidades de sucesso.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Redes. Pluralismo. Intersetorialidade

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Serviço Social na UFPI. erlania.freitas@yahoo.com.br

3. Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Serviço Social na UFPI. marinapinheirosocial@gmail.com

4 Orientadora do trabalho. Profa. Dra. do Curso de Serviço Social na UFPI. E-mail: rearios@hotmail.com



O Processo Histórico da Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil: um estudo no Lar da Criança Maria João de Deus em Teresina-PI¹

Leticia Alves Farias dos Santos¹
 Luzinara Soares Monte²
 Marfisa Martins Mota de Moura³
 Faculdade Santo Agostinho - FSA

Resumo:

O presente artigo trata sobre o processo histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, dando enfoque ao Lar da Criança Maria João de Deus, que constituiu uma das instituições que oferece o serviço de acolhimento institucional em Teresina-PI. Inicialmente buscou-se analisar o processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, dando enfoque ao cenário anterior à Constituição Federal de 1988, em que a prática de institucionalização era comum. Posteriormente buscou-se analisar esse processo pós Constituição Federal, onde se inicia o enfoque à priorização das famílias nas legislações de proteção à criança e ao adolescente. E por fim tratou-se de apresentar a contextualização do Lar da Criança Maria João de Deus e a operacionalização da política de institucionalização de crianças e adolescentes na referida instituição de acolhimento. Para sua realização adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental e para a coleta de dados utilizou-se levantamento de informações através de documentos fornecidos pela instituição de acolhimento evidenciada. Diante deste estudo percebe-se que as instituições de acolhimento institucional devem ser apenas uma medida provisória, pois o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente é no seio de sua família, priorizando-se a convivência familiar e comunitária.

Palavras-chave: Institucionalização. Criança. Adolescente. Convivência Familiar e Comunitária.

1. Trabalho apresentado na XII Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2014, evento realizado em Teresina, de 6 a 10 de outubro de 2014.

2. Leticia Alves Farias dos Santos-leticiaalvesfarias@hotmail.com

3. Luzinara Soares Monte – luzinarasomonte@yahoo.com.br. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho.

4. Marfisa Martins Mota de Moura- marfisamota@hotmail.com. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora do curso Serviço Social na Faculdade Santo Agostinho.



Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda - ATE
FACULDADE SANTO AGOSTINHO

PROGRAMAÇÃO 2014



TERESINA-PI



PROGRAMAÇÃO SEMANA CIENTÍFICA | 2014

Violência no contexto das relações sociais: olhares, estudos e práticas multidisciplinares na contemporaneidade.

6/OUT | SEGUNDA-FEIRA

8h | EXPOSIÇÃO: O JOGO E A BRINCADEIRA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.

Objetivo: Expor diferentes estratégias de combate à violência por meio de jogos e brincadeiras. Ação: A amostra acontecerá por meio das exposições de fotos, banners, aquarelas e painéis. Coordenação: Profa. Mestranda Débora Cristina Oliveira Costa – FSA

8h-10h30 |SERVIÇO SOCIAL

Palestra: Violência e Segurança Pública: limites e possibilidades na contemporaneidade.

Palestrante: Reginaldo Canuto de Sousa.

Mestre em Políticas Públicas pela UFPI, Especialista em Educação e Direito Processual (UESPI), Graduado em Segurança Pública (UEMA) e Direito (UESPI), Professor e Coordenador do Curso de Bacharelado em Segurança Pública da UESPI.

18h30 |ABERTURA OFICIAL

Apresentação artística | Núcleo de Dança da FSA

Formação da mesa diretora | discursos de membros da organização

19h – 20h10 | CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Violência no contexto das relações sociais: olhares, estudos e práticas multidisciplinares na contemporaneidade.

Palestrante: Profa.Dra.Deusa Maria de Sousa (UFSC | UFPI)

Pós-Doutorado em História Social na Universidade Federal do Piauí - UFPI. Possui Doutorado em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2011). É mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) com área de concentração em Estudos Históricos da América Latina, (2006) e graduação em História pela mesma universidade no ano de (2003). Tem experiência na área de História, com ênfase



em História do Brasil, atuando principalmente na pesquisa da Guerrilha do Araguaia, Memórias, Desaparecidos políticos, Memória e Familiares de desaparecidos do Araguaia.

20h30 – 22h | MESA DE DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS | SERVIÇO SOCIAL (e demais cursos).

Momento Reflexão: Exibição da série de vídeos sobre acessibilidade, produzidas pela COMRADIO | Associação de Cegos do Piauí.

- A Violência Política – Profa.Dra.Deusa Maria de Sousa (UFSC | UFPI).

- A Violência contra os LGBTs - Marinalva Santana - Representante do Grupo Matizes.

- A Violência contra o idoso – Prof.Me.José Francisco (FSA)

- A Violência contra a mulher – Profa. Ma. Sarah Teixeira (Gerente de Programas e Projetos da Secretaria Municipal da Juventude e conselheira do Conselho Municipal da Mulher).

7/OUT | TERÇA-FEIRA

7h -8h30 | ADMINISTRAÇÃO

Palestra: Segurança nas Organizações

Palestrante: Flávio Fortes Medeiros. Graduado em Administração e Engenharia de Produção. Técnico em Segurança do Trabalho e Especialista em Segurança do Trabalho.

9h-11h | ENFERMAGEM

Palestra: O consumo de crack, álcool e outras drogas e sua relação com as situações de violência.

Prof. Me. Fernando José Guedes da Silva Júnior | Mestre e Doutorando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Saúde da Família pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF); Bacharel em Enfermagem pela Uninofapi.

14h-15h30 | NUTRIÇÃO | CEP

Palestra: PLÁGIO: do conceito aos programas para detecção.

Palestrante: Me.Antonio Carlos Leal Cortez (CEP/FSA).

Coordenador: Ma. Wirna Maria Alves da Silva (CEP/FSA).

Local: Auditório Manoel Cipriano Lira.



15h30 - 17h | NUTRIÇÃO | CEP

Palestra: Ética em pesquisa com seres humanos: Plataforma Brasil.

Palestrante: Dra. Regina da Silva Santos (CEP/FSA).

Coordenador: Me. Bernardo Melo Neto (CEP/FSA).

Local: Auditório Manoel Cipriano Lira.

18h30 | DIREITO

Mesa de Debates: Dois pesos e nenhuma medida: percepções sócio-jurídica sobre violência e sociedade

Participantes: Verônica Acioly de Vasconcelos, Juliano de Oliveira Leonel, Otoniel de Oliveira Chagas Bisneto.

20h30-22h | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

PALESTRA: Ética e Violência Profissional

Palestrante: Profº Drº Brandim (IFPI).

8/OUT | QUARTA-FEIRA

8h30-10h30 | FARMÁCIA

PALESTRA: As drogas de abuso e a violência social: uma abordagem multidisciplinar.
Palestrante: Bismark Azevedo Cruz de Araújo.

Graduado em Farmácia e Habilitação em Análises Clínicas (UFPB). Pós-Graduado em Toxicologia (UNESP/Botucatu). Pós-Graduado em Toxicologia e Análises Toxicológicas (FCF/USP). Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior. Pós-Graduado em Genética e Toxicologia Aplicada (ULBRA-RS). Docente da Faculdade Santo Agostinho.

16-18h | EDUCAÇÃO FÍSICA

MESA REDONDA: A violência nos esportes: perspectivas multidisciplinares.

rof. Mestre Robert Maurício de Oliveira Araújo - Educação Física/FSA (Mediador) | Prof. Especialista Danys Marques Maia Queiros (Conselho Regional de Educação Física – CREF) |

Prof. Mestre Danilo Camury Teixeira Lopes – FSA.

18h30 – 20h | PSICOLOGIA

MESA “CENÁRIOS DE VIOLÊNCIA E OS OLHARES DA PSICOLOGIA”.

Participantes:



* Emanuel José Batista De Lima – Professor da Faculdade Santo Agostinho; Mestre em Psicologia - UFRN; Doutorando Em Psicologia Social – PUC-SP.

* Carlos Eduardo Gonçalves Leal - Professor da Faculdade Santo Agostinho; Mestre em Educação – UFPI. * Danilo Camuri Teixeira Lopes - Professor da Faculdade Santo Agostinho; Mestre em Psicologia – UFRN.

20h30 – 22h | ENGENHARIA CIVIL

Palestra: Uso da argamassa polimérica, como inovação tecnológica na construção de sistema de vedação vertical.

Palestrante: Nilson Santos Neto.

9/OUT | QUINTA-FEIRA

8h50-10h30 | FISIOTERAPIA

PALESTRA: Leitura Biológica e Microfisioterapia em Traumas Físicos e Emocionais.
Palestrante: Alexandre da Silva Barros

Graduado em Fisioterapia pela FSA. Pós-graduação em Terapia Manual. Pós-graduação em Acupuntura. Formação em Microfisioterapia. Formação em Leitura Biológica.

8h50-10h30 | EDUCAÇÃO FÍSICA

Palestra: O Bullying nas aulas de Educação Física: um estudo de caso.

Palestrante: Professora Mestre Francilene Batista Madeira/ FSA

Lohanna de Castro Rezende Oliveira – Professora de Educação Física Colégio CEV

18h30 – 20h | ENGENHARIA ELÉTRICA

Palestra: Impactos sociais causados pela construção de usinas hidrelétricas.

Palestrante: Prof. Msc Marcos Antonio Tavares Lira | Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí - UFPI; Mestre em Ciências Físicas Aplicadas - Linha de Pesquisa: Fontes Alternativas de Energia (UECE); Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará (2009); Graduado em Licenciatura Plena em Física pela Universidade Estadual do Ceará (2007). Atualmente é Professor Assistente do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Piauí.



20h30 – 22h | PEDAGOGIA

PALESTRA: O Bullying na escola: a concepção de professores e alunos do Ensino Médio.

Palestrante: Prof. Edjôfre Coelho de Oliveira

Prof. Edjôfre Coelho de Oliveira

Mestre em Ciências da Educação – ULHT, Esp. em Psicopedagogia (ISECUB), Esp. em Língua Portuguesa (UFPA), Esp. em Docência do Ensino Superior (UCAM), Esp. em Educação e Políticas Educativas (FAR), Esp. em Gestão Escolar (ISESPI), Graduado em Letras/Português (UESPI), Graduado em Pedagogia (ISESPI), Professor da faculdade Santo Agostinho - Curso de Pedagogia, Superintendente de Ensino – Seduc.

10/OUT | SEXTA-FEIRA

8h – 10h | CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Palestra: A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Palestrante: Dr. Alisson Felipe de Araújo

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

16h-18h | EDUCAÇÃO FÍSICA

Palestra: A violência na Escola.

Palestrante: Maria do Carmo Alves do Bomfim

Professora Associada I (DEFE/CCE - Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Doutora em Educação História e Filosofia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas & quotas na Educação.

18h30-20h10 | ADMINISTRAÇÃO

Palestra: Segurança nas Organizações

Palestrante: Flávio Fortes Medeiros. Graduado em Administração e Engenharia de Produção. Técnico em Segurança do Trabalho e Especialista em Segurança do Trabalho.



ATIVIDADES NA SALA DE CONFERÊNCIA

DIA 7 DE OUTUBRO | TERÇA-FEIRA

10h - 12h | ENCONTRO DE MONITORIA FSA

Responsável: Regina Maria Bomfim Soares

Atividades de apresentação | Relatos de Experiência da Monitoria

DIA 9 DE OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

10h - 12h | ENCONTRO DE EXTENSÃO FSA

Responsável: Regina Maria Bomfim Soares

Atividades de apresentação | Relatos de Experiência da Extensão

DIA 10 DE OUTUBRO | SEXTA-FEIRA

14h – 16h | NÚCLEO DE INICIAÇÃO À PESQUISA | NIP

Relato Parcial de Experiências do PIBIC | PIVIC

Haverá um encontro simultâneo nas salas 101 e 206 do ANEXO 1 | FSA

DIA 10 DE OUTUBRO | SEXTA-FEIRA

16h30-18h | PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS: CONQUISTAS E DESAFIOS

Discussão sobre as publicações científicas do Piauí

Participantes:

Profa. Regina Santos – Revista Saúde em Foco

Prof. Me. Tonny Kerley – Revista FSA

Prof. Me. Heladio Neiva de Castro e Prof. Me. Antonio Carlos Leal Cortez - Revista Piauiense de Saúde (RPS)

Representante da FAPEPI

Representante UFPI



COMITÊ CIENTÍFICO

XII SEMANA DA PESQUISA CIENTÍFICA 2014

ADMINISTRAÇÃO

RHUBENS EWALD MOURA RIBEIRO
MARIAAUXILIADORA PEREIRA DA CRUZ
TONNY KERLEY DE ALENCAR RODRIGUES
ANTONIO RODRIGUES DE CARVALHO NETO
RAIMUNDO NONATO MOURA RODRIGUES

CONTÁBEIS

JOSIMAR ALCANTARA DE OLIVEIRA
CRISTOVAM COLOMBO DOS SANTOS CRUZ
MANOEL EULÁLIO NETO
LARISSA SEPÚLVEDA DE ANDRADE RIBEIRO

DIREITO

ANDREA CRISTINA DE SOUSA FIALHO
ANDREIA NÁDIA LIMA SOUSA
MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO LIMA
ROSÁLIA MARIA CARVALHO MOURÃO

ENFERMAGEM

AMANDA LÚCIA BARRETO DANTAS
DISRAELI REIS DA ROCHA FILHO
DEAN DOUGLAS FERREIRA DE OLIVINDO
MARIA DO AMPARO DA SILVA BIDA MESQUITA
SAMARA DOURADO DOS SANTOS MORAES

EDUCAÇÃO FÍSICA

FRANCILENE BATISTA MADEIRA
ROBERT MAURÍCIO DE OLIVEIRA ARAÚJO
ANTONIO CARLOS LEAL CORTEZ
MÁRCIA CRISTIANE ARAÚJO
LUIZA MARLY FREITAS DE CARVALHO



ENGENHARIA CIVIL

ISMERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA
ACILAYNE FREITAS DE AQUINO
DIEGO SILVA FERREIRA
DANILO TEIXEIRA MASCARENHAS DE ANDRADE

ENGENHARIA ELÉTRICA

FRANCISCO CARLOS MOREIRA ABREU |
JACIARA CARVALHO DE SOUSA OLIVEIRA
FÁBIO DE ARAÚJO LEITE

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ANTÔNIO LISBOA LOPES DE ARAÚJO
ANTÔNIO GOMES SALES FILHO
JEIEL MAIRALUCENADA SILVA
JOELMA MOREIRA ABREU NUNES

FARMÁCIA

ALESSANDRA CAMILLO DA SILVEIRA CASTELLO BRANCO -
BERNARDO MELO NETO
JOSEANA MARTINS SOARES DE RODRIGUES LEITÃO

FISIOTERAPIA

MANOEL DE JESUS MOURA JÚNIOR |
DANYEL PINHEIRO CASTELO BRANCO
KELSYANNE DE CASTRO MOURA
MICHELLE VICENTE TORRES
SEÂNIA SANTOS LEAL

NUTRIÇÃO

VALDILÉIA TEIXEIRA UCHÔA
ANTÔNIO LUIZ MARTINS MAIA FILHO/
WELLINGTON DOS SANTOS ALVES
ODARA MARIA DE SOUSA SÁ
LUIZA MARLY FREITAS DE CARVALHO
FRANCISCO ADALBERTO DO NASCIMENTO
FRANCISCO HONEIDY CARVALHO AZEVEDO



PEDAGOGIA

JOARA DELANE SOUSA RIBEIRO

JEIEL MAIRA LUCENADA SILVA

JOVINADA SILVA

ROSIMAR DA SILVA FEITOSA SOARES COSTA

PSICOLOGIA

MARIA ZILDA SILVA SOARES

JULIANA GOMES DA SILVA SOARES

EMANOEL JOSÉ BATISTA DE LIMA

PATRÍCIA MELO DO MONTE

SERVIÇO SOCIAL

LUCIENE FERREIRA MENDES DE CARVALHO

CONCEIÇÃO DE MARIA SOUSA BATISTA COSTA

MARFISA MARTINS MOTA DE MOURA

MARIA DO SOCORRO MOURA COSTA

TERESA CRISTINA MOURA COSTA